

Movimentos Sociais, Identidade e Territorialidades

Andréa Maria Narciso Rocha de Paula; Mônica Maria Teixeira Amorim
(Orgs.).

Apoio:



Andréa Maria Narciso Rocha de Paula; Mônica Maria Teixeira Amorim
(Orgs.).

Movimentos Sociais, Identidade e Territorialidades

© - EDITORA UNIMONTES - 2020
Universidade Estadual de Montes Claros

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU)

M935

Movimentos Sociais, Identidade e Territorialidades [recurso eletrônico] / Andrea Maria Narciso Rocha de Paula e Mônica Maria Teixeira Amorim (organizadoras). – Montes Claros : Editora Unimontes, 2020.

217 p.: il.; 21 cm. E’book PDF.

Modo de acesso: world wide web

<http://www.editora.unimontes.br/index.php/ebook>

ISBN: 978-65-86467-11-6

1. Desenvolvimento. 2. Movimentos sociais. 3. Identidades. 4. Territorialidades. I. Paula, Andrea Maria Narciso Rocha de. II. Amorim, Mônica Maria Teixeira. III. Título.

CDU : 911.3

Elaborado por Neide Maria J. Zaninelli - CRB-9/ 884

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização escrita do Editor.

Apoio:



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Programa de Apoio à Pós- Graduação (PROAP), auxílio 0928/2020, processo 88881.593009/2020-01.

EDITORA UNIMONTES
Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro
Montes Claros - Minas Gerais - Brasil CEP: 39.401-089 - CAIXA POSTAL: 126
www.unimontes.br - editora@unimontes.br



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Andréa Maria Narciso Rocha de Paula, Mônica Maria Teixeira Amorim..... 7

SOBRE OS AUTORES..... 10

01 - ENTRELAÇADAS NAS REDES: UMA EXPERIÊNCIA METODOLÓGICA DE OFICINAS SOBRE TRABALHO DOMÉSTICO E DIREITOS HUMANOS COM MULHERES MIGRANTES
Lilian Maria Santos, Guélmér Júnior Almeida de Faria, Andrea Maria Narciso Rocha de Paula..... 19

02 - TERRITORIALIDADES EPISÓDICAS E IDENTIDADES FLUTUANTES EM MOBILIZAÇÕES SOCIAIS EM REDE: UMA REFLEXÃO SOBRE O MOVIMENTO #ELENÃO
Gustavo Souza Santos, Anete Marília Pereira..... 44

03 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO NORTE DE MINAS GERAIS: AVALIAÇÃO E DISCUSSÃO A PARTIR DE UM PROJETO PRODUTIVO
Frederico Maciel Borges, João Batista de Almeida Costa..... 66

04 - REPUBLICANISMO E DEMOCRACIA: GRUPOS MINORIÁRIOS, MOVIMENTOS SOCIAIS E OS DIREITOS HUMANOS E DA TERRA NO CONTEXTO DA COVID 19
Luci Helena Silva Martins, Luiz Augusto Passos, Ângela Ernestina Cardoso de Brito..... 89

05 - AFETO, DIREITO E RECONHECIMENTO DE FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS FORMADAS POR ADOÇÃO	
<i>Pedro Henrique Feliciano, Felisa Cançado Anaya</i>	111
06 - DINÂMICA DA PRODUÇÃO DE AGRODIESEL EM MINAS GERAIS	
<i>Rômulo Soares Barbosa</i>	129
07 - CURSINHO POPULAR DARCY RIBEIRO: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO POPULAR EM MONTES CLAROS	
<i>Samira Xavier Machado, Mônica Maria Teixeira Amorim, Maria de Souza Helena Ide</i>	145
08 - CARTOGRAFIA DECOLONIAL CATRUMANA	
<i>Sérgio Leandro Sousa Neves, Marcos Esdras Leite, João Batista de Almeida Costa</i>	166
09 - A LUTA CONTRA A MINERADORA SUL AMERICANA DE METAIS S.A (SAM) NO TERRITÓRIO GERAIZEIRO DE VALE DAS CANCELAS: UMA LEITURA A PARTIR DOS ATINGIDOS E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA REGIÃO	
<i>Carine Ramos Guedes, Ana Paula Glinfskoi Thé</i>	191

APRESENTAÇÃO

A busca por ampliar a compreensão da realidade social, em seus dilemas e suas distintas dimensões, mostra-se fundamental para investigadoras/res e acadêmicas/os, dentre elas/eles as/os do campo do Desenvolvimento Social, que têm a realidade social como objeto de pesquisa.

Essa coletânea traduz essa busca, e tem sua origem no compromisso do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS – da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES – e, de modo específico, no âmbito da linha de pesquisa “Movimentos sociais, identidade e territorialidades”, em fazer circular os conhecimentos produzidos acerca do Desenvolvimento Social.

A coletânea reúne textos de autoras e autores de diversas áreas do conhecimento, com o propósito de discutir questões que são fruto de estudos, pesquisas e diálogos interdisciplinares. As discussões empreendidas se ocupam de temáticas articuladas à linha de pesquisa “Movimentos sociais, identidade e territorialidades” que, por sua vez, tem centralidade na análise do caráter sócio-político e cultural de diferentes processos de ações coletivas que expressam contradições sociais, conflitos na apropriação e controle de recursos materiais e simbólicos, na emergência

de sujeitos sociais, na politização das identidades e das territorialidades construídas sob relações de poder e dominação.

O livro reúne um conjunto de nove artigos que suscitam reflexões sobre temáticas diversas. O primeiro texto, de autoria de Lilian Maria Santos, Guélmer Júnior Almeida de Faria e Andrea Maria Narciso Rocha de Paula, versa sobre “Trabalho doméstico e direitos humanos com mulheres migrantes”. O segundo texto apresenta uma reflexão sobre o “Movimento #ELENÃO” e é assinado por Gustavo Souza Santos e Anete Marília Pereira. O texto três, dos autores Frederico Maciel Borges e João Batista de Almeida Costa, discute “Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Norte de Minas Gerais”.

O quarto artigo aborda “Grupos minoritários, Movimentos Sociais e os Direitos Humanos e da Terra no contexto da Covid 19”. Assinam o trabalho: Luci Helena Silva Martins, Luiz Augusto Passos e Ângela Ernestina Cardoso de Brito. Na sequência, o quinto artigo, de autoria de Pedro Henrique Feliciano e Felisa Cançado Anaya analisa a consideração do afeto para o reconhecimento de famílias homoparentais formadas por adoção. Rômulo Soares Barbosa, assina o sexto artigo, que examina a dinâmica de produção de agrodiesel e as possibilidades de inserção da agricultura familiar no fornecimento de matéria prima em Minas Gerais.

Em seguida, Samira Xavier Machado, Mônica Maria Teixeira Amorim e Maria de Souza Helena Ide, autoras do sétimo artigo, apresentam uma discussão sobre práticas de Educação Popular desenvolvidas no Cursinho Popular *Darcy Ribeiro*, projeto educativo da Rede Emancipa em Montes Claros/MG. O oitavo texto é assinado por Sérgio Leandro Sousa Neves, Marcos Esdras Leite e João Batista de Almeida Costa e aborda a “Cartografia Decolonial Catrumana” que considera outras formas de ler e interpretar o mundo. Por fim, o último texto, o nono artigo, de autoria de

Carine Ramos Guedes e Ana Paula Glinfskoi Thé, discute o processo de luta e resistência das comunidades geraizeiras do “Território Tradicional Geraizeiro do Vale das Cancelas” frente às ameaças de instalação do projeto “Bloco 8” da empresa Mineradora Sul Americana de Metais (SAM).

O conjunto de textos apresenta uma riqueza de dados e reflexões que, além de contribuírem com a leitura da realidade social, tanto na perspectiva do local, quanto do global, certamente instiga novas questões que podem ser objeto de futuras pesquisas e discussões. Agradecemos a cada autora, a cada autor, que contribuiu com essa produção coletiva e, deste modo, ajudam-nos a fazer circular conhecimentos produzidos na área do Desenvolvimento Social e alinhados à luta por novos mundos possíveis, de mais justiça, ética, solidariedade e real sustentabilidade.

Boa e profícua leitura a tod@s!

As Organizadoras.

SOBRE OS AUTORES

Ana Paula Glinfskoi Thé

Doutora (2003) em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos. Pesquisa nas áreas de Ecologia Humana e Etnoecologia, atuando principalmente nos seguintes temas: conhecimento ecológico local, recursos comuns, manejo comunitário e co-gestão dos recursos naturais e pesca artesanal no Rio São Francisco. Tem experiência em educação popular, em educação ambiental e desenvolvimento comunitário. Atualmente é professora da Universidade Estadual de Montes Claros, no Departamento de Biologia Geral, e Professora Permanente do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social da UNIMONTES - PPGDS e do Programa de Pós Graduação em Ciências Biológicas - PPGCB - UNIMONTES. Integrante do Núcleo de Investigação Interdisciplinar Socioambiental - NIISA/UNIMONTES. Parceira da “Rede Solidária da Pesca” à qual se integram diversas instituições de pesquisa e extensão em pesca artesanal no Brasil.

Andrea Maria Narciso Rocha de Paula

Doutora em Geografia pelo PPGEIO-IG-UFU (2009). Professora da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES- MG). Docente no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social. Integra o corpo docente do Programa de Pós Graduação associado UFMG/ UNIMONTES em Sociedade, Ambiente e Território. Líder do grupo de pesquisa OPARA- Estudos e pesquisas sobre comunidades tradicionais no Rio São Francisco/Unimontes- CNPq. Pesquisadora do NIISA_ Núcleo Interdisciplinar em Investigação Socioambiental. Experiência em Geografia Cultural e Sociologia e Antropologia rural, metodologia

qualitativa, atuando principalmente nos seguintes temas: espaço, lugar e as comunidades tradicionais ribeirinhas, migrações campo-cidade, sertões roseanos. Pesquisadora CNPq e FAPEMIG.

Anete Marília Pereira

Possui doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia, mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais, especialização em Geografia e Planejamento Ambiental pela PUC/M e graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros. É professora do Departamento de Geociências, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em estudos urbanos e regionais. Exerceu, no período de dezembro de 2002 a agosto de 2003, o cargo de coordenadora de Graduação da Unimontes. Exerceu de dezembro de 2010 a novembro de 2012 o cargo de Pró-Reitora de Ensino da Unimontes. Foi coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia de maio de 2014 a outubro de 2016. Atuou como coordenadora do curso de Geografia (1998/1999), chefe do Departamento de Geociências (2007/2009 e 2014/2015). Integra a Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (Re-CiMe) e o Grupo de Pesquisa em Estudos Socioambientais GEPSA.

Ângela Ernestina Cardoso de Brito

Possui graduação em Serviço Social pela UNESP (1995), mestrado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR (2003) e doutorado em Política Social pela Universidade Federal Fluminense - UFF (2014). Líder do grupo: Laboratório de Tecnologias Sócio-raciais e de Metodologias de Redes, e vice líder do grupo: Núcleo de Estudos e Pesquisas de Gênero, Raça/Etnia e Geração (NEP GREG). Professora efetiva em Serviço Social junto à graduação e pós graduação no curso de mestrado em Serviço Social na Universidade Federal da Bahia- UFBA. Tem experiência na área de Políticas Sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: relações institucionais públicas e privadas, envolvendo área de educação, cultura, restrição de liberdade (presídios), discriminação, racismo, família inter-racial.

Carine Guedes Ramos

Graduada em Ciências Biológicas - Bacharelado pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Atualmente, trabalha como Coordenadora Microrregional do Projeto “Veredas Sol e Lares: uma alternativa para o múltiplo aproveitamento energético em reservatórios de usinas hidrelétricas na região do Semiárido Mineiro” através da Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social - AEDAS. Além disso, contribui na construção do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), desde 2013, com temáticas ligadas aos direitos humanos e territoriais de povos e comunidades tradicionais e camponesas e aos conflitos socioambientais decorrentes da construção de mega empreendimentos, como barragens e mineração.

Felisa Cançado Anaya

Doutora em Sociologia pela UFMG, professora da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) e coordenadora adjunta do programa de pós-graduação associado UFMG/UNIMONTES: “Sociedade, Ambiente e Território”. Faz parte dos seguintes grupos de pesquisa: Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental (NIISA), Grupo Opará de Estudos e Pesquisa sobre Comunidades Tradicionais Ribeirinhas do rio São Francisco e Rede Matas Secas, todos da UNIMONTES e com cadastro no Diretório de Pesquisa do CNPQ. É também pesquisadora-colaboradora do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA-UFMG) e da Rede Colaborativa de Pesquisa Internacional TROPI DRY. Trabalha nas temáticas que envolvem Desenvolvimento, Saúde e Ambiente; Conflitos Ambientais e Povos e Comunidades Tradicionais.

Frederico Maciel Borges

Possui graduação em Abi - Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (2007), graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (2003) e especialização em Especialização em Gestão Pública Municipal - EAD pela Universidade Federal de São João Del-Rei (2018). Atualmente é Discente da Universidade Estadual de Montes Claros, Discente do Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e Sociólogo da Prefeitura Municipal de Montes Claros. Tem experiência na área de Sociologia.

Guélmer Júnior Almeida de Faria

Bolsista do Programa Nacional de Pós Doutorado (PNPD/CAPES) do Programa de Pós Graduação em Economia Doméstica (PPGED) da Universidade Federal de Viçosa. Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (2019), tendo realizado Estágio de Doutorado Sanduíche na Universidade de Coimbra (Portugal), no Centro de Estudos Sociais (CES) sob a orientação da prof^a Dr^a Sílvia Portugal, Mestre em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (2014), Bacharel em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (2008) e Licenciado em Sociologia pela Faculdade de Educação Paulistana (2019). É avaliador de projeto de Extensão cadastrado no Sistema Unificado de Administração Pública - SUAP/IFNMG (2018). Membro do corpo editorial dos Periódicos: Revista Lecturas: Educación Física y Deportes (Argentina), Revista Espaço Acadêmico (UEM) e Revista Desenvolvimento em Questão (UNIJUÍ). Membro do Grupo de Pesquisa OPARÁ- MUTUM: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Migrações e Comunidades Tradicionais do rio São Francisco (UNIMONTES) e do Grupo GERAR: Grupo de Estudos Rurais - Agriculturas e Ruralidades (UFV). Atuou como Especialista Colaborador em projetos de Extensão Universitária, Professor Convidado no Instituto de Ciências Agrárias da UFMG (ICA/UFMG) e Professor dos Cursos de Especialização da Unidade de Ensino e Aprendizado de Viçosa (UNESAV)/Faculdade de Educação da Serra (FASE). Atuou também como Professor Formador no CEAD/IFNMG. Tem experiência na área de Desenvolvimento Social, atuando principalmente nos seguintes temas: metodologia da pesquisa, trabalho doméstico, gênero, sociologia das migrações, redes sociais, análise de redes sociais, extensão rural, ruralidades, extensão universitária.

Gustavo Souza Santos

Doutorando em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), onde também é mestre em Geografia. Professor dos cursos de graduação em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda, Arquitetura e Urbanismo, Psicologia, Engenharias Integradas e Engenharia Mecatrônica do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc).

Graduado em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda pelo Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc). Especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Cândido Mendes (UCAM) e em Design Instrucional pela Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras (FACEL). Interessado nos temas que tocam práticas e processos de comunicação (propaganda, consumo, cultura pop, narrativas e representações midiáticas), dinâmicas socioespaciais (cidade, rede, território, territorialidades e mobilizações sociais) e desenvolvimento(s).

João Batista de Almeida Costa

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (1983), mestrado em Antropologia pela Universidade de Brasília (1999) e doutorado em Antropologia pela Universidade de Brasília (2003). Atua como professor-pesquisador com estudo e pesquisas sobre temáticas culturais vinculadas às populações tradicionais, Sertão, Identidade Regional e diversas temáticas necessárias à formação dos estudantes na área disciplinar da Antropologia Social na graduação da Universidade Estadual de Montes Claros. No Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social estou vinculado à linha de pesquisa Movimentos sociais, identidade e territorialidade, desenvolvendo estudos e orientando pesquisas sobre povos e comunidades tradicionais no Norte de Minas, bem como realizando perícias para elaboração de relatórios antropológicos para organismos estatais ou para entidades de povos e comunidades tradicionais que assessora em seus processos sociais. Também atende à demanda de Terreiros de Candomblé e de Umbanda para elaboração de pareceres dos bens patrimoniais e imateriais, em que buscam registrar nos Conselhos de Patrimônio Cultural dos municípios suas condições singulares.

Lilian Maria Santos

Doutora em Desenvolvimento Social pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social - PPGDS/UNIMONTES (defesa 08/05/2020), onde pesquisou sobre memória e os processos de resistência na reivindicação territorial dos Povos e Comunidades Tradicionais. Mestre em Desenvolvimento Social, também pelo PPGDS/UNIMONTES (03/2011), onde pesquisou uma comunidade em situação de vulnerabilidade social e seu acesso a serviços públicos. Especialização em Saúde Mental e Atenção

Psicossocial (Faculdade de Saúde Ibituruna - FASI) e especialização em Sexualidade Humana (Universidade Gama Filho). Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de São João Del-Rei (1999). Trabalhou nas Faculdades Integradas Pitágoras - FIP - MOC como docente do curso de psicologia. Tem experiência na área de Psicologia e no campo interdisciplinar com ênfase em Psicologia de Grupos, Psicologia da Saúde, Políticas Públicas, Práticas Sociais Interdisciplinares, atuando principalmente nos seguintes temas: Saúde, Inclusão Social, Educação, Práticas de Grupos em instituições e comunidades.

Luci Helena Silva Martins

Doutorado e Mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Pós-Doutorado, na área de Sociologia, na Universidade Nova de Lisboa (UNL). Professora e pesquisadora da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), no curso de Graduação em Serviço Social e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS). Colaboradora da Linha 1. Movimentos Sociais, Identidades e Territorialidades. Experiência na docência do ensino superior na área de Serviço Social, com ênfase para Teoria social e democratização, direitos sociais, cultura, política e movimentos sociais.

Luiz Augusto Passos

Possui graduação em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Nossa Senhora Medianeira (1970), graduação em Teologia - Colégio Máximo Cristo Rei (1974), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (1990), Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (1997) e doutorado em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003). É Professor Pesquisador Associado do Programa de Pós Graduação Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, atua no Grupo de Pesquisa em Movimentos Sociais e Educação. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Popular, atuando principalmente nos seguintes temas: movimentos sociais e educação, fenomenologia merleau-pontyana. Coordena a Rede Merleau-Ponty e Paulo Freire voltada a Antropologia educacional e situações de

exclusão, ambientais e de Direitos Humanos.

Marcos Esdras Leite

Professor do Departamento de Geociências Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES. Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia/ UNIMONTES e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/ UNIMONTES. Graduado em Geografia/ Unimontes. Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Tem experiência na área de ensino e pesquisa em Geografia, com ênfase em SIG e Sensoriamento Remoto aplicado à estudos socioambientais. Coordenador do Laboratório de Geoprocessamento/UNIMONTES. Realizou estágio técnico de doutoramento na Universidade Nova de Lisboa com bolsa da FAPEMIG. Membro do CODEMA de Montes Claros/MG. Coordenador PPGeo/Unimontes.

Maria Helena de Souza Ide

Doutora em Educação pela Georg-August Universität Göttingen (2003). Professora aposentada da Universidade Estadual de Montes Claros, integrou o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – Unimontes e do Programa de Pós-Graduação Sociedade, Ambiente e Território - UFMG/UNIMONTES. Atuou como Pesquisadora FAPEMIG e CNPQ. Atualmente é membro do grupo de pesquisa Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental (NIISA). Tem experiência na área de educação, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino superior, políticas afirmativas, educação escolar quilombola, e educação das relações étnico-raciais.

Mônica Maria Teixeira Amorim

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (2013) e Mestre em Educação pela mesma Instituição (2002). Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Norte de Minas (1989). É professora titular da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Tem experiência como Pedagoga na Escola Pública Básica e como Docente na Educação Básica e Superior, atuando especialmente na formação de profissionais professores. É docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/

Unimontes e do Programa de Pós-Graduação em Educação/Unimontes. Dedicar-se a estudos sobre Escola Básica, Educação Profissional e Ensino Superior com foco na análise da formação docente, da diversidade étnico-racial e de gênero, do direito à educação e da evasão escolar. É membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB)/Unimontes e do Grupo de Pesquisa e Estudos Gênero e Violência-Unimontes. É também membro do Coletivo InSerto - Unimontes e do Projeto Cursinho Popular Darcy Ribeiro - Rede Emancipa.

Pedro Henrique Feliciano

Mestre em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES (2020). Especialista com Pós-Graduação Lato Sensu em Direito de Família e Sucessões pela Faculdade de Direito Professor Damásio de Jesus (2016). Graduado em Direito pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES (2014). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito de Família.

Rômulo Soares Barbosa

Doutorado em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros. Pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental- NIISA. Bolsista de Produtividade - BIPDT - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig.

Samira Xavier Machado

Mestre em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES (Turma 2018/2020). Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES/2015). Professora da Educação Básica efetiva na Secretaria de Educação de Minas Gerais. Coordenadora da Rede Emancipa - movimento social de educação popular, Cursinho Popular Darcy Ribeiro em Montes Claros/MG.

Sérgio Leandro Sousa Neves

Possui graduação em Geografia, especialização Lato Sensu em Geografia e Gestão Ambiental pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, mestre em Ciências Agrárias, concentração em Agroecologia na linha de pesquisa em Desenvolvimento Rural, pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Doutor em Desenvolvimento Social pelo programa de pós-graduação em Desenvolvimento Social - PPGDS - Unimontes 2016-2020. Tem experiência no Ensino Médio Integrado e Superior. Atuou como professor de geografia na rede de ensino SOEBRÁS e na UNIMONTES, nos cursos de geografia e biologia. Faz parte do corpo docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais - IFNMG, campus Diamantina.

**ENTRELAÇADAS NAS REDES:
UMA EXPERIÊNCIA METODOLÓGICA DE OFICINAS SOBRE
TRABALHO DOMÉSTICOS E DIREITOS HUMANOS COM
MULHERES MIGRANTES**

Lilian Maria Santos

Guélmer Júnior Almeida de Faria

Andrea Maria Narciso Rocha de Paula

Considerações iniciais

Objetivo deste trabalho é discutir a realização da atividade metodológica de oficinas sobre “Redes de Migração e Trabalho Doméstico”, em Montes Claros, Minas Gerais, com participantes de domésticas, a partir da parceria do Grupo de Estudos e Pesquisa da Universidade Estadual de Montes Claros (CNPq/UNIMONTES-NIISA): OPARÁ- MUTUM: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Migrações e Comunidades Tradicionais do Rio São Francisco e do projeto temático “*Do sertão para outros mundos*”: as redes de relações sociais nos processos migratórios para o trabalho *do/no* Norte de Minas Gerais, financiado pela FAPEMIG (Fundação de apoio Pesquisa do Estado de MG). Em busca de uma metodologia que proporcionasse emergir “lugares de falas e maneiras de pensar”, foi proposta oficinas, cujo objetivo era construir um ambiente coletivo de participação com as domésticas migrantes a partir de suas

vivências, com vistas à promoção dos direitos humanos das mulheres.

Para Spink, Menegon e Medrado (2014), a oficina é lugar de fala, expressão e promoção do exercício ético-político, a partir do momento que oportuniza a transformação nas trocas de experiências e embates construtivos. Nessa expectativa o trabalho realizado foi baseado na perspectiva da fala do sujeito, na abordagem com e através das narrativas daquelas que vivem o processo de migrar. Essas mulheres migrantes internas, logo no primeiro estágio de vida, muito jovens ingressam em redes de recrutamento que as levam de sua terra-campo-rural para a cidade. Sob que condições esse grupo de mulheres, domésticas, migrantes internas refletem sobre as injustiças, a falta de reconhecimento e a desvalorização de seu trabalho? Sentem-se incluídas? As redes pré-estabelecidas, de caráter informal, operam como facilitadoras dos processos de integração? Ouvimos as mulheres através dos seus imaginários e memórias, deixamos com elas a tradução daquilo que acreditam ser o que vivem, o que habitam, a experiência do modo de vida, a experiência da cultura que enredam a vida.

Nosso grupo de pesquisa tem tradição em pesquisas qualitativas com foco no estar com os/as pesquisados/as e não somente falar sobre eles/as. O enfoque de estudos e as análises versam sobre os processos migratórios e seus desdobramentos, modificações nos modos de vida dos sujeitos sociais em seus lugares de origem e destino. O caminho do estudo é trilhado através da abordagem qualitativa, com a utilização de pesquisa de campo e das técnicas de observação participante, oficinas, o ouvir o outro enquanto sujeito da sua história e, portanto, tradutor de sua vida. A oficina foi parte da estratégia metodológica que, segundo Carignato, Rosa e Berta (2006), busca, em suas formas singulares e coletivas de expressão, que essas mulheres pudessem, da mesma forma, ouvir seus pares, situados na mesma condição de desamparo, e não somente do nosso ponto de vista,

pois ocupávamos um lugar do saber, ou seja, da Universidade.

Portanto, ao elencar a oficina como eixo investigativo, destinamos às migrantes que expressem seu universo experiencial. Essas mulheres trazem consigo modelos, códigos de conduta e estratégias de sobrevivências. Muitas vezes, somente com essas referências advindas de seu local de origem, quase sempre rurais, é que tentam integrar-se na cultura e nos modos de vida urbanos. Isso pode facilitar e/ou dificultar sua integração na sociedade de destino e o acesso a direitos humanos igualitários. Como salienta Schwin e Costa (2016, p. 2), os direitos das mulheres “[...] são direitos humanos, mesmo reconhecendo que o Estado, principal responsável pela manutenção legal da proteção às mulheres, é patriarcal e tem, historicamente, reproduzido a desigualdade de gênero”.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD –, em 2014, 93% dos postos de trabalho doméstico eram ocupados por mulheres, no Brasil. Dessas, 67% se autodenominavam negras. As domésticas representam, segundo Mori, Fleisher, Figueiredo, Bernardino-Costa e Cruz (2011, p. 16),

[...] aproximadamente sete milhões de trabalhadoras que menos têm direitos em relação a qualquer outra categoria profissional no país. E ainda, este tipo de trabalho reforça uma guetização profissional das mulheres em atividades ligadas aos cuidados, atividades essas muitas vezes entendidas como uma extensão das qualificações “naturais” das mulheres.

Abramo e Valenzuela (2016) citam que, na América Latina, estima-se que existam de 17 a 19 milhões de trabalhadoras domésticas, representando aproximadamente 7% da ocupação urbana e regional. Do ponto de vista quantitativo, é a ocupação mais importante para as mulheres da região pesquisada, concentrando 15,3% do total da força de trabalho feminino. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2016), no Brasil, somente quatro em cada dez empregadas domésticas

estavam protegidas socialmente diante dos novos cenários de direitos, ou seja, em 2014, somente 30% da categoria possuía carteira de trabalho assinada, embora 40% tenha afirmado contribuir para a Previdência Social.

Os anos de estudo dessa força de trabalho, segundo o IPEA (2019), ainda marca a categoria de forma expressiva. Assim, trabalhadoras negras e brancas, bem como trabalhadoras de todas as regiões do país apresentam médias semelhantes de anos de estudos, sempre próximo de oito anos, em 2018. Em 1995, contudo, essa média girava em torno de três a quatro anos e as desigualdades eram um pouco mais expressivas, alcançando quase dois anos na comparação entre, por exemplo, trabalhadoras negras do Nordeste e brancas do Norte.

Com relação às razões estruturais que levam as mulheres a ingressar ainda muito jovens no emprego doméstico, para além das relações de sexo, de raça e de classe, segundo Ávila (2016), é que o trabalho doméstico se consubstancia como uma possibilidade de ter uma renda para mulheres em contexto de pobreza e também não exige nenhum tipo de qualificação para ingressar neste tipo de ocupação.

Do ponto de vista da migração, o emprego doméstico tem sido apontado como estreitamente relacionado à história da migração rural-urbana, na Europa ou nos Estados Unidos, desde o século XVIII, ou hoje, nos países em desenvolvimento, como é o Brasil. Hill (1995) aponta que, em muitas nações ditas em desenvolvimento, ele é a principal fonte de ocupação das jovens solteiras que migram para as cidades e encontram trabalho como doméstica. A autora chama atenção para uma peculiaridade do trabalho doméstico, que pode ser comum, independente da época na qual é realizado – a maioria das domésticas são recrutadas no campo. Elas eram preponderantemente migrantes do campo para a cidade. A partir, desse fato, surge outra característica comum às empregadas domésticas – sua vulnerabilidade.

Apresentaremos nesse trabalho, resultados de uma pesquisa realizada com mulheres migrantes do Norte de Minas Gerais, todas domésticas, por meio oficinas que teve como metodologia a reconstrução através de mapas de redes sociais, os percursos de deslocamentos, cursos, trajetórias e histórias de vida, oportunizando a elaboração de um espaço para rupturas e silêncios que dificulta a construção de novos laços sociais. Por outro lado, essas mulheres rompem com a posição de busca de uma identidade enquanto domésticas e aceitação por se tratar da atividade doméstica, subalterna e pouca valorizada no país e no mundo.

Notas metodológicas

A pauta metodológica deste texto tomou por base a experiência pessoal expressa em sua articulação e inserção dos pesquisadores/as na dinâmica de realização das atividades oficinairas de forma contextual, dialógica e interpretativa. Nosso papel enquanto pesquisadores na oficina foi de facilitadores/as, cabendo-nos lançar a forma e os temas a serem debatidos, com o intuito de orientar e estimular as discussões entre as participantes. As falas retratam muito do vivido pelas mulheres e foi possível, de forma tímida, mas verdadeira, expor sentimentos e vivências que auxiliaram na construção do diálogo sobre migração, gênero e a formação das redes sociais.

As participantes da oficina na sua maioria possuíam o seguinte perfil, mulheres com idade entre 23 a 44 anos, mães, casadas e solteiras, de origem rural, migrantes de primeira e segunda geração, católicas, evangélicas e domésticas. Elas foram reunidas por conveniência e convidadas a ingressar a partir do contato com o CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social – do Norte de Minas Gerais, na cidade polo da região, Montes Claros, cidade centro de educação, saúde e serviços. Foram

convidadas mulheres assistidas pelos CREAS e que estavam, no momento, trabalhando como doméstica (diarista ou mensalista) ou encontravam-se desempregadas. Especificamente, eram mulheres que viviam algum tipo de vulnerabilidade, com histórico de permanência no serviço, ou seja, que participavam das palestras há muito tempo, com frequência de solicitação de benefícios sociais eventuais e contra referenciadas pelo CREAS. Inicialmente, o convite foi realizado através de contato telefônico ou visita domiciliar. Na primeira oficina contamos com seis participantes: uma babá, duas diaristas e três domésticas (mensalistas).

Em geral, as mulheres presentes nas oficinas viviam em Montes Claros-MG¹ há mais de dez anos. Todas trabalhavam como domésticas (mensalistas e diaristas) e eram migrantes internas de comunidades rurais de pequenos municípios vizinhos a Montes Claros-MG. Os nomes das participantes foram modificados para nomes de flores com a finalidade de manter o respeito, a confidencialidade e o sigilo das informações, além de evitar constrangimentos e assegurar a confiança delas nos resultados da pesquisa. Ademais, as participantes foram informadas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE –, constando a gravação, o direito e uso de imagem e/ou informações por elas prestadas, lido e assinado, assim como a divulgação dos resultados com finalidades acadêmicas.

O Quadro 1, a seguir, esquematiza os nomes de algumas participantes, idade, estado civil, local de origem, ocupação, tempo de migração e maternidade.

¹ Montes Claros/ MG, localizada na região Norte do Estado de Minas Gerais, exerce influência nos processos migratórios, seja na migração permanente, seja na migração de passagem (ponto de apoio), devido à sua localização. Seu processo de industrialização, face ao processo de urbanização, gerou uma intensa transferência de pessoas das comunidades vizinhas e de suas zonas rurais para a cidade. Conferir em PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de. Integração dos migrantes rurais no mercado de trabalho em Montes Claros, norte de Minas Gerais: a esperança de melhoria de vida 159 F. Dissertação (mestrado em geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia UFU. Uberlândia MG, 2003.

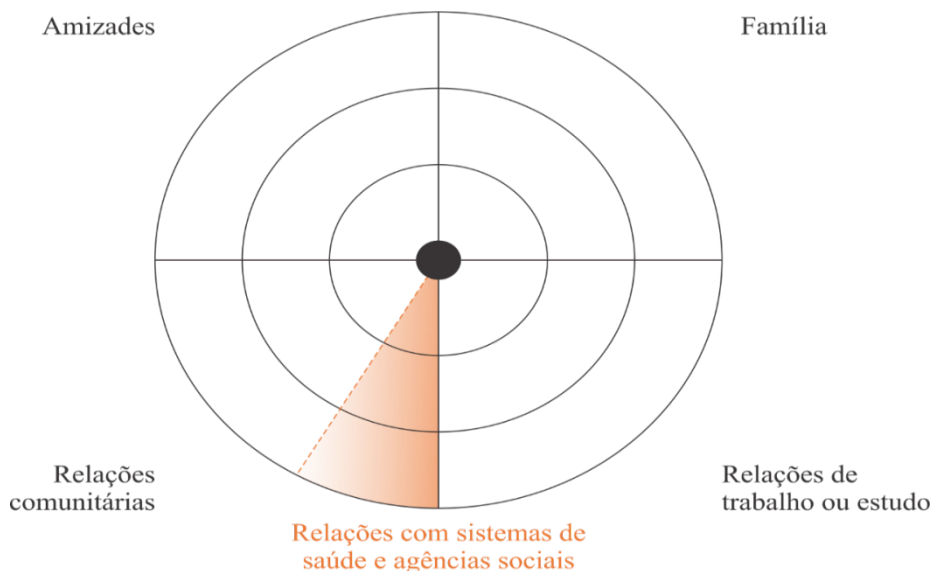
Quadro 1 - Características das participantes da oficina

Rede	Características
Rede de domésticas do bairro Jardim das Flores– Montes Claros/MG.	<ul style="list-style-type: none">- Nomes: Hortênciã, Rosa, Magnólia, Margarida, Violeta e Iris.- Idades: 23 a 44 anos.- Cor/raça: três negras e três brancas.- Escolaridade: cinco com Fundamental Incompleto e uma com Ensino Médio.- Doméstica com ou sem carteira.- Estado civil: cinco casadas e uma solteira.- Maternidade: cinco com filhos e uma sem filho.- Origem: Zonas rurais dos municípios de Mirabela, São João da Ponte, São Francisco, Itacambira, Nova Esperança.- Tempo de migração: 12 a 17 anos.

Fonte: Elaborado pelos autores. Setembro/2018.

Um dos instrumentos qualitativos para visualizar as redes sociais pessoais significativas foi proposto por Carlos Sluzki, denominado de Mapa da Rede Social. Segundo Sluzki (1997, p. 41), a “rede social pode ser registrada em forma de mapa mínimo que inclui todos os indivíduos com os quais interage uma determinada pessoa”. O mapa, na Figura 1, adiante, pode ser dividido em quatro quadrantes: a) Família; b) Amizades; c) Relações de Trabalho ou Escolares; d) Relações Comunitárias, de Serviços Assistenciais ou Instituições Religiosas. Esses quadrantes subdividem-se em três círculos: 1) O círculo interno de relações íntimas, que inclui: familiares diretos com contatos próximos e amigos; 2) O círculo intermediário de relações pessoais com menor grau de compromisso: relações sociais e profissionais com contato pessoal, porém, sem intimidade, amizades sociais e familiares intermediários; 3) O círculo externo de conhecidos e relações ocasionais: conhecidos de escola ou trabalho, bons vizinhos, frequentadores da mesma instituição religiosa, clube, academia de ginástica, etc.

Figura 1 – Mapa da Rede Social Pessoal Significativa



Fonte: Adaptado do modelo de Sluzki (1997).

Para Moré e Crepaldi (2012), o registro do mapa é estático e descritivo de um determinado momento ou situação vivenciada pela participante. Seu registro pode ser enriquecido e analisado em profundidade por meio da exploração das diferentes características, funções e atributos da rede. Para isso, utilizamos o modelo de rede social proposto por Sluzki (1997), um diagrama com todos os indivíduos com quem a participante interage, sistematizado em quatro quadrantes que identificam os principais grupos relacionais: familiares; amigos e conhecidos; relações de trabalho ou de estudo; e relações em organizações formais e informais – social, recreativa, religiosa, política, profissional e de saúde.

Os quadrantes organizam-se tendo como referência a participante pesquisada. Assim, o círculo mais interno representa o conjunto de relações íntimas, o círculo intermediário refere-se às relações pessoais com menor grau de compromisso e, por fim, o círculo mais externo representa o conjunto

de relações ocasionais estabelecidas pelas participantes pesquisadas com pessoas conhecidas. Com base na frequência dos contatos e alocando os vínculos nos círculos sugeridos por Sluzki (1997), temos a seguinte classificação: forte (círculo interno), médio (círculo intermediário) e fraco (círculo externo).

Dentre as atividades propostas para sensibilização, a dinâmica do barbante foi usada a fim de evidenciar como elas estão inseridas em redes. Nesse momento, ficou visível a trama do rolo de barbante e questionou-se o que aquele emaranhado representava. Outro recurso de atividade que permite um contato mais próximo com as domésticas, foi a exibição de cenas do filme *Domésticas*², para promover um maior contato e convivência entre as participantes.

Oficina e direitos humanos das mulheres

*“Nunca tem nada para as
domésticas fazer; quando tem é
bom participar!”³*

(Relato de doméstica, 35 anos. 22 anos trabalhando como doméstica, no ponto de ônibus do Condomínio de luxo Portal das Acácias, em Montes Claros-MG).

A fala presente na epígrafe expressa uma das exclusões que as domésticas migrantes enfrentam em seu cotidiano. A discriminação e a não-participação em atividades educativas, formativas e de promoção de direitos provocam uma grave ameaça aos direitos humanos das mulheres. Segundo a Organização das Nações Unidas (2018), em relação ao ensino,

2 Filme de Fernando Meirelles, em codireção com Nando Olival, de 2001. Tematiza o trabalho doméstico, tendo como protagonistas cinco empregadas que trabalham em casas de famílias de classe média, em São Paulo, no ano de 2001: Roxane, Raimunda, Quitéria, Créo e Cida. Partindo desse cenário, o filme traz mensagens simbólicas do universo doméstico

3 Essa frase, captada em um ponto de ônibus, contribuiu para seguirmos adiante na aplicação da oficina enquanto espaço de diálogo e promoção da cidadania das domésticas.

a ausência de uma linguagem inclusiva e abrangente às perspectivas de gênero, raça e diversidade sexual ainda se apresenta como problemática em grande parte dos livros didáticos e dos cursos de formação. A invisibilização da atuação e do protagonismo de mulheres e de pessoas LGBTI ressalta a importância em adotar medidas para garantir que o currículo promova a igualdade e a não-discriminação.

Diante da ausência de uma linguagem condizente em livros e ambientes escolares, grupos vulneráveis, como de mulheres migrantes e domésticas, veem-se em estereótipos negativos de gênero e raça, apresentando limitações quanto às suas capacidades de efetuarem escolhas variadas que impactam suas vidas (ONU, 2018).

Nesse sentido, Candau (1999) chama a atenção para a formação da cidadania e para a democracia, como objetos irrenunciáveis das diferentes práticas educativas, no âmbito formal e não formal, que passa necessariamente pela afirmação teórico-prática dos direitos humanos. Assim, surge o desafio da proteção aos direitos humanos das mulheres migrantes. Schwin e Costa (2016) apontam que elas estão em números, cada vez maiores tanto em nível internacional, intercontinental, quanto internamente, como refugiadas, vítimas de tráfico humano ou, ainda, como migrantes trazidas de zonas rurais para servir em alguma casa de classe média nos grandes centros urbanos, fato muito comum no Brasil. São migrantes econômicas, invisíveis, que garantem a reprodução da força de trabalho da grande maioria da população, reforçando as invisibilidades que a condição de mulher, doméstica e migrante geram.

Teles (2006) advoga que tratar de políticas de direitos humanos é enveredar-se pelo campo dos setores sociais vulneráveis, como de mulheres, crianças e adolescentes, população negra, indígenas, imigrantes/emigrantes, gays, lésbicas, transexuais, transgêneros, deficientes e pessoas idosas. Esses segmentos buscam uma forma de garantir a obtenção de

seus direitos humanos, que já estão oficialmente reconhecidos, mas o reconhecimento não garante o direito.

Nesse sentido, a oficina fornece instrumento capaz de promover a cidadania e a ampliação de atendimento a grupos vulneráveis que sequer sabem a que têm direito. Gonsalves (2014), promovendo oficinas socioculturais com mulheres em situação de violência, evidenciou a prática como um espaço privilegiado de reflexão sobre violência de gênero, direitos humanos das mulheres, rigidez dos papéis sociais, violência urbana, dentre outras temáticas que permeiam o cotidiano dessas mulheres.

Rodrigues, Alfonso e Rieth (2017), ao fomentar oficinas com empregadas para dar visibilidade ao trabalho doméstico na cidade de Pelotas/ RS, concluíram que os debates acerca das divisões dos espaços físicos e objetos utilizados pelas trabalhadoras e pelos(as) contratantes dentro da casa, o excesso de tarefas sem a devida remuneração e a tênue fronteira entre trabalho e afeto, podem gerar excessos, dificultando o reconhecimento da profissão. Assim, Candau (1999) assevera que as oficinas são espaços de construção coletiva de um saber, de análise da realidade, de confrontação e intercâmbio de experiências e de exercício concreto dos direitos humanos.

O principal avanço em relação ao trabalho das mulheres deu-se pela Emenda Constitucional nº. 72 e pela Lei Complementar nº. 150/2015, que versam sobre o trabalho doméstico remunerado. Com base na mobilização da categoria, o Brasil estendeu aos/às trabalhadores/as domésticos/as os direitos constitucionalmente garantidos para os/as demais trabalhadores/as. Com estimativa de 6,2 milhões de trabalhadores/as domésticos/as, o país tornou-se, recentemente, o 25º Estado Membro da Organização Internacional do Trabalho e o 14º da região das Américas a ratificar a Convenção sobre Trabalho Decente para Trabalhadores e Trabalhadoras Domésticos/as – Convenção 189 (ONU, 2018).

Na perspectiva internacional, o principal instrumento internacional de direitos humanos que dispõem as mulheres é a Convenção contra Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher – CEDAW – de 1979. No que se refere aos direitos humanos das mulheres no Brasil, a Constituição de 1988 constitui-se como uma referência primordial, pois resultou em uma verdadeira mudança de paradigma do direito brasileiro no que se refere à igualdade de gênero (PITANGUY, 2019).

O trabalho dessas migrantes é definindo como 3-D, por Hsiao-Hung Pai (2004): trabalho sujo, perigoso e degradante (*dirty, dangerous and degrading*). Existe uma demanda por trabalhadoras que venham a executar esse trabalho 3-D como, por exemplo, o trabalho doméstico exercido por migrantes latino-americanas e, internamente, pelas migrantes das regiões Norte e Nordeste do Brasil, em grandes cidades. Essa morfologia configura novas relações da divisão sexual do trabalho em que pese as diferenciações entre trabalhos agradáveis e não agradáveis, para além da hierarquização e assimetrias de gênero entre as mulheres.

As demandas por condições decentes de trabalho incluem a limitação da jornada de trabalho, descanso semanal, hora extra, férias, licença saúde, licença maternidade e salário mínimo, liberdade de movimento e de mudança de emprego, leis contra assédios físicos, psicológicos e sexuais e contra exploração sexual, entre outros direitos, que possam romper com a informalidade na categoria (BERNARDINO-COSTA, 2012).

Enfim, como salienta Schwin e Costa (2016), para não cair na invisibilidade e sofrer com a tripla discriminação – mulher, migrante e doméstica –, é necessário informar, no campo de proteção às mulheres que se encontram, uma série de instrumentos internacionais/ nacionais de proteção, que, quando referendados por diferentes países/ lugares, passam a integrar o arcabouço jurídico nacional. A análise dessas invisibilidades, desigualdades e vulnerabilidades sociais experienciadas pelas migrantes,

só é possível pela relação entre os processos migratórios com identidade/etnicidade e direitos humanos e minorias.

Embora os direitos humanos sejam resultados, como aponta Teles (2006), de uma trajetória construída com muita luta e fortes disputas de interesse, o reconhecimento das mulheres como titulares de direitos humanos é uma conquista histórica, mas ainda não consolidada. Por isso, propomos o trabalho (oficina) com um grupo de mulheres, domésticas, migrantes internas, o que nos possibilita refletir sobre injustiças, reconhecimento, valorização, inclusão cidadã, sem naturalizar esses fenômenos sociais tão arraigados no coletivo feminino.

Oficina: “A visibilidade do trabalho doméstico”

A oficina, na perspectiva da pesquisa, não é somente um lugar de produção de informações, mas também um espaço dialógico de reflexão e produção de sentidos, em que é permitida a emergência de conflitos, contradições, trocas simbólicas, ressignificação e construção para o grupo envolvido.

A oficina de “Redes de Migração e Trabalho Doméstico” foi pensada como uma inovação metodológica do fazer científico e do artesanato metodológico em relação à pesquisa sobre gênero, migração, trabalho doméstico e direitos humanos. Foi feita, sobretudo, para garantir um espaço de ruptura dos silêncios produzidos no cotidiano das domésticas. Baseamo-nos no exemplo de Bandini (2014), que incorporou a oficina de fuxico⁴ com mulheres pentecostais para estudar gênero e religião, por considerar o silenciamento de uma temática de difícil acesso. Ao considerar a memória como metodologia de pesquisa, Bandini (2014)

4 O objetivo de revelar o indizível, ou seja, o período anterior à conversão religiosa, uma vez que o mundo de origem da maior parte das entrevistadas era silenciado durante as narrações (BANDINI, 2014, p. 23).

diz que as imagens do passado não são produtos do imaginário; elas contêm elementos comuns que foram vividos coletivamente. Portanto, é na experiência e na valorização do vivido que podemos compreender as relações vivenciadas no presente.

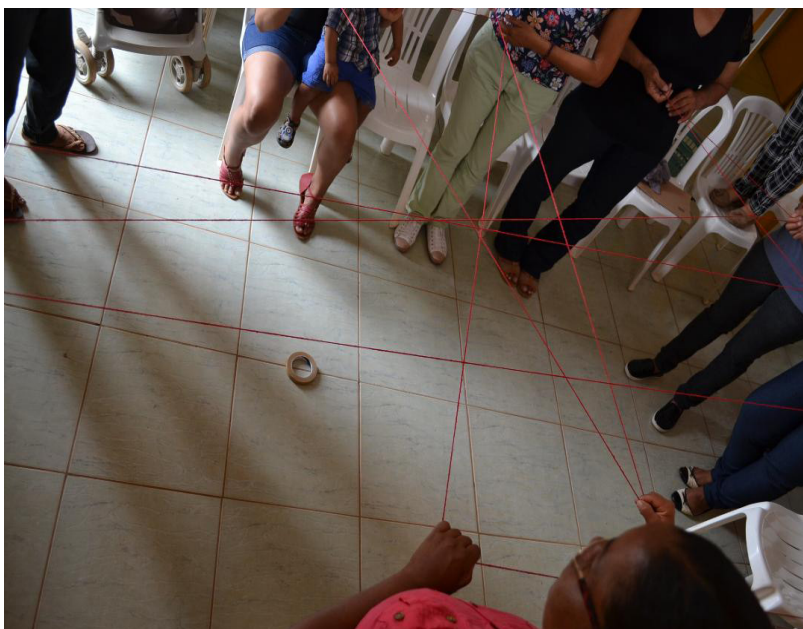
No entanto, para não aludir ao universo doméstico, optamos pela exclusão de qualquer produção manual e pensar na problemática do reconhecimento. Objetivou-se tirar o universo manual, das mãos, do fazer, para projetar uma realidade em que elas poderiam se enxergar enquanto sujeitos de suas trajetórias, curso e histórias de vidas. Nesse sentido, utilizamos fragmentos de cenas do filme *Domésticas* (Figura 3) a fim de evidenciar uma realidade próxima ao universo delas, com o objetivo de se identificarem com algumas cenas do filme e perceberem que suas experiências não estão tão distantes quanto parecem. Dessa forma, intenta-se possibilitar a construção coletiva de um espaço para que pudessem revelar o que estava debaixo das convenções sociais quanto às condições do trabalho doméstico e, ainda, se a condição de mulher migrante rural-urbana controlava ou negava em relação à memória e às identidades dessas mulheres (BANDINI, 2014).

O filme *Domésticas*, com título simples e linguagem popular, narra o universo cotidiano de domésticas paulistas migrantes que atuam, no dia a dia, dentro do espaço privado residencial, pondo em contato dois mundos antagônicos em que a figura da “doméstica” une esses dois polos: pobreza e riqueza. Outro momento da oficina foi o procedimento de construção do Mapa da Rede Social, um guia de perguntas foi orientado para dar suporte a essas características estruturais da rede das domésticas, que foram: quem são as pessoas da sua família, amizades, comunidade e no trabalho que você pode recorrer para: pedir ajuda financeira, indicar trabalho, ajudar com cuidados dos filhos, ajudar em problema de saúde, conselhos, conversar?

Enquanto Bandini (2014) assume o *habitus* das práticas singulares

de seus sujeitos para trabalhar a memória, diante da complexidade do trabalho doméstico, optamos por não reproduzir nenhuma prática do universo doméstico e construtivamente evidenciar qual era o objetivo da oficina e deixar que as domésticas fossem as produtoras de sentidos que culminariam na produção textual-visual de seus mapas de redes sociais. Para iniciar a oficina, foi proposta a dinâmica da rede com o auxílio de barbantes. Pedimos que as participantes compartilhassem seu nome, local de origem, quanto tempo trabalhava como doméstica e, segurando uma ponta do barbante, jogasse-o em direção a outra participante e assim sucessivamente, como ilustra a Foto 1, a seguir.

Foto 1 – Dinâmica da Rede



Fonte: Acervo de Guélmer Faria (2019).

O segundo momento foi exibição de cinco cenas do filme “Domésticas”, em que constavam as seguintes narrativas:

Cena 1: “Eu não me considero uma pessoa feliz. Eu me sinto muito só, assim longe da minha família [...] Mó monte das minhas amigas tão tudo só com dificuldade de arrumar um namorado” (Raimunda).

Cena 2: “O que você vai ser quando crescer? A pessoa responde: artista de novela, enfermeira, bailarina. Nenhuma pessoa responde: ah, eu quero ser empregada doméstica. Porque isso daí não é desejo que a pessoa tem, é sina mesmo” (Roxane).

Cena 3: “Vivem trocando de cama, de geladeira, aí pensei com domésticas deve ser a mesma coisa, vou ficar pulando de galho em galho até morrer. Na hora que eu morrer fica lá, parada onde cai” (Quitéria).

Cena 4: Roxane: “Eu quero pensar em alguma coisa diferente para fazer no futuro, viu, Zefa. Porque eu não sou doméstica, estou doméstica, mas é por pouco tempo”.

Zefa: “Graças a Deus não sofro de ambição”.

Roxane: “Você é burra, Zefa”.

Cena 5: “Nasce, morre, nasce, morre. Cada vez que a gente nasce é um tipo de gente [...] cada vez é de uma coisa. Deus é que vai escrever [...] o que cada um vai ter que cumprir. Minha bisavó foi escrava, a minha vó foi doméstica, a minha mãe, quando eu nasci, disse que preferia me ver morta do que empregada doméstica. Eu sou doméstica” (Créo).

Em seguida, realizamos uma roda de conversas sobre as cenas assistidas e as percepções das participantes. Os relatos, as experiências nas relações do trabalho doméstico, nas casas dos/as patroas/ões e entre as domésticas foram o mote das falas. O objetivo desse momento foi, através do reconhecimento, abrir um espaço para a socialização das trocas de experiências, quebrando o silêncio que está por trás das imbricadas relações do trabalho doméstico, compartilhar o indizível.

As domésticas, aos poucos, iam se desinibindo e compartilhando suas experiências, algumas, enquanto memória, e outras como uma realidade muito presente no cotidiano das relações trabalhistas do

convívio doméstico. Todas se identificaram e relataram fatos semelhantes com as cenas do filme. A desvalorização do trabalho doméstico é ainda uma realidade social desse *locus* estigmatizado. Goffman (1980) define o estigma com base nas relações de hierarquia entre estigmatizados e não estigmatizados, considerando as relações *face-a-face* entre os representantes dos dois grupos.

O ponto que mais chamou a atenção foi a referência à questão psicológica. Para Le Guillant (2006), a frustração, a humilhação, o sentimento de inferioridade, a dependência, a fadiga e o ressentimento são parte da situação concreta que é dramática e acompanha a condição de doméstica, pois sua atividade a coloca em um lugar social desqualificado.

Dessa forma, estabelece-se uma negociação no convívio cotidiano, coexistindo as diferenças. As redes pesquisadas possuem regulação social positiva para cimentar o processo migratório dessas mulheres, embora as redes sejam fechadas, restritas ao universo familiar, o que as torna refugiadas em poucos círculos sociais. Na visão de Bourdieu (1990), é uma “estratégia como orientação da prática, que não é nem consciente, nem calculada, nem mecanicamente determinada”, mas que é produto do senso coletivo. E os/as patroas/ões foram peças fundamentais para garantir o elo entre a experiência migratória da doméstica e o mundo exterior (as cidades).

Posterior ao lanche, partimos para a etapa final – a transposição das falas das participantes para a produção de sentidos, que resultou na elaboração do Mapa da Rede Social Pessoal Significativa. O objetivo, como já mencionado foi registrar quem são as pessoas da rede pessoal das domésticas, com quem elas podem contar dentro dos quadrantes – Família, Amizades, Comunidade e Trabalho –, em relação aos seguintes conteúdos: pedir ajuda financeira, indicar trabalho, ajudar com cuidados de filhos(as), ajudar em problema de saúde, pedir conselhos e conversar/relacionar. Nesse

momento, as emoções e os significados de suas experiências culminaram em um reconhecimento de suas vidas estarem inseridas em redes. A seguir, a Figura 2 descreve um mapa da rede social de uma das participantes.



Fonte: Elaborado pelos autores.

A rede apresentada é centrada no parentesco restrito, o que a configura como uma rede encapsulada, fechada. Os laços de parentesco com mãe, irmã e sogra, que se estabelecem, são fortes. Nesse tipo de

rede, as pessoas não têm amigos, não há trocas, apoio, sociabilidade com membros exteriores e que não sejam do núcleo familiar. O familismo é forte, com altas trocas nos planos materiais (ajuda financeira, indicação para trabalho), de serviços (cuidados com filhos, conversas) e no campo afetivo e de sociabilidade. O parentesco impõe-se na totalidade. Uma característica dessa rede é que é constituída basicamente por mulheres, as quais, geralmente, possuem nível de qualificação formal baixo, empregam-se em postos desqualificados, são residentes de zonas rurais ou “peri urbanas”. Sua densidade é baixa, já que não há relação com indivíduos exteriores, o que lhe confere uma dimensão reduzida. Redes desse tipo são bem integradas, com forte interação, fazendo circular a informação, com forte presença da dádiva, proporcionando sociabilidades e convívio familiar. Ao visualizar seu mapa, a participante, ratificou: *“A família apoia a gente, a nossa vinda para cá, eu tive todo apoio da minha família e hoje eu sei que posso continuar contando com eles”*.

Desse modo, as redes sociais ativadas no contexto da migração foram avaliadas, como afirma Assis (2007), como práticas sociais que envolvem tipos diferentes de ajuda material, logística, emocional e simbólica que possibilitam às futuras migrantes partirem com referências mínimas sobre onde ir, na casa de quem irá trabalhar, qual o trabalho que irão fazer, com quem vão morar, onde estão os conterrâneos, etc.

O instrumento foi significativo para mostrar que, embora essas mulheres sejam sujeitos históricos de suas vivências, é por meio das redes que elas conseguem produzir algum tipo de bem-estar. Ao final, foi feita a avaliação da oficina e a nossa equipe entregou uma rosa para cada participante, fechando, assim, a participação delas como algo produtivo, coletivo e simbolizado por uma flor que, apesar de ter espinhos, como muitas histórias de vida dessas domésticas, ainda se faz bela por se tratar a atividade doméstica como qualquer outro trabalho laboral e, dessa

forma, proporcionar o reconhecimento social da valorização do trabalho doméstico.

O mapa de rede social revelou-se um desafio para a compreensão sociológica e como uma ferramenta de manipulação na oficina. Observou-se, pelos mapas das redes sociais, que não há uma tipologia prevalecente de rede. O que há são modelos oriundos de conformações baseados em ajuda mútua, apoio recebido e percebido, arranjos familiares formando o suporte para a fixação dessas mulheres em um meio urbano.

Os mapas construídos pelas mulheres evidenciam que a constituição das redes acontece no pertencimento, no lugar de origem, na constituição da viagem para o lugar de destino, em grupo ou na solidariedade do encontro no lugar de destino, na expectativa da “melhoria de vida” através do trabalho doméstico. O compartilhamento de dificuldades e de apoio, no enfrentamento das mesmas, fortalece as redes e facilita sua ampliação. Os mapas sugerem que as redes são construídas pelo sentimento de pertencimento a um lugar e a um grupo. Esse sentimento auxilia na recepção de novas domésticas e no auxílio de manutenção de outras mulheres até que consigam trabalho.

A oficina foi uma oportunidade de trabalho interdisciplinar, para a compreensão do universo dessa atividade como um território cego e do qual é difícil falar.

Considerações finais

A aproximação da atividade de oficina sobre a pesquisa de gênero, migração, trabalho doméstico e direitos humanos permitiu destacar o abismo entre a academia (Universidade) e esse grupo social. Abordar a visibilidade e minimizar os estigmas relacionados ao trabalho doméstico de migrantes faz-se ainda como um desafio, e as oficinas contribuiriam nesse processo.

Sem a interlocução dos pesquisadores/as, com a ida ao ponto de ônibus do condomínio e ao CRAS, não seria possível compreender as percepções das domésticas migrantes a partir de suas narrativas, experiências e vivências.

Evidencia-se que, para cumprir com o objetivo nº 5 dos Objetivos Desenvolvimento Sustentável – “Alcançar a Igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” até 2030 –, faz-se necessário, segundo a Organizações das Nações Unidas (2018), o monitoramento para assegurar que os direitos e serviços já existentes funcionem adequadamente e com equidade para todas as mulheres, mas também promover outros avanços necessários para combater as desigualdades de gênero, no Brasil, articuladas com estratégias de combate ao racismo e outras formas de discriminação. Considera-se, assim, a necessidade de ampliar a discussão sobre as diferentes formações para a cidadania das mulheres, domésticas e migrantes, como dispersar os direitos humanos sem retrocessos em que grande parte da população feminina ainda vive.

Outro aspecto importante é o reconhecimento e a valorização do trabalho doméstico remunerado. Segundo a ONU (2018), ele é realizado fundamentalmente pelas mulheres migrantes e garante o funcionamento da cadeia reprodutiva no âmbito doméstico, que, por sua vez, sustenta e provê as bases para o funcionamento da economia produtiva no âmbito público.

Assim, a atividade metodológica da oficina extrapolou seus objetivos e descortinou, pelo trabalho, a importância da dignidade da pessoa humana que se pauta na efetivação dos direitos humanos das mulheres, no caso aqui, da PEC⁶ das domésticas e da Convenção 189, garantindo condições dignas de reconhecimento social do trabalho doméstico, da condição de migrante, da identidade social mulher com vistas a diminuir

⁶ Em janeiro de 2020, o atual governo do presidente Jair Bolsonaro reduziu as deduções no Imposto de Renda, essa dedução relativa ao emprego doméstico era um incentivo à formalização. Diante dos retrocessos nos direitos trabalhistas, a sabotagem à Justiça do Trabalho, o desemprego crescente e agora o fim da dedução fazem com que, sem ser revogada, a PEC da Domésticas - uma das maiores conquistas das domésticas se torne cada vez mais letra morta.

as desigualdades sociais e de gênero.

Ao dialogarmos com as mulheres e provocarmos que sua experiência fosse central na construção do espaço de diálogo, foi possível vivenciar com elas os dramas e as indagações do processo migratório. Migram na busca pela melhoria das condições de vida, que incluem sempre o trabalho como mote central. Estabelecem relações baseadas na família, que não é definida somente pelos laços sanguíneos, mas por laços de afetividade e através de membros do lugar de origem. Mantêm redes sociais que permitem a entrada de novos membros com características definidas pelo lugar de origem e pela atividade do trabalho doméstico. Vivem, nesse momento, velhos receios, como a perda de direitos já estabelecidos por lei e vulnerabilidade dos empregos. Prosseguem como mulheres domésticas que, ao vivenciarem o processo de saída de seus lugares de vida, resignificaram novos espaços e prosseguem com o mesmo objetivo: trabalho e melhoria de vida. Estas são, a nosso ver, as maiores contribuições dos trabalhos e estudos em grupos no campo das migrações e direitos humanos realizados na atividade metodológica da oficina.

Referências

ABRAMO, Laís; VALENZUELA, María Elena. Tempo de trabalho remunerado e não remunerado na América Latina: uma repartição desigual. In: ABREU, A. R. P; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 15, v. 3, p. 745- 772, set./ dez. 2007.

ÁVILA, Maria Bethânia. O tempo do trabalho doméstico remunerado: entre cidadania e servidão. In: ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016.

BANDINI, Claudirene. **Costurando certo por linhas tortas: práticas femininas em igrejas pentecostais**. Salvador: Editora Pontocom, 2014.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Migração, trabalho doméstico e afeto. **Cadernos PAGU**, Campinas, n. 39, p. 447-459, jul./dez. 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. Brasiliense: São Paulo, 1990.

CANDAU, Vera Maria. **Educação em direitos humanos: uma proposta de trabalho**. 1999. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/veracandau/candau_edh_proposta_trabalho.pdf. Acesso em: 28 de mar. 2019.

CARIGNATO, Taeco Toma; ROSA, Miriam Debieux; BERTA, Sandra Letícia. Imigrantes, migrantes e refugiados: encontros na radicalidade estrangeira. **REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, ano XIV, n. 26/ 27, 2006.

FARIA, Guélmer Júnior Almeida de. **“Uma mais uma é sempre mais que duas”**: configurações e dinâmicas das redes sociais das domésticas migrantes. 292 f. 2019. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2019.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

GONSALVES, Emmanuela Neves. **Oficinas Socioculturais**: possibilidades de ampliação do acolhimento às mulheres em situação de violência. In: 18º REDOR, Recife, PE. 2014.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Nota Técnica**, n. 60 – PNAD, 2014. Breves Análise. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&view=alphacontent&Itemid=64. Acesso em: 03 mai. 2017.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI**: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2528.pdf. Acesso em: 13 mar. 2020.

HSIAO-HUNG, Pai. An Ethnography of Global Labor Migration. **Feminist Review**, n. 77, p. 129-131, London, 2004.

HILL, Bridget. Algumas Considerações sobre as empregadas domésticas na Inglaterra do século XVIII e no Terceiro Mundo de hoje. **Varia História**, Belo Horizonte, n. 14, p. 22-33, set. 1995.

LE GUILLANT, Louis. Incidências psicopatológicas da condição de empregada doméstica. In: LIMA, M. E. A. (org.). **Escritos de Louis Le Guillant: da ergoterapia à psicopatologia do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 242-286.

MORI, Natalia; FLEISCHER, Soraya; FIGUEIREDO, Ângela; BERNARDINO-COSTA, Joaze; CRUZ, Tânia (orgs.). **Tensões e experiências: um retrato das trabalhadoras domésticas de Brasília e Salvador**. Brasília: CFEMEA MDG3 Fund, 2011.

MORÉ, Carmen Leontina Ojeda Ocampo; CREPALDI, Maria Aparecida. O mapa de rede social significativa como instrumento de investigação no contexto da pesquisa qualitativa. **Revista Nova Perspectiva Sistêmica**, Rio de Janeiro, n. 43, p. 84-98, ago. 2012.

ONU. Organizações das Nações Unidas. **Direitos Humanos das Mulheres**. Brasília, julho de 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas>.

org/wp-content/uploads/2018/08/Position-Paper-Direitos-Humanos-das-Mulheres.pdf. Acesso em: 02 de abr. 2019.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de. **Integração dos Migrantes Rurais no Mercado de Trabalho em Montes Claros, norte de Minas Gerais: a esperança de melhoria de vida** 159 F. Dissertação (mestrado em geografia) Programa de pós-graduação em Geografia UFU. Uberlândia MG, 2003.

PITANGUY, Jacqueline. **Os direitos humanos das mulheres**. Disponível em: https://www.fundobrasil.org.br/downloads/artigo_mulheres_jacpit.pdf. Acesso em: 28 de mar. 2019.

RODRIGUES, Marta Bonow; ALFONSO, Louise Prado; RIETH, Flávia Maria Silva. Ações participativas com trabalhadoras domésticas fomentando debates para visibilizar a profissão desde o passado escravista até a atualidade em Pelotas/RS. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 3, n. 4, p. 8-29, out./ dez. 2017.

SCHWINN, Simone Andrea, COSTA, Marli Marlene Moraes da. **Desafios aos direitos humanos das mulheres migrantes**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, Santa Cruz do Sul, RS, 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/view/14567>. Acesso em: 26 de mar. 2019.

SLUZKI, Carlos. **A rede social na prática sistêmica, alternativas sistêmicas**. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo, 1997.

SPINK, Mary Jane; MENEGON, Vera Mincoff; MEDRADO, Benedito. Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 32-43, jan./ abr. 2014.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **O que são direitos humanos das mulheres**. São Paulo: Brasiliense, 2006

TERRITORIALIDADES EPISÓDICAS E IDENTIDADES FLUTUANTES EM MOBILIZAÇÕES SOCIAIS EM REDE: UMA REFLEXÃO SOBRE O MOVIMENTO #ELENÃO

*Gustavo Souza Santos
Anete Marília Pereira*

Considerações iniciais

As eleições brasileiras de 2018 foram marcadas por transformações da vivência e da conjugação dos debates de que lhes são próprios. A campanha se tornou uma zona mais intensa e complexa de discussão, com adendos significativos da comunicação em rede, tratamento da informação e dos fatos. A ambiência midiática tornou-se intrinsecamente uma camada das práticas de campanha eleitoral, provocando novas dinâmicas sobre os modos de compreender e perceber as relações entre público e privado, governança e governabilidade, ideologias e projetos de vida e país. Dispositivos, redes sociais, recursos e ferramentas povoaram a experiência pública, constituindo-se ao mesmo tempo ferramentas eleitorais e instrumentais do senso-dissenso democrático. Tais flexões comunicacionais penetraram o imaginário popular, os espaços comuns e as espacialidades cambiantes entre o *on-line* e o *off-line*.

Por certo que o atravessamento comunicacional e de suas mediações já são componentes familiares para a análise do social, sobretudo no campo político. Todavia, no decurso dos últimos anos, a tessitura comunicacional – especialmente em rede – provocou novos agenciamentos e devires, originando novas gradações de percepção e produção da realidade, conquanto a mediação se intensifica e se fetichiza ao mesmo tempo como um símbolo messiânico e de apelo democrático. Deste modo, a natureza das redes se destacou nesse período, não apenas como agregadores de coletividades, pautas e demandas; mas como índices de transformação, agência e potência. Os diálogos específicos do processo eleitoral e democrático foram perpassados de novas emergências e, naturalmente, insurgências. Entre elas, o movimento #EleNão.

Esta mobilização tomou espaço nas ruas, nos noticiários e na internet ao longo das discussões suscitadas com as eleições brasileiras de 2018. A mobilização, liderada por mulheres, surgiu a partir de articulações nas redes sociais para reflexões sobre a agenda e oposição ao então presidenciável Jair Bolsonaro. Em 29 de setembro de 2018, protestos se difundiram pelas 27 unidades federativas do país e conjugaram uma mobilização em rede de refletância *on-line* e *off-line*. O movimento desperta indagações sobre as mobilizações sociais mais recentes, especialmente aquelas em rede, ao passo que indaga sobre a tipologia e a qualidade dos agenciamentos e transformações inegavelmente observadas, mas igualmente provocadoras e fugidias.

Procurou-se refletir aqui a emergência e a organização do movimento #EleNão, cercando suas dinâmicas de (re)produção. Para tanto, considerou-se aspectos como as tessituras insurgentes e sociopolíticas das mobilizações em rede contemporâneas, bem como seu conteúdo espacial, a partir das categorias rede e territorialidades – aqui, tomadas como insurgentes e episódicas –, e de identidades – discutidas aqui como

flutuantes.

Mobilizações sociais em rede: novas práticas e gramáticas de engajamento

Os últimos dez anos ofereceram uma vitrine de exemplares e perspectivas para se pensar os modos de fazer e viver a mobilização social e popular. Depositárias dos movimentos sociais tradicionais, as mobilizações sociais em rede se caracterizam por mobilizações cuja organização, conteúdo e tessitura se processam em rede, ativadas por influxos on-line e marcadas por flexões espaciais – escalas múltiplas e solidariedades territoriais – e temporais – voláteis e metabólicas.

Movimentos sociais produzem em sua conjuntura novos valores, saberes e objetos em torno das instâncias e instituições sociais, criando e se mobilizando por novas formas de organização da vida social (CASTELLS, 2013). E ainda possuem um caráter pedagógico para seus agentes e os objetos da agência, gerando ondas mobilizadoras cujos significados reelaboram ou pressionam por reconfigurações na esfera pública (GOHN, 2014). Embora haja um campo comum em que movimentos e mobilizações sociais se enquadrem como as lutas, programas e ações, há distinções particulares sobre seu desencadeamento, reprodução, tempos e espaços. Essas particularidades não geram oposições nem tampouco inovações de modalidade, mas diferenças de dinâmica e significado, sobretudo no ritmo e na tessitura produzida no rompante da ação localizada.

Historicamente constituída, a categoria movimento social evoca lutas, opositores e projetos socioculturais com tendência à cristalização, institucionalização e organização formal duradouras, cujo progresso se sustente como garantidor dos anelos de luta dos quais em diferentes tempos e de diversas formas as lutas e manifestações acontecem: nas ruas, em audiências públicas, nos trâmites da governança, na arte, na cultura e

toda sorte de práticas engajadas.

A anatomia sociopolítica das mobilizações sociais abriga uma constituição cuja condensação prevê menos hierarquização, organização mais volátil e impermanências institucionais, além dos tempos e espaços em fragmentação. Essa composição de plástica fluida e mutável não olvida o caráter de engajamento, isto é a formação de identidade(s) de luta, o alveijamento de opositores e a criação de projetos sociais nos quais as tensões reivindicatórias repousem.

Esse enquadramento - tipológico e situacional - das mobilizações sociais em rede é caracterizado por manifestações desenvolvidas em rede, frequentemente ativando multiescalas em sua difusão, ausentes de organismos formais e hierárquicos, arregimentadas por redes sociais sem a perda do influxo *off-line*, efervescentes em sua origem e repercussão, bem como voláteis em seu aparente declínio improdutivo. Mobilizações sociais em rede partilham esse comum organizacional, cujo caráter reticulado é seu principal predicado, potencializado pela dimensão da comunicação em rede. De posse de dispositivos, no uso da palavra e dos recursos *on-line*, movimentos ganham uma capilaridade peculiar, o rompante mobilizador e que originam imagens solidárias a agremiar e ativar sujeitos em contextos, tempos e espaços distintos.

Os sujeitos em mobilização partem de um objeto de luta e tomam eventos iniciais por símbolos que se constituem motivação para a ação, visto que a emergência dos sujeitos opera-se por meio de afetos e mediações, frequentemente catalisando adeptos cujas afinidades sociopolíticas são distintas. Esse processo desencadeia uma pulsão utópica em torno da ausência de lideranças formais, tornando o processo vertiginoso pela capacidade do poder em demonstração.

Por certo que a efervescência resulta em um evento volátil, cujo desfecho é facilmente interpretado como ineficiente ou improdutivo - por

meio de uma via interpretativa utilitarista e corporativista da ação social. No entanto, o findar de uma mobilização deixa resíduos metabólicos em que a descontinuidade remonta a energias em novas destinações, debates, modificações e impasses, reverberando transformações de diferentes naturezas.

Tal prospecto é observado nos eventos-fenômeno dos últimos anos como a Primavera Árabe¹, Geração à rasca², Movimento dos coletes amarelos³, Santiago⁴, Jornadas de Junho, ou mesmo os recentes atos antirracistas tendo os casos George Floyd e Breonna Taylor como baluartes⁵.

Destarte os exemplares e as tipificações das mobilizações sociais em rede, sua conjuntura ainda é provocativa, sobretudo quando se indaga à luz do cenário contemporâneo da democracia e da constelação das redes sociais on-line quais os rumos e lastros de tais fenômenos. Todavia, delineiam-se no imaginário popular, sob o olhar do poder vigente e da mediação midiática, novas práticas e gramáticas de se emergir sujeito e se mobilizar.

O movimento #EleNÃO

À época das eleições, especialmente no tocante à corrida presidencial, as declarações e a agenda do então candidato Jair Bolsonaro geraram oposições e debates acalorados sobre temas como defesa da democracia e questões identitárias, especialmente relacionadas a gênero. Entre a movimentação da opinião pública, os noticiários e os veículos

1 No Oriente Médio e Norte da África, em 2010.

2 Em Portugal, 2011.

3 Na França, em 2019.

4 No Chile, em 2019.

5 Iniciados nos Estados Unidos da América, com flexões localizadas em outras partes do mundo, em 2020. George Floyd e Breonna Taylor foram cidadãos negros vítimas da brutalidade policial.

de campanha, iniciativas nas redes sociais também marcaram o período. O grupo “Mulheres Unidas contra Bolsonaro” na rede social Facebook emergiu como parte do debate, com clara oposição às ideias do político e seus aliados.

A descrição do grupo, que conta com 2,5 milhões de participantes⁶, informa que se trata de um espaço “destinado à união das mulheres de todo o Brasil contra o avanço e fortalecimento do machismo, misoginia e outros tipos de preconceitos representados pelo candidato Jair Bolsonaro e seus eleitores”⁷.

A iniciativa agregou eleitoras em torno de um debate que as provocava no reconhecimento de sua identidade, de suas experiências cotidianas, vivências diárias e projetos de vida. A coletividade acionada ganhou interlocução com o momento de fomento ao debate, tendo na substância do conflito a aquiescência para seu desenvolvimento.

Destarte a unidade em rede das mulheres, organizadas e visivelmente engajadas para manifestar oposição, a polarização provocou percalços que produziram energias de insurgência, tais como o acirramento das discussões nos espaços comuns - midiáticos ou não - e o ataque cibernético sofrido pelo grupo⁸.

A escalada do debate e da visibilidade da agência reticulada do grupo deflagrou um sentido unitário de potência dos sujeitos em questão. O Facebook, já utilizado como ferramenta de coletivização, tornou-se instrumento de organização de um ato coordenado e difuso, intitulado de “movimento #EleNão”. A evocação do movimento - em “Ele não” ou na acepção de engajamento *on-line* com *hashtag* #EleNão - remonta à uma

6 Levantamento atual do número de participantes, conforme disponível em: <https://www.facebook.com/groups/499414607198716/>. Acesso em: 13 out. 2020.

7 Conforme informações no perfil do grupo. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/499414607198716/>. Acesso em: 13 out. 2020.

8 Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/14/politica/1536941007_569454.html>. Acesso em: 13 out. 2020.

recusa do discurso do então candidato pauta não apenas em demandas identitárias, mas o amplo espectro político-ideológico praticado por ele e seus apoiadores, calcados em ideias conservadoras. Trata-se de uma contracampanha com uma palavra de ordem viral, representativa da recusa às eleições, mas também às ideias por ele e nele representadas.

A palavra de ordem ganhou um invólucro estético viral: o clássico cartaz (figura 1). Desenvolvida pelo designer cearense Militão Queiroz⁹ em 13 de setembro de 2018, a peça foi incorporada ao pleito mobilizado, originando variações e releituras partícipes do mesmo campo semântico, sintático e estético.

Figura 1 - Cartaz “Ele Não”



Fonte: Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BnrrEtmBPKI/?utm_source=ig_embed>. Acesso em: 13 out. 2020.

Em 29 de setembro de 2018, atos contra as ideias do então

⁹ O artista de Limoeiro do Norte/CE faz referência às cores múltiplas da bandeira LGBTQIA+, ao mesmo tempo em que incorpora uma figura clássica da emergência da cultura de internet, o Nyan Cat, que demonstra um gato sobrevoando um céu estrelado em que seu rastro emite as cores do arco-íris. Para compreender melhor: <<https://knowyourmeme.com/memes/nyan-cat>>. Acesso em: 13 out. 2020.

presenciável se difundiram pelas 27 unidades federativas e em cidades do exterior¹⁰. Os atos envolveram 114 cidades, além de reflexos em outros países, como Alemanha, Espanha, França, México, Portugal e Suíça¹¹. Por espelhamento e vislumbrando a organização da mobilização, movimentos contrários se levantaram em 40 cidades de 16 estados¹².

Nas ruas, verificou-se a liderança das mulheres tendo por estandarte questões de gênero e, com flexão solidária, demandas minoritárias e identitárias em um conjunto insurgente. Engajados, outros sujeitos endossavam a mobilização, contrários ao candidato, seu discurso e as pautas postas em debate e questionamento.

A visibilidade *on-line* que perpassou a opinião pública tornou-se visível também em uma frente mobilizada. O movimento #EleNão pode ser caracterizado como uma mobilização social em rede *on-line* com desdobramentos *off-line*. O grupo na rede social Facebook tornou-se o elemento arrematador para que os atos fossem detonados, visto que sua conjuntura comportava não apenas mobilização insurgente, mas discussões e elucubrações entre membros.

As flexões *on-line* e *off-line*, catalisadas pela fluidez das redes, fazem com que o movimento se processe por meio de códigos e esquemas específicos de espacialização, agência e potência¹³ (SANTOS; CUNHA, 2018a; 2018b; SANTOS; PEREIRA, 2018). Carregando o bojo original de pautas e sob a alcunha inequívoca de “Mulheres contra Bolsonaro”, outras

10 Conforme disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>>. Acesso em: 13 out. 2020.

11 Segundo apuração do portal G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/09/29/manifestantes-fazem-atos-a-tarde-contrario-e-favor-de-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em: 13 out. 2020.

12 Conferir <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/09/29/manifestantes-fazem-atos-a-tarde-contrario-e-favor-de-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em: 13 out. 2020.

13 Para fins de associação, entende-se aqui como movimentos sociais em rede com desdobramentos *on-line* e *off-line*: a Primavera Árabe no norte da África e Oriente Médio de 2010; o 15-M espanhol, os atos gregos na Praça Syntagma, o Occupy Wall Street nos Estados Unidos, a revolução dos pinguins chilena e a “geração à rasca” portuguesa em 2011; bem como as Jornadas de Junho no Brasil em 2013; entre outros.

temáticas consonantes se alinhavaram fundamentando o pleito.

E neste prospecto, as marcas espaciais e temporais do movimento reclamam atenção. A espacialidade calcada na reticulação do movimento e sua conjuntura do ciberespaço para o espaço público material; e a temporalidade, no processo de imanência do tempo das redes, seja no *real time* ou na conjuntura da inteligência coletiva.

A conjuntura aparentemente específica e localizada do grupo em uma rede social que, processualmente, abarca usuários e avatares de todas as partes e, continuamente, é tomada como agência parcial, artificial ou de simulacro, se depara com uma conjugação espacial amplificada, multiescalar e de ativação territorial.

Nesse ínterim, o território é uma categoria importante nas reflexões em torno do movimento que, por sua vez, se expande para além dos marcadores temporais do fato. O território digital – das comunidades, ferramentas e agências *on-line* –, o território nacional - das escalas onde os atos se desdobraram – e o território da insurgência – nos quais os objetos de querela se radicaram.

Territorialidades episódicas e identidades flutuantes: marcadores da mobilização

O território é uma categoria que emerge do espaço, a partir de uma constelação de dinâmicas sociais, culturais e políticas (RAFFESTIN, 1993; SAQUET, 2007; 2009). Embora a circunscrição, a demarcação e o estabelecimento fronteiro material sejam variáveis da composição, identificação e definição do território, estes aspectos não lhe são limítrofes. O território é, nessa perspectiva, uma profusão de relações socioespaciais materiais e imateriais em um esteio fronteiro intercambiante.

Da constelação de dinâmicas e variáveis da composição da

substância territorial, emergem as territorialidades. As territorialidades, por sua vez, se radicam nas relações territoriais e despontam como forças relacionais e de fragor identitário capazes de delinear sujeitos, coletividades, sentidos, forças e operações diante do espaço onde a vida acontece (SAQUET, 2011; SILVEIRA, 2011).

Nesse sentido, a territorialidade é uma poética do território, isto é, serve-lhe de adensamento simbólico, etiquetamento identitário e de articulação do ser, do fazer e do acontecer da vida no seio do território materializado, materializante e imaterial. Esse aspecto leva a dizer, em última instância, que a territorialidade é também uma poética do espaço que reveste a vida como substrato de sua vazão, cosmologia, realização e significação.

Essencialmente, a categoria território está sujeita às variáveis de poder e de construções políticas que designam sua constituição, reconhecimento, respeito às suas fronteiras e seguridade de sua vivacidade intra e extramuros (RAFFESTIN, 1993; SAQUET, 2007). O poder interpola o território, de modo que forças econômicas, políticas, coercitivas e simbólicas orbitam e o constroem, ao mesmo tempo em que o desafiam e, por vezes, ameaçam. Desse modo, as territorialidades que se estabelecem como camadas, indumentária e aquiescência da vida no espaço e no território, se ativam como expressão de luta e desencadeiam complexos processos e tramas de territorialização (SACK, 2011). Essas lutas reclamam espaços para a vida material e imaterial, mas reclamam também o espaço da voz, da existência e do devir.

O território aditivado por territorialidades abriga o fragor das formações identitárias em torno do ser e do acontecer dos indivíduos feitos sujeitos a partir da coletivização do espaço, da luta e da existência (TOURAINÉ, 1997; 2009). Nesse prospecto, se inserem as formações étnicas, as comunidades tradicionais e múltiplos grupos organizados a

partir dessas poéticas espaciais de vida e produção da vida.

As estruturas que organizam a vida cotidiana a partir dos signos de progresso e desenvolvimento – como índice hegemônico em sua produção da vida e nos projetos de poder orbitantes – acabam por gerar pulsões metabolizadoras da vida proeminente nos territórios, especialmente aquelas que mais demonstram contrastes com a estetização da vida em seus projetos. Assim, instabilidades e querelas são estabelecidas entre a estetização da vida promovida pelos modos de operação dos projetos de poder e dos signos de progresso produtores de espaços vazios e não-lugares pela homogeneização, e pelos espaços identitários tradicionais, marcados por coletividades articuladas à proeminência do espaço como lugar (MASSEY, 2000; AUGÉ, 2004).

A salvaguarda da pluralidade dos espaços, territórios, comunidades e identidades deve ser o ponto de partida para o impasse que se desenha nas entrelinhas desse debate desde sua conceituação primária. Os signos de desenvolvimento hegemônicos devem ser reelaborados a partir de uma ordem diversa presente nesses recônditos de vida. O debate perpassa as noções de desenvolvimento e as forças metabólicas derivadas dos projetos participantes deste amplo e antigo prospecto (ESTEVA, 2000; RIST, 2002; RIBEIRO, 2008; GUDYNAS, 2014). Contudo, a maior expressão dos territórios e de suas territorialidades humanas é sua própria condição e *modus vivendi*. Isto é, as poéticas do espaço e da existência que transbordam dos territórios são seu próprio *modus operandi* de ação, reação e proposição.

As territorialidades não representam um conceito de encarceramento das variáveis que compõem sua substância (dinâmicas espaciais, históricas e sociopolíticas), nem tampouco um conceito estático, mas são pulsões por definição. E, como tais, se flexionam como mediação simbólica, cognitiva e prática da realidade (DEMATTEIS, 1999).

Dito isto, as territorialidades são esteios de processamento da identidade que produz sentido e coletividade comunal (CASTELLS, 1999) e ação, esta, perpassada pela matéria da diferença (TOURAINÉ, 1997) e pela modulação da potência (CASTELLS, 2013). Entre consciência, potência e agência, emergem os projetos de vida.

As territorialidades, as coletividades e as identidades abrigam projetos de vida. Isto é, narrativas de si e do outro circunscritas por espacialidades e temporalidades, atreladas por variáveis simbólicas e de sociabilidade, que indicam os modos de produção e organização da vida. Isso implica que, sendo uma poética do espaço e da existência, a territorialidade também abarca as protuberâncias que tornam hostis ou insipientes tais narrativas. Há nessa discussão um aspecto que entrelaça, inter-relaciona e arregimenta as diferenças entre sujeitos e suas vivências em uma combinação comunal, isto é, que interpola unidade na diversidade territorial. A substância identitária – ora de resistência, ora de projeto (CASTELLS, 1999) – é que promove o viço de consciência coletiva e agente.

O movimento #EleNão desliza sobre essa perspectiva. A mobilização eclode na escalada das interações dos grupos organizados por mulheres com a finalidade de se opor a discursos e agendas que provocam ou põem em xeque suas identidades, posições sociais, projetos de vida e vivências perpetradas pelo então candidato e apoiadores.

O sentido comunal foi acionado a partir dos diálogos e da partilha de vivências, experiências e expectativas – em consonância produzida pelas identidades – no grupo. A diversidade vivencial e a diferença espacial produziram contiguidade. E, na celeuma provocada pelo conflito sociopolítico e midiático, as relações contíguas se consolidaram. O pertencimento ao grupo, antes circunscrito à vivência da rede social *online*, tornou-se pervasivo à realidade das usuárias ali mobilizadas. Usuárias

também sujeitos de potência e agência (TOURAINÉ, 2009), dispostas a conjugar sua vivência múltipla ali integrada solidariamente.

Essa ambiência detém a combinação de variáveis e dinâmicas que, a partir da ativação territorial das mulheres engajadas (e de outros sujeitos que, mesmo não inscritos no grupo, se identificaram e se mobilizaram), constituem territorialidades insurgentes. Dada a relação conflituosa e que demanda a reivindicação que quer contrariar assimetrias, as territorialidades tornam-se insurgentes. A identificação, o conteúdo sócio-histórico, a relação espacial e a flexão solidária em torno de vivências e projetos fundamentaram as territorialidades insurgentes do movimento. Tal arranjo encontrou empuxo nos atos organizados que, inicialmente planejados para grandes centros, se difundiram – em número e escopo – pelo país.

É possível identificar três diferentes momentos em mobilizações em rede dessa natureza (SANTOS; CUNHA, 2018a; 2018b): detonação ou eclosão, difusão ou profusão e declínio. As fases estão ligadas a dinâmicas comuns de mobilizações sociais com conflitos sociopolíticos claros, flexões em rede (reflectantes *on-line* e *off-line*) e territorialidades insurgentes.

A detonação ou eclosão é acionada por marcadores factuais, como um acontecimento que ganha escala. No entanto, é possível observar momentos de articulação reticulada anteriores nas quais as vivências, experiências e expectativas diante do objeto de protesto estão sob debate, observação e influência nos grupos e coletivos que abrigam institucional ou virtualmente seus sujeitos.

Esse processo detonador costuma apresentar caráter viral e difusor. Isto é, a mobilização cresce em volume e adesão vertiginosamente, sem qualquer limite espacial ou temporal. A difusão se processa com a articulação frequentemente horizontal e sem liderança clara ou protagonismo de instituições organizadas. As multiescalas e a intensidade dos atos são estéticas comuns.

O declínio marca o arrefecimento dos atos, comumente marcados pela efemeridade. A detonação é ruidosa e a difusão é vertiginosa. Porém, a conclusão é silenciosa. Todavia, a pressão política, governamental e social exercida pelo movimento provoca reverberações oficiais práticas e em tempo com a mobilização, mas ecoa tempos depois com o fortalecimento coletivo e a emergência de novos posicionamentos públicos e engajados.

As mobilizações em rede desafiam os circuitos tradicionais midiáticos por se arregimentarem por meio de dispositivos e sistemas de comunicação alternativos, o que as confere autonomia. O desafio se estende também aos espaços de governança que, frequentemente, são malsucedidos em promover diálogos, já que a horizontalidade e não filiação clara a movimentos tradicionais é verificada.

A visibilidade desse tipo de movimento que é observada de sobressalto quando de sua gênese é encarada com desconfiança por seu término aparentemente silencioso. Tal brevidade de caráter sísmológico – como um terremoto que abala e cessa – é vista com desconfiança.

Todavia, o que se discute aqui é que a estética e a gramática desses movimentos possuem novas abordagens de processamento de seu conteúdo. O declínio é aqui metabólico, ou transformador. Não se encerra ou se sedimenta em formatos tradicionais e institucionalizados, mas como volumes espaço/temporais, permanecem como signos de mobilização na história e no imaginário.

A discussão permanece sustentada com o reforço de grupos e movimentos tradicionais, na geração de novas coletividades e redes, em novos estudos sobre a natureza de tais movimentos e nas reflexões sociais, midiáticas e governamentais acerca das pautas levantadas.

Esse caráter de feições efêmeras do movimento denota uma dinâmica particular das territorialidades observadas nestas mobilizações. Insurgentes e com arranjo em rede, elas se articulam em torno de demandas

de natureza social com cadência política e, como no movimento aqui refletido, pautas identitárias, produzindo tessituras de desenvolvimento (SANTOS; PEREIRA, 2018), porém voláteis e fugidias.

A volatilidade das redes é conhecida em uma de suas formas, as redes submersas (ZIBECCHI, 1997; 2008; 2015). Ocultas ao governo, mídia e opinião pública, mas em atividade em seus recônditos e circuitos¹⁴, as redes submersas eclodem vertiginosas e, se encerram de sua visibilidade patente, silenciosas.

As territorialidades insurgentes destas mobilizações são, por essa combinação de fatores – refletância *on-line* e *off-line*, unidade e diversidade de sujeitos engajados por uma pauta comum e que se torna comunal –, territorialidades episódicas. Isto é, marcadas por um episódio espaço/temporal de pressão e ruído tornado político e que, passada a descarga catártica insurgente, retorna aos sujeitos como substância de sua agência, identidade(s) e potência.

Episódicas, essas territorialidades não carecem de consistência, já que o conteúdo da luta e dos sujeitos são suas próprias manifestações pessoais e coletivas. Pode-se dizer ainda que tal caráter é a indumentária característica desta tipologia mobilizadora, onde não apenas a eclosão e a difusão são determinantes, mas sobretudo o declínio, que aqui é transformador.

O engajamento solidário, isto é, no reconhecimento da própria experiência e vivência a partir dos outros catalisando uma coletividade, é fundamental nesse processo. Essa flexão é otimizada pelo alcance e pelo caráter de coesão das redes, dado ao pertencimento expressivo e eloquente dos sentidos de luta mobilizados.

A multiescalaridade e unidade impensável em tal heterogeneidade coletiva e identitária são possíveis pela especificidade das redes com *input*

14 Como o grupo no Facebook em questão.

e *output* simultaneamente *on-line* e *off-line* (SANTOS; CUNHA, 2018b). O viço solidário assume então uma corporeidade volumosa, difusa e heterodoxa que retorna em visibilidade um caráter espontâneo, emergente e episódico.

Há que se destacar a discussão utilitária dos movimentos sociais que reclamam formas conhecidas e formais de processamento da substância da luta social. Ou ainda, o caráter episódico poderia significar um defeito de agência, já que dada à horizontalidade e informalidade, as pautas não se politizam em configurações prontamente reconhecíveis de movimentos sociais.

Entende-se que, nessa tipologia, essas mobilizações são tributárias das formações insurgentes tradicionais, mas apresentam em sua constituição dinâmicas novas. O acontecer solidário dos movimentos sociais se imiscui da fluidez fugidia das redes, designando formatos, práticas e processos particulares de se colocar em movimento.

O caráter insurgente, solidário e episódico das mobilizações se liga, em última instância, à categoria identidade. Identidades que, emergentes dos sujeitos, são acionadas na medida em que determinados contextos sociopolíticos ameaçam seu exercício. Tecidas como interação de significados, as identidades produzem aderência para o exercício coletivo e comunitário (HALL, 2006).

Nessa trama de identidades, emergem significados que constituem a extensão da existência dos sujeitos e, concomitantemente, projetos de vida. Tais projetos são organizados na produção material e imaterial da vida em seus espaços e contextos. Contudo, inconsistências da realidade põem em xeque tais projetos e as identidades neles imbricadas que se tornam resistentes (CASTELLS, 1999).

O acionamento identitário e a flexão das identidades de projeto em identidades de resistência são prerrogativas das lutas mobilizadas

que as acionam. No movimento #EleNão e nos eventos que possuem características similares, as identidades se mobilizam em dinâmicas reticuladas particulares e, tal qual a forma dos atos, se desenvolvem em torrentes de expressão. Tal característica, que deriva das redes e da estética específica das mobilizações, faz com que o acionamento das identidades se dê de forma ágil e volumosa sem que contiguidades espaço/temporais tradicionais ou modos tradicionais de comunicação sejam envolvidos. Chama-se atenção aqui para a produção de identidades flutuantes.

Identidades flutuantes não designam o anulamento ou arrefecimento das múltiplas expressões identitárias presentes no tecido social, ou mesmo uma sobreposição ou metabolização, mas a congregação dos diferentes exercícios, projetos e narrativas em uma frente mobilizada integrada. As identidades em variedade flutuam em torno da luta e, solidariamente, penetram os espaços fazendo verter sua ação. Para que as identidades flutuantes e as territorialidades insurgentes e episódicas se desenvolvam na corporeidade da mobilização, as práticas e processos comunicacionais são parte fundamental. Naturalmente, as redes são caracterizadas pela fluidez relacional e pelos sistemas próprios de formação e comunicação entre seus nós e arcos, porém as redes on-line oferecem novas perspectivas.

O caráter expansivo e a envergadura das mobilizações dessa natureza – que, originalmente, padeceriam de coesão pela heterogeneidade, horizontalidade e ausência de formalismo – ganham expressão pelo usufruto das conexões, dispositivos e espaços *on-line*. Organização, discussão, acesso e difusão de informações são algumas das finalidades potencializadas. Em suma, as territorialidades episódicas como laços sociais são potencializados por elementos mobilizadores, cuja pujança vivencial conclama à ação. Ativadas sob o vínculo social e do instante mobilizador, territorialidades se formam em um episódio de agência e potência, criando dinâmicas territoriais e escalares que potencializam a

envergadura de atos insurgentes.

Na produção do episódio e suas territorialidades, o laço cria solidariedade por meio de imagens de identificação e que aproximam contextos e vivências – mesmo díspares. As identidades flutuantes como laços solidários episódicos, criam o viço necessário para que a mobilização escoe sua pauta e mantenha-se coesa, desarticulando-se desse estado de flutuação com o findar das operações práticas dos atos.

A ambiência em rede, sobretudo pelas possibilidades da internet, tem parte nesse desenho de ação que produz espacialidades e temporalidades particulares. As distâncias e a diferenças, tanto espaciais como temporais, são minimizadas ou transformadas a partir da disjunção espaço/temporal permitida pela internet e suas redes (THOMPSON, 2004). O engajamento e o senso comunitário são reforçados por essas características que acentuam a sociabilidade e permitem alcance aos sujeitos.

Pelo caráter democratizado e de livre acesso dos usuários em redes *on-line*, as práticas e processos de comunicação se tornam alternativas – e destarte as características já discutidas das mobilizações – autônomas. As redes ganham, assim, acuidade para processarem sua indignação – pela insurgência e resistência – e sua esperança – na luta e pelos projetos de vida (CASTELLS, 1999; 2013).

Contudo, há que se verificar se tal ensejo utópico contribui para a diminuição de contextos sociais desfavoráveis por novas lógicas de poder ou se cria novas instâncias de hegemonia, bem como se instaura arenas cujos polos se deslocam dos sentidos democráticos e passam a ser lidos por meio de posicionamentos totalizantes - tarefa nada fácil dos estudos de mobilizações sociais na contemporaneidade.

Considerações finais

O movimento #EleNão despontou como uma mobilização em rede originada a partir de discussões coletivizadas na internet (a partir do grupo Mulheres Unidas contra Bolsonaro) e que, catalisadas pelo ímpeto da querela do discurso que constrangia o exercício identitário das mulheres que compunham as iniciativas iniciais, desdobrou-se em atos insurgentes pelo país.

A disjunção espaço/temporal, as características de democratização da informação nas redes *on-line* e o influxo solidário de diálogos em multiescalas promoveram uma mobilização reticulada. Desse modo, com vozes multiplicadas e dispersas, territorialidades insurgentes foram originadas com a difusão de atos em todo o país. O conteúdo insurgente remetia a discursos e ideias que ameaçavam projetos de vida e contrariavam o exercício identitário das mulheres – e, conseqüentemente, outros sujeitos e grupos –, criando uma adesão multiescalar de vozes em um contexto episódico e flutuante. A comunicação em rede exerceu papel de coesão nesse processo, sendo simultaneamente meio e instrumento de ação.

Esta mobilização e outras que compartilham de características e condições similares – espontaneidade, horizontalidade, informalidade, caráter episódico e desenvolvimento em rede – indagam sobre sua constituição e significado temporal. A formação tradicional dos movimentos sociais sugere, sobretudo, novas flexões e transformações em forma, conteúdo, estética e gramática.

Referências

AUGÉ, M. Dos lugares aos não-lugares. In: _____. **Não Lugares.** Introdução a uma antropologia da supermodernidade. 4. ed. Campinas:

Papirus, 2004. p. 71-105.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gehardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DEMATTEIS, G. Sul crocevia della territorialità urbana. In: DEMATTEIS, G. *et al.* (Org.). **I futuri della città – Tesi a confronto**. Milano: Angeli, 1999.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

GOHN, M. G. **Manifestações de junho de 2013 e praça dos indignados no mundo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

GOHN, M. G. **Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade**. São Paulo: Cortez, 2018.

GUDYNAS, E. El post desarrollo como crítica y el buen vivir como alternativa. In: RAMOS, G. C. (Org.). **Buena vida, buen vivir: imaginarios alternativos para el bien común de la humanidad**. México: UNAM, 2014.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 176-185.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, G. L. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento.

Novos Estudos – CEBRAP, São Paulo, n. 80, p.109-125, mar. 2008.

RIST, G. **El desarrollo**: historia de una creencia occidental. Tradución de Adolfo Fernández Marugán. Madrid, España: Catarata, 2002.

SACK, R. D. O significado de territorialidade. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (Org.). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2011. p. 63-89.

SANTOS, G. S.; CUNHA, M. G. C. As Territorialidades Insurgentes do Gigante Desperto: Jornadas de Junho de 2013 no Brasil e suas Dinâmicas Territoriais. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 35, p. 37-48, 24 jul. 2018a.

SANTOS, G. S.; CUNHA, M. G. C. Entre protestos e fluxos: rede e escala nas jornadas de junho de 2013 no Brasil. **Revista Elisée**, Porangatu, v. 7, n. 1, p. 71-84, jan./jul. 2018b.

SANTOS, G. S.; PEREIRA, A. M. Territorialidades de insurgência, tessituras de desenvolvimento(s): participação social e coalizão nas Jornadas de Junho de 2014. **Geofronter**, Campo Grande, v. 4, n. 4, p. 7-22, set./dez. 2018.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções do território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SAQUET, M. A. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SILVEIRA, M. L. Novos acontecimentos, novas territorialidades. In: DIAS,

L. C.; FERRARI, M. (Org.). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2011. p. 39-62.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

TOURAINÉ, A. **Iguais e diferentes**: poderemos viver juntos? Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

TOURAINÉ, A. O sujeito como movimento social. In: _____. **Crítica da modernidade**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 247-268.

ZIBECHI, R. **La revuelta juvenil de los 90**. Las redes sociales en la gestación de una cultura alternativa. Montevideo: Nordan-Comunidad, 1997.

ZIBECHI, R. **Autonomías y emancipaciones**: América Latina en movimiento. Bajo Tierra-Sísifo Ediciones, México, 2008.

ZIBECHI, R. **Territórios em resistência**. Cartografia política das periferias latino-americanas. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO NORTE DE MINAS GERAIS: AVALIAÇÃO E DISCUSSÃO A PARTIR DE UM PROJETO PRODUTIVO

*Frederico Maciel Borges
João Batista de Almeida Costa*

O *Projeto de Combate à Pobreza Rural* – PCPR/MG – foi uma política pública governamental que viabilizou projetos em comunidades rurais nos municípios das regiões Norte, Vales do Jequitinhonha e Mucuri de Minas Gerais, compreendidos na chamada área mineira da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Em sua terceira e última fase de atuação no Estado, o programa abrangeu 188 municípios entre 2006 e 2014 viabilizado por convênio firmado com o Banco Mundial.

A primeira fase deste Programa de ‘desenvolvimento rural’ foi implantada pelo governo federal a partir de 1983 com inicialmente com o nome de *Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural* – PAPP –, cuja primeira foi operacionalizada até o ano de 1995 e tinha como, objetivo primeiro, a organização dos moradores das localidades rurais em associações de produtores legalmente constituídas para assim, estarem aptos a receberem os financiamentos de seus projetos.

Esta atividade ficou a cargo dos técnicos da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social – SETAS –, que tinha como objetivo final criar uma classe média rural investindo naqueles produtores que em cada município os técnicos da EMATER-MG – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Geras – considerassem aptos a concretizarem tal meta. Na segunda fase do Programa (1995-2005), após sua reformulação, passou a se chamar *Projeto de Combate à Pobreza Rural* – PCPR –, nomenclatura que se manterá em sua terceira e última etapa no estado de Minas Gerais (2006-2010).

Por aproximadamente trinta anos, todas as fases do Programa foram implantadas e operacionalizada pelos governos estaduais dos estados do Norte e Nordeste do país que firmavam convênios de financiamento com o Banco Mundial – BIRD –, individualmente, e que disponibilizava os recursos financeiros para a implantação de projetos não reembolsáveis em comunidades rurais a partir de três categorias: *produtiva*, *social* ou de *infraestrutura*.

Tratava-se de uma nova estratégia do banco, que desde a década de 1960 financiava, também na região Norte de Minas Gerais, essencialmente grandes projetos agrícolas destinados sobretudo à implantação da monocultura do eucalipto e grandes projetos de irrigação coordenados por diferentes agências e órgãos governamentais criados no mesmo período.

Há que considerar que neste período, a chamada *modernização conservadora*, os grandes proprietários de terras e empresas financeiras, utilizando-se de recursos da SUDENE e do Banco do Nordeste, transformaram suas fazendas em empresas agropecuárias pela mudança do plantel de gado com animais de raças exóticas, bem como o empastamento das terras com capins, também, exóticos. Tais empresas, para estarem aptas a captarem os recursos necessários à modernização das atividades agropecuárias, necessitavam apresentar projetos vinculados à assistência

técnica, inicialmente disponibilizada pela EMATER-MG e aquisição de insumos industriais.

Os primeiros recursos disponibilizados pelo Banco Mundial para o financiamento de pequenos projetos agrícolas nas comunidades rurais foram através do PAPP, período concomitante ao período da redemocratização do Brasil. Em parceria com o Banco Mundial, o país se propôs a promover o desenvolvimento das pequenas comunidades rurais supostamente esquecidas pelas políticas agrícolas implantadas durante os governos militares.

Apesar das reformulações pelas quais passou o Programa, permaneceu o objetivo de financiar projetos agrícolas coletivos não reembolsáveis em comunidades rurais consideradas pobres. Uma das mudanças mais significativas no Programa aconteceu em 1993, quando a metodologia utilizada para a implantação dos projetos nas comunidades foi reformulada. Passou-se a primar por ações que fomentassem a autonomia dos beneficiários quanto à identificação das demandas de projetos, levando-se em consideração a aptidão ou característica produtiva de cada localidade definidas pelos técnicos agrônômicos da EMATER-MG. A nova metodologia procurou incentivar a participação democráticas dos beneficiários durante a discussão, elaboração, implantação e gerenciamento dos projetos.

Com a sigla PCPR/MG, o Programa executado em Minas Gerais passa, a partir de 1995, em sua segunda fase, a priorizar o fomento de projetos produtivos coletivos em comunidades rurais, classificadas como ‘pobres’. Estimulam-se, como objetivos, uma maior autonomia das comunidades no que se refere à liberdade de escolha dos projetos que iriam atendê-las e fomenta-se a participação democrática e o protagonismo das decisões pela comunidade, cujos sujeitos foram historicamente deixados à margem das políticas públicas. A metodologia do Programa condiciona a

comunidade a exercer um protagonismo político que muitas vezes nunca tinha exercido em sua relação com o Estado.

É na reunião da associação que acontecem os debates, as discussões, a votação e o registro em Ata do projeto coletivo pleiteado pela comunidade. A comprovação da criação desses espaços de discussão do projeto na comunidade torna-se uma das principais condicionantes do Programa para que a comunidade acesse os recursos disponibilizados a cada município participante. Cada município recebia um valor para a execução do Programa tendo como referência o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M – coordenado e elaborado pela Fundação João Pinheiro.

A categoria dos chamados *projetos produtivos* foi a mais demandada pelas comunidades rurais. Eles englobam a construção e implantação de fabriquetas de farinha ou de rapadura, granjas aviárias ou de suinocultura, pequenas cozinhas agroindústrias, além da possibilidade de aquisição de matrizes bovinas e de animais para tração animal ou máquinas e implementos agrícolas.

Segundo Severino (2014), entre os anos de 2006 e 2010 o PCPR/MG financiou a implantação de 1.722 *projetos* em Minas Gerais, atendendo 93,5 mil famílias do norte do Estado, com recursos da ordem de R\$ 83,2 milhões (SEVERINO, 2014). A EMATER-MG e o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – IDENE – foram as instituições estaduais responsáveis por divulgar, mobilizar e executar o projeto técnico junto às comunidades rurais.

O município de Claro dos Poções foi primeiro da região Norte do Estado de Minas Gerais a ter projetos aprovados e implantados durante a terceira etapa do programa, em um total de nove projetos. A comunidade rural de Brejão recebeu dois destes projetos e por isso foi uma das comunidades escolhidas para receber a visita do representante do Banco

Mundial, instituição promotora e financiadora do programa quando de sua visita ao Brasil no ano de 2008.

O primeiro projeto de Brejão foi destinado a ampliação da estrutura física da fabriqueta de farinha, e o segundo foi a mecanização do processo produtivo da raiz de mandioca, antes manual. Este artigo é fundamentado na avaliação destes dois projetos produtivos – *ampliação e mecanização*, cujas pesquisas de campo foram realizadas em 2018, doze anos após a sua implantação.

A escolha por esta comunidade se deu por uma questão que se considerou de ordem simbólica: em novembro de 2008, o então vice-presidente sênior e economista-chefe do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD (Banco Mundial), Justin Yifu Lin, esteve no município de Claro dos Poções para visitar projetos do PCPR/MG financiados pelo Banco.

Oito anos após esta visita à localidade de Brejão, Glenio Martins, então presidente da EMATER-MG, entidade do governo estadual que operacionalizou o PCPR junto as comunidades rurais, fez a seguinte declaração no sítio oficial da empresa: “O PCPR/MG fez uma série de investimentos em agroindústria, muitos investimentos ociosos, obsoletos.”¹ Esta afirmação vai de encontro ao verificado no trabalho de SANTOS et al. (2013, p. 2), cujos autores identificaram que alguns projetos produtivos do PCPR/MG implantados em comunidades rurais do município de Salinas/MG ainda não haviam atingido as metas inicialmente pretendidas pelo programa, após quatro anos de implantados.

“(…) Na fabriqueta de farinha, por exemplo, os beneficiados dizem usar a farinha para consumo ou troca e que não dá pra vender, pois produzem muito pouco (…). A maioria afirmou que até hoje nada pôde ser adquirido devido ao baixo retorno da renda dos subprojetos. (...) Observou-se, também, que nos subprojetos de Beneficiamento de Cereais, os beneficiados não obtiveram nenhum retorno financeiro, portanto, não puderam realizar nenhum complemento na sua renda.

1 (EMATER-MG, 2016)

(...) Na Fabriqueta de Farinha em Nova Fátima, que teve início em 18/12/2010, a realidade encontrada não evidencia efetividade. O subprojeto se encontra parado; as máquinas estão ociosas e os plantios estão se perdendo, pois falta energia elétrica na fábrica. (...)” (SANTOS et al., 2013).

A visita de Justin Yifu Lin a Brejão mobilizou inúmeros agentes políticos e da imprensa regional. A visibilidade que a comunidade recebeu, aliada ao seu simbolismo, nos levou a escolher esta comunidade para avaliar em 2018 os projetos que foram finalizados em 2008. O projeto ainda estaria em funcionamento? Teria conseguido reduzir a pobreza na comunidade visto ser esta a principal premissa do Programa? Ou estaria ocioso e inoperante como afirmou o presidente da EMATER/MG e foi verificado em comunidades de Salinas/MG pela pesquisa de SANTOS et al (2013)?

O projeto de combate à pobreza rural

A pobreza é um fenômeno social complexo que tem sido analisado e debatido a partir de suas múltiplas dimensões e interpretações. Analisá-la a partir de uma única variável é reduzir a sua complexidade. Governos e entidades oficiais há anos adotam a variável *renda* como determinante para a identificação dessa condição, apesar de já considerarem em suas análises também os índices de longevidade, educação, saúde, cidadania, liberdade, habitação, meio ambiente dentre outras.

Compreender fragilidades comunitárias em outras dimensões da realidade social permite a pesquisadores e analistas de políticas públicas governamentais chances de identificar outras carências, além da renda, que são determinantes para condições de privação e pobreza. É na identificação e análise das múltiplas dimensões das carências que as políticas públicas

têm a oportunidade de serem melhor direcionadas e implantadas.

Para a concepção de políticas públicas de enfrentamento às vulnerabilidades sociais prevalece como determinante a identificação da renda *per capita* familiar. Dentro desta perspectiva as regiões – Vale do Jequitinhonha, Mucuri e norte do estado de Minas Gerais são enquadradas como as regiões com os maiores percentuais de domicílios considerados *pobres* em função dos níveis de renda mensal familiar. Nessas regiões, cerca de 50% dos domicílios têm rendimentos médios de até 1/2 salário mínimo, e sendo considerada situação de pobreza segundo a Fundação João Pinheiro – FJP (2017).

O PCPR/MG utilizou dados do IDH-M como parâmetro para a distribuição dos recursos financeiros aos municípios participantes do Projeto de Combate à Pobreza em Minas Geras. Este índice é calculado com base nas taxas municipais de expectativa de vida, de educação e de renda, condições de moradia, de saneamento e de disponibilidade de recursos hídricos.

As metodologias para implantação do projeto nas comunidades previam uma série de etapas que, em tese, primavam pelo estímulo às práticas democráticas e participativas dos membros da comunidade. O Banco Mundial acordou com cada Estado participante do programa um *Manual Técnico de Operação*, que definia as regras e os procedimentos para garantir aos beneficiários um processo democrático e participativo na escolha e definição das demandas.

O Manual previa, além da regularização e valorização das Associações Comunitárias, também a implantação e regularização do CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – de cada município. Esses Conselhos tiveram um papel determinante no Programa. Os projetos só tinham recursos liberados após aprovação dos membros do CMDRS.

Uma vez que as demandas por projetos comunitários normalmente eram superiores aos recursos disponíveis a cada município, o CMDR foi definido como o espaço para a discussão e seleção das propostas apresentadas por cada comunidade rural via associação comunitária. Desta forma, acontecia “disputa” entre os representantes das comunidades que precisavam defender, justificando, a relevância e importância do projeto demandado aos membros do CMDRS.

Quando uma demanda de projeto comunitário não era aprovada no CMDRS, o mesmo retornava à comunidade para que fossem realizadas alterações ou readaptação da proposta inicial. A devolução de um projeto normalmente indicava o CMDRS considerava que a proposta não era relevante para a comunidade que o pleiteou ou que o município possuía demandas de projetos de outras comunidades que deveriam ser priorizados, como projetos de captação ou distribuição de água para comunidades com escassez de deste recurso fundamental.

O CMDRS era no município a última instância decisória para a aprovação de um projeto. Entretanto, uma vez que o projeto é aprovado ele ainda deveria ser submetido à avaliação dos técnicos do IDENE, que poderiam emitir parecer favorável ou não ao projeto a partir critérios técnicos.

Segundo Romano (2002), as políticas públicas fundamentadas na premissa de implantação de *projetos coletivos* como forma de *empoderar* a comunidade cuja escolha é definida pelo voto, reduz uma decisão que deveria se comunitária, aos interesses pessoais. Utiliza-se o sufrágio como princípio democrático, é uma estratégia que pelo contrário, reforça uma lógica de interesses privados e desejos individuais de determinados membros e famílias mais influentes da comunidade.

A complexidade das políticas públicas se faz presente mesmo onde não se imagina existir conflitos. Usualmente uma comunidade rural

é constituída por um ou mais grupos familiares, cada uma com interesse específico e distinto dos interesses das outras famílias e há uma disputa de poder quando recursos financeiros são disponibilizados para a implantação de algum projeto que deve, em tese, ser de utilização de todos. Mas entre o desejo e o realizado, há uma permanente queda de braços com a cooptação final do recurso. “(...) O empoderamento da comunidade se torna um subproduto do empoderamento individual (...)” (ROMANO, 2002, p.13).

A comunidade do Brejão

A comunidade rural de Brejão localiza-se a 4 km da área urbana do município de Claro dos Poções, situada na parte baixa de um grande vale cercado por chapadas onde há o plantio extensivo de eucalipto. Atualmente conta com aproximadamente trinta famílias que estão distribuídas em áreas loteadas de 360 m².

As visitas a campo para a pesquisa ocorreram entre julho e novembro de 2018. Foram realizadas doze entrevistas semiestruturadas: com nove moradores da comunidade, um técnico da EMATER-MG de Claro dos Poções, com o secretário municipal de Agricultura e Meio Ambiente e com um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município.

Os entrevistados apontaram que o município há cerca de 40 anos era uma grande produtora de gêneros alimentícios variados. Colhiam-se fava, milho, feijão, arroz, cana e mandioca, e se produzia muita farinha e rapadura, “tudo com muita fartura”. A produção era frequentemente comercializada com os municípios de Montes Claros e Belo Horizonte. A região de Brejão também era uma grande produtora de alimentos.

Com o advento do reflorestamento das chapadas que circundam a comunidade e em todo espaço elevado do município, com a derrubada da vegetação nativa para introdução da monocultura do eucalipto e para

o empastamento com espécies exóticas de capim, consolidou o processo de concentração fundiária instaurados nos anos 1960, o que afetou drasticamente os sistemas de produção das comunidades rurais tanto no acesso aos recursos naturais, como a água e o acesso às áreas devolutas até então utilizadas para a criação de gado “na solta”.

Dois projetos PCPR/MG foram implantados em Brejão. Em 2006, o projeto intitulado *Ampliação da unidade de processamento da mandioca* da categoria *infraestrutura* contou com orçamento em R\$ 13.850,50 e objetivo de beneficiar 50 famílias da comunidade. O segundo projeto foi implantado em 2008, intitulado *Aquisição de equipamentos e melhoria da unidade de processamento dos derivados da mandioca*, da categoria *produtivo*, com o orçamento de R\$ 28.136,02 com o objetivo de beneficiar agora 70 famílias.

Com investimentos totais de R\$ 41.986,52, além da ampliação da fabriqueta de farinha artesanal que a comunidade já possuía, dentro da sede da Associação comunitária, foram adquiridos: uma prensa, um ralador, uma máquina de torrefação, uma balança e seis caixas de água de 300 litros cada.

Durante os seis primeiros meses após a instalação das máquinas, a comunidade teve grande dificuldade em operar os equipamentos. Segundo relatos, não se conseguia por exemplo controlar a quantidade de fogo necessário para a torrefação da mandioca e a farinha era constantemente queimada. Cristina, principal liderança da comunidade, em entrevista para este trabalho, conta que “desperdiçava-se muita farinha porque ora queimava ora ficava crua. Isso durou uns seis meses, até que fomos à EMATER-MG, pedimos, e ela solicitou que os vendedores da máquina viessem nos ensinar a operar, e eles vieram”.

Dois anos após a instalação a ampliação da unidade, a comunidade recebeu no dia 18/11/2008, a visita do então vice-presidente e economista

chefe do Banco Mundial, Justin Yifu Lin, que foi conhecer pessoalmente a fabriqueta de farinha, projeto PCPR que é financiado pelo Banco. Segundo Cristina, o vice-presidente foi acompanhado de uma grande comitiva que envolveu pessoas de diversas entidades governamentais e políticos da região. “Veio um ônibus com mais ou menos 30 pessoas. Chegou pela manhã. Fizemos *beijú* na hora para todos. Ele (*Lin*) foi educado durante toda a visita e perguntava muito sobre os equipamentos e sobre o processo de produção e fez questão de acompanhar todas as etapas do processamento da farinha de mandioca e polvilho que foi produzida durante a sua visita”, conta Cristina.

Resultados e discussões

Após 12 anos da implantação do projeto na comunidade, percebemos que a fabriqueta tinha um ambiente asseado e com estrutura física conservada. No dia da nossa visita para esta pesquisa, não havia produção em andamento, mas ela havia acontecido no dia anterior o que pode ser comprovado com o polvilho úmido que vimos secando sobre uma grande bancada de madeira. Dentro da fabriqueta havia farinha estocada, tanto em sacos de 50 kg quanto em embalagens de 1 kg, transparentes e seladas. A fabriqueta estava em funcionamento.

Entretanto, observou-se que das 70 famílias que seriam beneficiadas pela mecanização da fabriqueta no projeto de 2006, em 2018 apenas seis pessoas estavam sendo diretamente beneficiados, todas pertencentes a três famílias e que trabalham regularmente na fabriqueta, produzindo farinha de mandioca e polvilho.

Brejão, em 2018, ainda é uma comunidade cujas famílias encontram-se em situação de vulnerabilidade social. Verificamos que pobreza rural em Brejão, estava também relacionada à diminuição da oferta de água na

comunidade. A sua escassez coincide com a chegada da monocultura do eucalipto que foi plantado nas chapadas circunvizinhas à localidade.

Outro fator importante estava relacionado ao tamanho das propriedades dos agricultores que lá residem, que surgiu a partir do loteamento de uma fazenda que demarcou seus dos lotes utilizando-se da metragem usualmente urbana de 360m². O loteamento foi criado na década de 1995 e surgiu para atender as necessidades de partilha da terra de uma família e também por razões comerciais. Indiferente a estas motivações, o vilarejo de Brejão se formou, sobretudo, em virtude de uma *demandada reprimida* por terras dentro da própria comunidade. Ou melhor, surgiu pela dificuldade que os mais jovens, e as novas famílias que se constituíam, tinham para ter acesso a terra.

O PCPR/MG da fabriqueta de farinha não foi o primeiro contato da comunidade com políticas públicas. Brejão já recebera etapas anteriores do Programa voltados a implantação de energia elétrica, poços artesianos, reforma de casas e construção de sistemas de captação de água de chuva nas casas das famílias ali residentes.

A partir da década de 1980 utilizaram-se diferentes nomes e nomenclaturas para programas e projetos que tinham pelo menos no discurso oficial, o objetivo de viabilizar a superação da pobreza em Brejão, mas que nada mais foram, do que programas que apenas garantiam os recursos mínimos de sobrevivência a pessoas de uma comunidade que em 40 anos perdeu a fartura de água, de recursos naturais e de alimentos.

Em relação ao projeto da fabriqueta de farinha, a produtora Cristina, que no momento da pesquisa estava como vice-presidente da Associação Comunitária, não se esquivou em fazer críticas quanto a determinadas situações vivenciadas. Sobre o papel da EMATER-MG, salienta que houve um grande empenho do escritório de Claro dos Poções durante todas as etapas de implantação, elaboração e execução do projeto

da fabriqueta. Entretanto, após sua implantação, não houve por parte da entidade qualquer orientação ou capacitação quanto ao plantio e manejo da produção de mandioca na localidade, de maneira a promover o aumento produtivo da raiz, principal insumo do projeto.

Sua observação foi de encontro aos dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2018) que apontam que de 2004 a 2017 a quantidade de mandioca produzida no município – em toneladas – teve redução de 85%. A área de plantio no mesmo período foi reduzida em 47,83% e a produtividade média reduzida em 72%. São dados preocupantes para uma comunidade que se predispôs a trabalhar em um projeto coletivo de produção de farinha e polvilho de mandioca cuja mecanização de seus processos produtivos agora demanda uma quantidade muito superior de matéria prima, em relação ao processamento artesanal.

Não houve, segundo os relatos, um trabalho posterior das entidades envolvidas na implantação do projeto no sentido de capacitar as produtoras de farinha e polvilho quanto ao desenvolvimento de estratégias produtivas e de comercialização dos produtos. Embalagens, comercialização e marketing são variáveis fundamentais para a sustentabilidade projetos de iniciativas produtivas destinados ao mercado consumidor de gêneros alimentícios.

Em razão das áreas reduzidas para plantio, alguns agricultores da comunidade foram indiretamente beneficiados pelo projeto, seja cedendo terras para o plantio “na meia” ou cedendo a raiz da mandioca *in natura*, em troca de parte da farinha produzida. Esse grupo de agricultores também consideramos beneficiários do Programa, mas de forma indireta, uma vez que não tinham participação direta nos processos produtivos da fabriqueta. Verificou-se que entre os agricultores que participavam diretamente dos processos produtivos aqueles que trabalham em sistema de parceria ou meia, estimamos em 15 o número total famílias participantes do projeto

doze anos após sua implantação. Dentro desta perspectiva verificou-se a redução de 78,58%, no número de famílias a serem beneficiadas pelo projeto, inicialmente previsto para atender 70 famílias na comunidade. Em 2018 pouco mais de trinta famílias residiam na localidade.

Apesquisa constatou a ausência de destinação adequada do principal resíduo do processo produtivo da mandioca, a *água da mandioca* ou *manipueira*, um resíduo do processo produtivo de farinha que é venenoso e nocivo ao homem e aos animais quando ingerido puro e poluidor do meio ambiente cujo tratamento ou destino adequado é obrigatório para projetos de processamento de farinha. Em relação à superação da situação de pobreza, três produtoras da fabriqueta informaram que a renda auferida com a venda de farinha e polvilho não representava um acréscimo significativo à renda familiar, concluímos que o PCPR/MG não teve *efetividade* em combater a pobreza rural naquela comunidade.

Dentro do conceito de *efetividade* proposto por Cohen e Franco (2002), talvez sob a ótica dos órgãos de governo, a avaliação PCPR/MG de Brejão aponte para a *efetividade* dos projetos implantados uma vez que as obras para ampliação da fabriqueta foram realizadas, as máquinas e equipamentos foram adquiridos e instalados e verificamos que a fabriqueta estava funcionando no período da pesquisa, 12 anos após a implantação do projeto. Entretanto, os trabalhos de campo demonstraram, a partir de entrevistas semiestruturadas, observações e conversas informais, que o projeto produtivo da fabriqueta de farinha na comunidade rural de Brejão não foi *eficaz*, não foi *eficiente* e nem apresentou *efetividade* em cumprir seu objetivo que é o de combater a pobreza rural na localidade.

Avaliação de perspectiva de sustentabilidade

Com o objetivo de verificarmos o nível de sustentabilidade do

projeto, utilizamos cinco indicadores adotados por Soares (1997) na pesquisa intitulada *Avaliação de Perspectiva de Sustentabilidade do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste – PAPP* (SOARES,1997) e propusemos cinco novos para identificar o nível de sustentabilidade financeira e ambiental da fabriqueta. Os identificadores de sustentabilidade propostos por Soares (1997) são: *operação* (processo produtivo do subprojeto); *intermediação* (atuação de agentes externos no processo de implantação); *conhecimentos* (domínio na operação das máquinas e equipamentos e na comercialização); *caixa/manutenção* (constituição de fundo para manutenção de máquinas e equipamentos) e *assistência técnica* (prestada pelos órgãos responsáveis).

A partir destes identificadores propusemos a inclusão de cinco novos tendo em vista o surgimento de novas preocupações ambientais e de um novo entendimento acerca de políticas públicas rurais: *água* (disponibilidade/oferta de água potável na comunidade); *matéria-prima* (disponibilidade para atender as demandas do subprojeto); *beneficiários atendidos* (famílias beneficiadas com a instalação do projeto); *rejeitos* (destinação do rejeito e possível reaproveitamento ou reciclagem) e *mercado* (distância e acesso ao mercado consumidor).

Totalizando dez variáveis, estabelecemos uma pontuação para classificação da *perspectiva de sustentabilidade* dos subprojetos produtivos em Brejão:

Tabela 1 – Faixas de pontuação

Pontuação total - faixas -	Perspectiva de sustentabilidade
0 a 10	Nula
40 a 50	Mínima
60 a 70	Pequena
80 a 90	Satisfatória
90 a 100	Sustentável

Tabela 2 – Proposta de Avaliação de *perspectivas de sustentabilidade*
 (com fundo em cinza a avaliação atribuída a cada critério)

Critério/Variáveis	0 pontos	5 pontos	10 pontos
1 – Operação	Parado	Semiparalisado	Operando
2 – Intermediação	Intensa	Pequena	Nenhuma
3 – Conhecimentos	Nenhum	Pequeno	Grande
4 – Caixa/Manutenção	Não	Insuficiente	Suficiente
5 – Assistência Técnica	Sem	Parcial	Total
6 – Água	Insuficiente ou compromete o uso coletivo	Suficiente, mas captada por poço artesiano ou nascente;	Suficiente, captada por sistema de gravidade até 500 metros (exceto nascentes)
7 – Matéria-prima	Insuficiente	Razoável	Grande
8 – Nº Beneficiários atendidos	Até 1/5 em relação ao projeto inicial	Até a ½ em relação ao projeto inicial	= ao projeto inicial
9 – Rejeitos/resíduos	Queima ou Espalhado a céu aberto	Fossa séptica Ou Fossa seca	Tratamento por: Reaproveitamento; Reutilização; Reciclagem;
10 – Mercado consumidor	Sem transporte regular de passageiros ou Acima de 100 km de estrada de chão	Transporte regular de passageiros ou Até 100 km estrada de chão	Transporte regular de passageiros ou Até 50 km estrada de chão

Pela nova proposta de avaliação de *perspectivas de sustentabilidade* dos subprojetos produtivos implantados em Brejão, constatamos que os projetos de ampliação e mecanização implantados na fabriqueta de farinha em Brejão totaliza 45 pontos, ou seja, o projeto possui perspectiva de sustentabilidade considerada MÍNIMA dentro desta metodologia de

avaliação.

Considerações finais

Iniciamos a pesquisa partindo da hipótese de que os projetos produtivos implantados pelo Projeto Combate à Pobreza Rural – PCPR/MG –, em 2006, na comunidade de Brejão, município de Claro dos Poções, poderia não estaria em funcionamento após 12 anos de sua implantação, visto as observações do presidente da EMTER-MG (2016) e SANTOS et.al (2013).

Encontramos uma fabriqueta de farinha de mandioca e polvilho em atividade, mas com problemas que consideramos grave, como a ausência de destinação adequada para a *manipueira* à participação direta no projeto de apenas 15 famílias diante às 70 previstas e uma geração de renda aquém das expectativas das famílias envolvidas no projeto em 2018. Essas questões foram apreendidas ao aplicarmos os *indicadores de perspectiva de sustentabilidade*, propostos por Soares (2017) onde constatou-se uma perspectiva de sustentabilidade MÍNIMA em relação ao projeto implantado.

A região norte do estado de Minas Gerais é marcada pela presença de comunidades rurais que trazem consigo um *modo de vida* próprio, que se manifesta através de suas características históricas, sociais, culturais e econômica cujo *modo de vida* próprio, é reconhecido pelo Estado através determinados dispositivos jurídicos, que primam por sua preservação e proteção.

Tecnologias produtivas como máquinas e implementos agrícolas visam otimizar o trabalho em diversas fases dos processos produtivos. Mas quando esse processo é impulsionado pelo Estado cujos prazos e parâmetros são determinados por uma outra instância, como o Banco Mundial, acreditamos que em determinados casos os resultados podem

nem sempre corresponder às metas definidas e esperadas.

Muitas destas comunidades mantêm relações sociais, produtivas e comerciais cujas práticas muitas vezes diferem em alguma medida, da lógica capitalista pautada na produção de excedentes em grande escala com fins à comercialização também em larga escala.

Pode-se afirmar que tais projetos servem à transferência de recursos financeiros que passam pela comunidade, em direção às indústrias produtoras máquinas e equipamentos agrícolas e para os órgãos de Estado que assessoram tais comunidades. São recursos vultuosos que desenvolvem efetivamente determinados setores da sociedade através da concentração de capital, mas não a comunidade selecionada para ter sua ‘pobreza combatida’.

O Banco Mundial, além de financiar projetos de desenvolvimento em todo o mundo, também é a instituição responsável pela definição e enquadramento da pobreza como um valor a ser replicado em diferentes culturas e continentes no planeta. Trata-se de uma determinação externa, baseada em princípios e valores também externos do que é a pobreza. Entretanto, entendemos que pobreza tem diferentes dimensões. Trata-se de uma variável complexa que precisa ser contextualizada por comunidade, região e país.

Os organismos internacionais se baseiam, sobretudo, na renda *per capita* das famílias para determinar as faixas de pobreza. Essa é uma metodologia que se tornou hegemônica também para as instituições e centros de pesquisas brasileiros. Trata-se de uma leitura que os organismos externos fazem sobre a *pobreza* nos países periféricos. Não representa muitas vezes a complexidade que envolve a questão, cujos conceitos e entendimentos, pode variar conforme a cultura de cada país.

Classificar povos e populações como “pobres” em certa medida facilita processos de estímulo à concessão de financiamentos, que por sua

vez, viabiliza condições adequadas para a expansão geográfica do capital para todas as regiões do planeta que em se tratando de projetos agrícolas, na maioria das vezes beneficia os setores econômicos vinculados aos insumos industriais das grandes corporações que controlam o setor.

Perpassam mais de meio século que diferentes programas agrícolas vêm sendo implantados na região norte de Minas Gerais e que adotam o discurso da modernização e do desenvolvimento e que justificaram a implantação de grandes projetos agropecuários, de reflorestamento e de irrigação nesta região que desencadearam violento processo de ocupação predatória das regiões de chapadas, antes eram responsáveis por garantir o fornecimento de água, alimentos, remédios, madeira e criatório extensivo do gado.

Todo esse processo se deu com a anuência, a proteção e o incentivo financeiro do Estado, em nome do suposto desenvolvimento que não beneficiou as populações e povos historicamente deixados às margens das políticas públicas de desenvolvimento.

A comunidade de Brejão já foi contemplada com um significativo número de políticas públicas através de sua Associação a partir da década de 1990. Isso reforça a ideia da presença de um nível de *empoderamento* e *capital social*, em Brejão, mas, por outro lado, demonstra sua vulnerabilidade social e ambiental que a tornou profundamente dependente das políticas públicas, como o PCPR/MG, concebido após um longo período em que vultuosos investimentos foram feitos em grandes empresas agropecuárias e de reflorestamento.

Com relação à fabriqueta de farinha, a pesquisa apontou para a *ineficácia* e a *ineficiência* do projeto. Concebido para atender 70 famílias, em 2018 o projeto atendeu aproximadamente 15 famílias, 3 de forma direta e 12 de forma indireta. Uma redução de 78,58%, no número de famílias atendidas demonstra que o projeto e não foi *eficaz* em atingir o número de

famílias beneficiárias previstas.

Para a implantação do projeto, seguiu-se as recomendações do *Manual Técnico de Operação* do Banco Mundial que determina as seguintes etapas: identificação de demandas na comunidade sob a orientação dos técnicos da EMATER-MG, encaminhamento da demanda para CMDRS municipal para avaliação, encaminhamento para avaliação dos técnicos IDENE.

Com tantas instâncias e técnicos envolvidos para a aprovação dos projetos PCPR/MG, acreditamos que, assim como pontua Romano (2012), tantas etapas e tantas análises na verdade não promove a verdadeira autonomia dos sujeitos, em fazer suas escolhas. A partir desta premissa também entendemos que o PCPR/MG é *ineficiente* em promover uma verdadeira autonomia política e social dos sujeitos beneficiados.

Acreditamos que a metodologia imposta pelo Banco Mundial para a viabilização dos projetos PCPR/MG é excessivamente burocrática e dispendiosa. É supostamente democrática uma vez que envolve diversos pareceres técnicos capazes de privar os beneficiários das demandas que realmente gostariam de implementar. Assim como defendido por Romano (2012), o ideal seria que o público alvo do programa possuísse autonomia total na demanda de projetos.

Para o autor, tal metodologia tem por princípio a verticalidade responsável por criar uma aparente autonomia comunitária e dos sujeitos. O poder decisório permanece vinculado a outras instâncias “superiores”. É o parecer técnico que autorizará ou não o projeto demandado pela comunidade.

Etapas e trâmites envolvidos no processo de implantação dos projetos avolumadas em números reduziu o tempo disponível para que o técnico do governo, responsável pela mobilização da comunidade, identificar as características sociais, culturais e produtivas dos beneficiários

a serem contemplados a partir dos potenciais e de carências existentes. Sem considerar essas características os projetos após implantados tendem a tornarem-se *inefcazes* em seu propósito de promover o desenvolvimento social dessas populações.

Concluímos que os dois projetos implantados na comunidade de Brejão não foram os mais adequados à comunidade, apesar da alegada tradição na produção de farinha e de polvilho feita pelos membros em atividade do projeto. A pesquisa apontou que a comunidade rural de Brejão deixou de conviver com a fartura de alimentos e água para tornar-se objeto de políticas públicas compensatórias, mitigadoras das consequências do modelo predatório de desenvolvimento.

A concentração de terras no país é uma questão histórica e estrutural que mantém as desigualdades sociais e de renda no país. Enquanto não for equacionada, as comunidades rurais continuarão a ‘participar’ de políticas públicas que se pautam por *combater*, e não por *acabar* com a pobreza rural. Políticas públicas compensatórias que se justificam pela ausência de justiça agrária, pelos impactos sociais e ambientais proporcionados pelos grandes projetos de irrigação e de reflorestamento presentes por mais meio século no Norte de Minas Gerais.

Essas críticas vão de encontro às reflexões de Ribeiro e Galizoni (2007) que apontam que os Programas voltados para a agricultura familiar mantem, na realidade, uma lógica de contínua exclusão social deste segmento. Os autores apontam que, por isso, quando a exploração costumeira e a terra comum se tornaram parte do passado, os programas modernizadores foram sucedidos por programas de apoio ao pequeno produtor. A partir de então, sitiantes tornaram-se objeto de programas públicos, mas apenas daqueles mitigadores, paliativos ou compensatórios, que instituíram aos poucos o lugar político do excluído e o suporte que este receberia do Estado. (...) A lógica da política agrícola dos anos 1970 não

tem nada de acidental, e os programas de apoio à agricultura familiar são uma notável e, sobretudo, coerente continuidade a esta lógica de exclusão (RIBEIRO e GALIZONI, 2007, p.122).

A comunidade de Brejão é vítima de um modelo agrário desenvolvido pelo Estado que é excludente, que se utiliza das políticas públicas paliativas e compensatórias, para manter o *status quo* da política agrária no país. Esse é um modelo que vem se reproduzindo e se perpetuando no país desde sua formação, graças a complexas articulações de poder, privilégios, violência e votos.

Referências

COSTA, J.B. de A. **Cultura sertaneja: A Conjunção de Lógicas Diferenciadas**. In: SANTOS, G.R. dos (Org). Trabalho, cultura e sociedade no norte/nordeste de Minas. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997, p77-88.

COHEN, E.; FRANCO, R. (2002). **Avaliação de Projetos Sociais**. 5 ed. Petrópolis: Vozes.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Diagnóstico Multidimensional da Pobreza Rural** / Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 2017.

MINAS GERAIS. **Marco de Referência Ambiental** – Programa de Parceria para o Desenvolvimento de Minas Gerais II, Governo de Minas Gerais. Belo Horizonte, dezembro de 2009.

PNUD, FJP e IPEA. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 01 de março de 2020.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães; GALIZONI, Flávia Maria. **Quatro histórias de terras perdidas: Modernização agrária e privatização de campos comuns em minas gerais**. R.B. Estudos Urbanos e Regionais,

v.9, nº2. Nov/2007. Disponível em <http://Rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/186/169>.>. Acesso em 10/09/2018.

ROMANO, Jorge O. **Empoderamento**: enfrentemos primeiro a questão do poder para combater juntos a pobreza. In: _____; ANTUNES, Marta (orgs.). Empoderamento e Direitos no Combate à Pobreza. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. Disponível em: <<http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/empoderamento.pdf>>. Acesso em 25 jul. 2018.

SANTOS Fabiana Francisca dos; TOLENTINO Marlúcia Araújo, LOPES Maria Aparecida REIS Soares, Sandra Melo dos; SANTIAGO Wagner de Paulo. “**Avaliação da geração de emprego e renda no contexto do projeto de combate à pobreza rural em Minas Gerais**”. Brasil Revista Espacios, vol 34 (nº 7), 2013.

SEVERINO Arnaldo José. **A efetividade do Projeto de Combate à Pobreza Rural do Estado de Minas Gerais (PCPR/MG) com a participação dos agricultores familiares**. Belo Horizonte, 2014.

SOARES, Ricardo Pereira. Avaliação do financiamento do Banco Mundial ao Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste (PAPP). Revista Planejamento e políticas públicas nº 15, IPEA, Brasília, 1997. Disponível em: <<http://desafios2.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/125/127>> Acesso em 03 abril de 2018.

Emater-mg e Idene firmam parceria para otimizar trabalhos na área de atuação do instituto. Assessoria de Comunicação EMATER/MG, Belo Horizonte, 28/07/2016. <Disponível em: <http://www.emater.mg.gov.br/portal.do/-trabalhos-na-area-de->. Acesso em 28 agosto de 2017.

REPUBLICANISMO E DEMOCRACIA: GRUPOS MINORITÁRIOS, MOVIMENTOS SOCIAIS E OS DIREITOS HUMANOS E DA TERRA NO CONTEXTO DA COVID 19

Luci Helena Silva Martins

Luiz Augusto Passos

Ângela Ernestina Cardoso de Brito

Considerações iniciais

A proposta desse artigo constrói-se como perspectiva de pesquisadores das áreas disciplinares e interdisciplinares e versa sua reflexão sobre diferentes concepções de republicanismo e democracia, em face ao desafio de atualizar categorias de análises geralmente utilizadas nesse campo teórico para ressignificar a repartição assimétrica do poder na sociedade.

A discussão sobre minorias sociais tem sido objeto de análise interpretativa de vários campos disciplinares. As minorias vivem dentro de sociedades de dominação, cuja estrutura hierárquica se conforma em teias de contenção e tortura, e suscita violência, a exemplo da violência física e estereótipos de genocídio ativos contra os negros, as mulheres, indígenas, segmentos como a população LGBTQI+, as populações quilombolas,

pessoas com deficiências físicas, ciganos, e outros que portam em comum serem as maiores vítimas das arbitrariedades que se constituem na negação dos direitos civis, sociais, políticos e ambientais que concorrem com a naturalização dos acintes, surras que causam deformidades, perdas e mortes, sob os olhos estáticos – ou coniventes – da nação perplexa.

A própria noção de gênero humano genérico, ou de membro de uma coletividade abstrata como o gênero humano, permite um séquito de interpretações pelas quais incide ao “supranumerário” excedente da força de trabalho, somando, ainda às outras categorias de ódio e desprezo desqualificadoras que se encarna, diuturnamente, em práticas racistas discriminatórias banalizadas que desfiguram as vítimas pela inculcação, em seu imaginário, de que efetivamente, são isso que está sendo inoculado com ódio e como introdução da cultura de dominação vigente.

Quando distinções colocadas em termos de *bullying* entram em cena, depois de concebidos, tornam-se, ordinariamente, mais fácil a aplicação de critérios raciais, sociais, e de preconceitos de gênero, que implica na expropriação de trabalhadoras e trabalhadores, determinando uma dinâmica favorável à concentração de poder econômico e cultural, que por compreendidos sob a ótica do saber e conhecer a realidade de forma adequada e, dominando-a, poderem retirar dela todos os dividendos que lhes favorecerão, legitimados pela inculcação da moral religiosa calvinista pode vir a legitimar a forma sagrada da economia de exploração, como abençoada por Deus. O próprio Jesus de Nazaré foi colonizado por essa tradição que o retrata como branco e ocidental, esquecendo suas lutas contra o núcleo da colonização.

A pandemia da COVID-19 tem acentuado a desigualdade face à inexistência de respostas por parte dos sistemas públicos, agravando a condição de sobrevivência de contingente populacional numeroso, sejam pelos grupos minoritários na representação e sem visibilidade do

exercício do poder político. No centro da resistência contra esse modelo de destruição, grupos minoritários possuiriam uma contribuição definitiva no que tange à produção da riqueza de espécies, fruto do estímulo de gerar matas, florestas, e buscar formas de conhecer possíveis maneiras de que as espécies em extinção se recuperem se multipliquem e subsistam, pelo impulso da vida que busca a diversidade e a complementação e não à repetição, embora essa seja a matriz da sociedade, reprodutiva e com pouco impulso de renovação, embora seja por esse meio que as transformações possam surgir. A Amazônia, por exemplo, é recente, não era uma floresta nativa originária. Foi pela fruição de buscar formas enriquecidas por trocas que, sobretudo das mulheres, produziram em sua expansão um trabalho monumental de criação e continuidade. Ou seja, a Amazônia em sua variedade imensamente rica, não foi campo de pura natureza, mas de labor, trabalho a ação de lidar com as complementações e trocas entre diferentes espécies.

Trançando nexos

A acentuada precariedade socioeconômica com a qual vivem os grupos minoritários, diante da pandemia, revela os efeitos, antes naturalizados, das desigualdades e de vulnerabilidades em que são colocados segmentos de classe, sobre os quais recaem características de raça e discriminação de gênero, despotencializando o poder de invenção e criação. A estigmatização, nesse contexto, se arma e se associa, a um determinado segmento da população caracterizado pelos colonizadores ou grupos dominantes, como preguiçosos ou inúteis, fora da ética, do mundo e dos direitos, representados como humano em decadência, genérico, selvagem e descartável, o horrendo e sujo, daí se retirando preconceitos de cor, etnias, estigmas destinados a esse grupo, expondo-os a variados tipos

de linchamentos, trabalhos forçados, ou ao extermínio.

As sociedades antigas, ou em situação de mortalidade alta, mesmo nas guerras, a curva de fertilidade e de nascimentos tendiam a majorar a ênfase da sexualidade entre homens e mulheres para garantir o aumento populacional sob risco de extinção. O contrário ocorre, em sociedades fechadas, feudos, cidades sitiadas, a restrição do espaço disponível implica que não poderão aumentar sua população aleatoriamente, nem mesmo proporcionar alimentação, de água, de insumos, e fatores de defesa, o que ocorreu na Grécia, e por fatores que se somam a outros, as formas de sexualidade entre sexos iguais, apesar de liberal também era discriminatória, e um dos mecanismos de impedir o nascimento ilimitado de seres humanos. Cidades atuais, desmesuradas, em crise de empregos e salários, tendem a evitar o aumento populacional, de forma que o aumento de intercurso entre pares do mesmo sexo pode suscitar relações procriativas de gêneros, intersexuais, que encontram respostas moralizantes. Diante da crise para o abastecimento, o aumento de custos na alimentação, e o espaço vital em comum, estes fatores conformam condições de vida e tendências que produzem mudanças culturais necessárias ao meio de sobrevivência coletivo.

Leis sociais conformam novos tipos de família permitindo a adoção de crianças abandonadas pelo padrão heteronormativo de vida, e novos processos construtivos de subjetividades partilham do mesmo mundo comum, por meio de relações que subvertem a herança advinda desse padrão. Nenhuma pessoa tem um corpo padrão universal, só pela ideologia, ou pela política dos dominadores. Sequer se pode afirmar a existência de um corpo em nós, somos híbridos, somos múltiplos, e a depender da circunstâncias, das sociedades, das mutações da terra, se em guerra ou em paz, seremos diversos, necessariamente. Em nós existem corpos, não corpo. Os direitos são humanos, pois o homem não existe

no singular, conquanto tratam-se de direitos não efetivados para parcela majoritária da população, e que devem ser integrados aos direitos dos inumanos na defesa da vida.

De certa forma, a densidade demográfica, implica também na necessidade de gerar espaços controlados, e em face da situação de violência generalizada, produzida pelo sistema de classes, que se colocam como castas raciais no Brasil. Uma divisão estrutural, econômico-simbólica, situa as diferenças e as limitam, pelo risco da hegemonia de uma cultura plural que compete com o discurso único. A disputa e a interação tencionam a reprodução e manutenção do padrão que permite a um grupo conter tudo sob controle, enquanto uma enorme aglomeração de pessoas é corporificada por símbolos e ordens desclassificadoras, sejam eles os indígenas, a maioria negra, a população LGBTQ, o que implica discriminação de gênero, étnico e o racismo contra uma enorme aglomeração de pessoas, que sequer poderiam definir suas vidas e destinos.

Todas e todos somos em situação. Situação, esta, que em face do controle e hegemonia, a concentração de riquezas e concepções de poder, em nível planetário, compete, interage, conflui e conforma uma violência sistêmica de plantão, seja por racismo, etnocentrismo, formas de escravidão que se reproduzem, e de quadros de violência institucional que esboçam uma classificação pela naturalização das desigualdades, como se demarcassem lugares sociais racionais específicos, sob uma hierarquia de emudecidos, remetidos que são, a conceitos como *raça*, que para demarcar o não acesso aos direitos, produzem castas sobrepostas, como lâminas de sedimentos das racialidades carimbadas como atrasadas e incultas; as quais incluem culturas míticas que possuem cuidados especiais com outras espécies, com a natureza e que, hoje, são consideradas ‘retrógradas’ e selvagens. Na verdade, temos o que em nós acolhemos, e geramos.

Essa violência sistêmica é acentuada no Brasil e no terceiro quarto

ou quinto mundo e se manifesta também no chamado primeiro mundo, categorias ainda validadas em organismos internacionais como Banco Mundial e FMI, posto que sejam os que estabelecem a metragem de aferição da diferença que nos caberia, mas as medidas e as mesclas seriam aquelas que lhes convém.

No contexto da Covid-19, a desigualdade foi acentuada pelo alto índice de letalidade do vírus, cuja “nova pedagogia” (SANTOS, 2020) é analisada na base da “pandemia e pandemônio”. A impossibilidade de manter as medidas de prevenção necessárias, por viverem em condições habitacionais não dignas, quando a vulnerabilidade da extrema pobreza afeta os diretamente já afetados, e a população parda, preta, indígena aldeada ou que se refugiam do genocídio do contato (¹).

Nestes cenários, ao recolher-se informações, pode-se por grande acúmulo de contradições, compreender o quanto o vírus – injuriosamente - foi o principal sujeito a ser responsabilizado pelos fracassos econômico-sócio-políticos do Estado e do Governo. Inexiste hoje, em face dos jogos de azar, imaginar uma ciência ou realidade neutras. Todas as medidas tomadas foram de culpabilização dos sindicatos, dos partidos de oposição, das universidades, dos grupos de estudos formados por professores, e professoras que logravam conquistas por meio dos governos anteriores, dos esforços de estudantes e trabalhadores, operários e artistas.

A inércia dos governos, a ignorância política, a má interpretação, a má fé dos políticos profissionais explica o fracasso de se poder controlar a virulência do vírus e a lerdeza e oportunismo da população brasileira que não aceita comandos saneadores do Estado. Os porões do parlamento, como dos castelos antigos, legitimariam sempre o castigo e a violência,

¹ Seja porque as doenças dos brancos não lhes sejam conhecidas, o contato com índios isolados, em grande medida, ainda os faz morrer. Acuados em reservas ou aldeias cercadas por grandes latifúndios, fazendas e mineradoras, sem acesso à água, luz e alimentação, os indígenas, mulheres e homens, correm risco de extermínio constante, quando saem para caçar, quando se organizam. Conhecem os brancos por ouvir dizer da letalidade da sua presença.

a partir de grandes interesses da Casa Grande, cujas decisões não temos parte, mas carregamos o ônus, e foi-nos retirado o poder de ser partícipes. Lembrando a ‘doentia’ lucidez de Nietzsche em sua dúvida extrema que dizia, tão acertadamente: “Fatos mesmos não existem. O que há são interpretações!”, argumenta o autor contra as verdades esvaziadas de conteúdo. (Nietzsche, 2001).

Pesquisadoras e pesquisadores, hoje, estão a serviço de mutação, modelagem, de tal sorte que, se utiliza o leito de Procusta, pelo qual, na Grécia, se as pessoas não coubessem no leito por sua altura, cortavam-se lhes os pés; mas se fossem pequenas, espichavam-lhes até que rebentasse a vítima, para corresponder ao padrão da medida dada, pois a vida ficava relativizada para que coubesse no leito pré-definido, onde ninguém caberia.

Recolhem-se, ainda hoje, dados, sem conhecer sequer o que se busca, desconsiderando as singularidades bio-fisiológicas e anatômicas que jamais se repetem em uma pessoa. Nessa crítica ao positivismo das ciências, todas as tentativas de explicações são trêmulas, contudo a cientificidade é um guia a ser perseguido face às pós-verdades e negacionismos de fatos constitutivos de um mundo comum, patrimônio imaterial perdido para muitos, como o caso da ditadura, do holocausto, brasileiro, a sua maneira já explorada nos manicômios e nos presídios, e em franca ascendência enquanto movimento. A própria “humanidade” é posta em causa com a morte das lideranças e mártires, indígenas, lavradores, pessoas simples, assassinadas e torturadas numa ‘praxiologia’ cuja metragem entre o que é justo ou injusto, da boa sociedade e da má sociedade, da decisão jurídica que acerte o tempero, parece ainda, longínqua: ela se submete ao senhorio.

As dosagens são fixadas em uma margem que, ao seguir a prescrição do *lasser faire*, ou do “deixar morrer, deixar matar” (DUARTE, 2020). O remédio pode salvar ou, também, matar, de sorte que sobre a saúde resta a desigualdade do mercado e a desadequação de não se poder restituir

a saúde sem o Sistema Único de Saúde – SUS – que mostrou sua força na pandemia, mas cuja modelagem vem se transferindo para a iniciativa privada, pois a morte para alguns chacais sempre será lucrativa.

Os interesses políticos da burocracia, dos laboratórios que incorporaram os seres e o conhecimento da terra, avaliados em face de enfermidades rentáveis ou não retratam seus resultados nas estatísticas sobre o impacto do racismo nas desigualdades sociais, no acesso a direitos sociais, resultando na produção da morte agravada no contexto da Covid-19. Pelos interesses em jogo, a morte poderá ser mais interessante do que a cura: fica a suspeita! Não são poucos os casos, já constatados, de que as pessoas não tiveram os procedimentos necessários, e casos em que uma palavra quente, encobre de casualidade uma desgraça.

O jornal dissera que o paciente morrera “com uma queimadinha...” Só então não se podia entender o que de fato tinha acontecido. Uma testemunha ocular disse: “Não, ele foi incinerado pelo o oxigênio que vasou e ele pegou fogo, e não conseguiram apagar.” E, quando a doença não permite reavaliar a causa da morte real, para além das descritivas e as pessoas morrem sem poder ser veladas, relembrando o mito de Antígona, pessoas desaparecem sem poder de novo serem vistas, conferidas o que lhes de fato aconteceu, e é preciso um ato de fé, grande, acerca dos diagnósticos. Os trilhões de dólares têm mostrado que nem sempre a cura é interessante; e por vezes a morte é lucrativa, por um certo tempo; e, em função de interesses, é possível retardar a cura, em terapias de pouco eficácia, mas rendosas.

Condição humana e pandemia

As condições habitacionais indignas elevam o risco de infecção por Covid-19 provocado por essa situação. O trabalho, desemprego e

o “emprego” extremamente desvinculado do direito ao salário afetam especialmente as classes subalternas, população preta, indígena, pobre, no contexto brasileiro e também internacional. A população brasileira afetada por desigualdades, estigmas e pobreza é majoritariamente negra, aos quais se somam outras invisibilidades: os indígenas, idosos, em situação de rua, de favela e periferias são os mais afetados pela pandemia. E a manutenção da água, higiene da favela, a serviços de recolhimento de lixos, a inexistência dos serviços públicos, jogam contra a vida destes setores. São também os que não podem ficar dentro de sua casa como num *bunker*.

O dia-dia de uma favela implica antes de tudo, que para conseguir comer, não se poderá ficar em casa. E a população brasileira e latina, não sabe fazer coisas sós e isoladas, é preciso criar um nós! Já vimos, porém, o critério essencial de cura é isolar-se, e ficar em casa! Não é pela saúde, que se fazem ajustes de preços no mercado. Abre-se, contamina-se, fecha-se, sem qualquer outro critério que os interesses eleitorais, econômico-políticos, comerciais e de interesses dos que vendem o país e a nação, com portão fechado.

Estamos falando, que essa condição de descarte da grande maioria da população brasileira tem nome: *necropolítica*. Mbembe (2016) exemplifica a necropolítica no colonialismo passado e presente. Para o autor a necropolítica é a forma contemporânea de subjugação da vida ao poder da morte, no qual pessoas são reprimidas à condição de mortos-vivos. Segundo André Duarte, Mbembe teria desenvolvido o conceito de necropolítica para desvelar práticas colonialistas desveladas no racismo e produção da violência. A partir da influência de temas como “pluralidade” de Arendt e da “biopolítica” de Foucault, Mbembe constrói o conceito de necropolítica.

Duarte, no seu livro *Pandemia e Pandemônio* (DUARTE, 2020a, 2020b), aplica estes conceitos ao neoliberalismo à brasileira, de modo

que a articulação necropolítica-biopolítica-neoliberalismo estariam na base do funcionamento das instituições, ditas, democráticas. Note-se que é evidente que ainda seja possível o respeito aos direitos individuais, a defesa de uma imprensa livre e ética, que as eleições não se sujeitem a fraudes, de modo que a democracia se comporte com o *demos* – em grego – “governo do povo”.

A negação do “*demos*” resultam entre nós nas “tecnologias de governo”, de gestão endurecida e burocracia social, com novas configurações contemporâneas que subjagam a vida à morte: as populações são submetidas a condições de vida que lhes subjagam ao “poder sobre” – como avalia em seus livros Vivianne Chatel, da Universidade de Friburg (Suíça), parceira do PPGDS. Conferem-se-lhes, aos que serão desempregados, o status de “desengraxados”, e aos novos escravizados, o estatuto de “bens móveis” (CHATEL, 2008).

Assim, a problemática tem visibilidade com o debate trazido por André Duarte a partir do diagnóstico da confluência e entrelaçamento de biopolítica, neoliberalismo e necropolítica, conhecida também como “tecnologias de governo de corpos” (DUARTE, 2020b).

Expor à morte é deixar morrer milhares de brasileiros empobrecidos, maioria deles negros, ou quase pretos, pobres, miscigenados, indígenas, como os quatro chiquitanos assassinados em 11 de agosto de 2020, no lado brasileiro da fronteira Brasil e Bolívia, no estado do Mato Grosso, somando-se a Marçal Guarani, Vicente Cãnas, Mariele Franco, e a população negra esquecida, que, como mártires, são reverenciados por alguns grupos também minoritários, nesse momento sem forte impulso para defesa de políticas públicas robustas de enfrentamento à pandemia. Tal condição resulta no “pandemônio”, também avaliado por Boaventura Souza Santos (2009, 2020), o que reflete a inação e irresponsabilidade pública que se agrava e acentua o déficit democrático do corpo político

nacional.

O racismo não é novidade, as desigualdades raciais existiam antes da pandemia e continuarão a existir pós-pandemia de 2020. Podemos reconhecer essa realidade, ou como tem sido a regra até agora; ou ignorá-la ou negar que o racismo gere as desigualdades sociais de acesso a saúde, emprego, educação e renda, somado ainda a violência do estado penal que rotineiramente exerce critérios de juízo que organizam seus métodos de detenção e aplicação do direito. Tem a ver, sobretudo, com uma cultura que faz da morte um jogo sádico, cruel, de intimidação pelo medo da morte, e também jogo político de inutilização das vítimas. Outrossim, o racismo apresenta como um projeto de opressão e dominação que produz subalternidade e privilégios, considerado como fenômeno social neutro, que ganha espaço como ideologia, como já mencionado, durante o processo histórico de colonização europeia na África, Ásia e América, mas que pode ser considerado um fenômeno global que estrutura a sociedade capitalista de modo planetário.

Bases metodológicas do presente debate

A metodologia que incentivamos para um debate epistemológico se embrenha nos percursos da teoria crítica, em suas vertentes: fenomenológica, existencialista, hermenêutica, historicista, neo-institucionalista, histórico-weberiana e marxista. Chamaremos, aqui, de debate analítico-compreensivo cujos pressupostos jurídicos e legais orientam o controle dos corpos, sob o largo espectro da necropolítica ou a negação da política como espaço de construção de direitos.

Nosso foco centrou-se nos grupos minoritários que possibilitam melhor identificar os critérios de exclusão dos corpos considerados dissidentes, a partir dos quais é tensionado e colocado em movimento

uma gama de preconceitos e prejuízos, causados por discriminação racial, estigmas e diferenciações desqualificadoras no interior da classe.

Considerou-se importante endereçar a presente reflexão para os efeitos do isolamento forçado face às outras doenças e estratificações que já existiam antes da Pandemia, tanto para buscar as origens quanto avaliar os impactos da pandemia nos indicadores de desigualdade social da sociedade brasileira, de modo a trançar os esforços coletivos que venham a reconhecer o avanço à teoria democrática e as lutas sociais, conquanto tenhamos claro que os movimentos sociais lutam com armas desiguais contra o patriarcado, patrimonialismo, e a estrutura desigual e perversa no campo dos direitos humanos.

Os movimentos sociais, ademais, por não arregimentarem a sociedade, organizam sujeitos em ações políticas como antídoto contra os empecilhos trazidos pelo capitalismo, por meio da construção coletiva das subjetividades, a aspiração de direitos sociais e coletivos, difusos, colocados ao Estado Democrático de Direito, configuradas como signo da exploração, e dominação do Mercado, desreconhecendo a América Latina como potencial sujeito coletivo, colaborador fundamental por sua geopolítica e índice populacional, capaz de mobilizar-se no empenho de uma economia cooperativa e aberta.

Reflexões acerca dos direitos humanos no contexto contemporâneo demonstram, por muitas vezes, a ênfase nos direitos humanos como uma denúncia da sua fragilidade, visto que parte da diversidade humana está fora dos mesmos, por meio de um ordenamento de superioridade de privilégios das únicas criaturas reconhecidas como seres de direitos, conquanto massas humanas e outros seres vivos se encontram sob o extermínio aleatório de outros humanos.

Há a pressuposição, por fim, de um ordenamento de superioridade apenas para homens e mulheres, caso se considere que os gêneros estão

submetidos a espécie do Humano. De todo modo, o antropocentrismo ignora as injustiças cometidas em nome do Humanismo, impede o reconhecimento radical do direito à vida de todas as espécies sem o empobrecimento da vida a qualquer forma de escravidão. O antropocentrismo negou a reprodução, a manutenção das necessidades de todas as outras criaturas e dos homens e mulheres considerados descartáveis.

Nos últimos 30 anos, parte-se de um pressuposto de um direito que não se reserva, nem é estritamente universal, salvo porque respalda o direito de viver, sem arbitrariedades à vivência desse direito. Um direito também chamado de maneira bela como DIREITO ACHADO NA RUA ⁽²⁾, ou seja, diga respeito a um ente, seja, pessoa, animal, árvores, mares ou rios, cuja existência foi tramada, por um projeto de *ex-sis-t-ência*, que é um explosão (para fora, obviamente) de uma energia que se põe, se expressa como existente, articulada com toda a energia do universo ⁽³⁾. Não pode ser contingenciada – com degradação – com qualquer outro ser do planeta. Começou-se, nesse sentido, desde há alguns séculos, iniciados pela cultura árabe, a juntar o direito em suas muitas formas de cultura, a compreender o nexos entre todas estas formas, não podendo este direito endógeno ser relativizado como penduricalho, para que a forma antropocena que se julga a centralidade absoluta do ponto de vista da dignidade dos humanos, pudesse ser, e ter direito, a liquidar com todas outras formas que consideraria apêndices “acidentais” como expressa a escolástica, afirmando o direito supremo e divino à guerra contra todas as espécies, para afirmar nada menos do que o “homem” como o espírito e senhor de todas as criaturas. Patriarcado em crise também deriva da universalidade da premissa “Todo Homem é Racional”.

A humanidade, assim definida, não raro se contrapõe a todos os

2 <https://www.scielo.br/pdf/rdp/v10n4/2179-8966-rdp-10-4-2776.pdf>

3 Leonardo Boff tem expresso, com razão, esta origem semiológica da Palavra “Existência”, pouco usada.

seres da terra, sobretudo contra toda a natureza, de maneira violenta, se autodefinindo como WASP, branco, hetero e protestante a possuir uma cultura de contraste com toda selvageria. O encontro *entre Nós e os Outros*, narrado por Todorov, na Conquista da América, narra o embate do etnocentrismo na visão de Colombo, face à diversidade humana. Enquanto todas as outras diversidades eram admiradas, e renomeadas, os renomeados indígenas e os africanos escravizados, assim como os degredados da Metrópole colonial eram considerados inferiores, e sem alma, história, política ou poder.

No contraste de uma inteligência dos fenômenos, sob a ótica do simplismo, nos colocamos – de novo! – na cegueira reiterada da civilização ilustrada que jamais se enxerga, por encontra a sua existência com valor inalienável, e todas as margens são vistas com trastes. Aprender a nos relacionar com outros seres, construtivos e relacionais que aí se encontram em uma temporalidade simultânea, embrenhada, que envolveria toda natureza e cultura, com dimensões de um entrelaçamento miasmático, inseparável, como duas faces de temporalidades que só se afirmam na existência da outra, pelo qual a negação ou existência da alteridade, é também, irreversivelmente, a negação de nós próprios, pois na dicção também feliz de “Eu sou eu e minhas circunstâncias” (Ortega Y Gasset) está marcada a nossa passagem na terra.

A negação destas circunstâncias é também o apagamento do planeta, da relação, e a perda dos que se constituíram como alteridades inclusive que nos conceberam e partejaram em um ato de fazimento não só de “um”, visto que somos “plurais”, e é da resiliência que continuamos a dar vida, aos filhos e filhas enquanto cuidamos do “ser vivo”, que nos contém, o Universo. Novelo de interdependência de nossas continuidades e mesmidades, com nossas diferenças e alteridades. Elas/eles e nós: somos tempo, cultura e natureza, e podemos somente a partir deste enlace,

combater toda a barbárie que também tem ninho em nós, mas nunca está só. Há nelas, o desejo, a fome de vida, a fantasia que produz linguagem e amor! Um texto precioso do grande intelectual espanhol, Francisco Fernández Buey escreveu um livro em 1965, na Coleção El Viejo Topo. Mostrando que costumamos carimbar a partir de nós – centros de toda a verdade e justiça versus os outros pela denegação e violência. O título irônico era: tinha por título: “La barbarie de ellos y de los nuestros”.

Como fundamento da civilização e desafio colocado ao Estado Democrático de Direito, especialmente no caso brasileiro e da América Latina tem-se a Educação Democrática como um elo entre a ética, os serviços sociais e a política social. Áreas a fim, permeadas que são por um campo de disputas simbólicas sobre assuntos e problemas sociais e conceituais contemporâneos, os quais envolvem escolher os meios de interagir no social, seja por meio de disputas, mediações ou interações sociais que reflitam sobre o desenrolar da história local, geral e contemporânea, trançando nexos com a tradição republicana, participativa e revolucionária. Ali também reside a ambiguidade de cada um de nós - em português do dia a dia: morde e assopra, precisamos da democracia como o ar que respiramos.

As disputas por poder dar-se-ão no campo da política social que envolve como trança inseparável: a esfera econômica, sócio-política, ético-ambiental pelas quais buscamos superar interesses de classes, que vão e voltam, e delimitam a constituição do nós-nação, representados por âmbitos cotidianos, na sociedade brasileira na qual a esfera pública conseguiu legitimar, como promessa, uma política constitucional e democrática, nunca, porém realizada, por nossas incompletudes. Modelos econômicos postos em cena nos anos 90, postos em movimento de cima para baixo, negam expressamente as demandas de projetos políticos populares, substituídos pelos hegemônicos, acentuando o desafio por apoio

de grupos, movimentos sociais, ou atores sociais estratégicos.

Neste preciso momento, os processos de uma economia autocentrada em mãos de poucas pessoas no planeta procuram, de braços dados com nossos opressores históricos, resgatar espaços abertos pela Constituição de 1988, sendo dia-a-dia, esses espaços, anulados ou neutralizados, bastando para isso recorrer ao autoritarismo social de “quem sabe, manda!” ou, por constrangimentos políticos de outra ditadura, que nunca nos aposentou de nossas ambiguidades. Retomam os fantasmas do passado, como se fossem eternos vencedores.

A história, contudo, não se resolverá em uma síntese sonhada com utopia e fim da história, ou num congelamento das lutas num paraíso terrestre. Um movimento interminável de buscas, encontros, acertos e erros haverá de ser considerado e não existe sequer – uma única história de carne e sangue – só a do lado dos que se chamam “humanos”, feito do *húmus* do Planeta Terra com outros entes, loisas-e-coisas, temperadas como nós, de incompletude aberta, em luta permanente, sem cessar, diástole-sístole de empreitadas que jamais poderemos imaginar o que virá-a-ser um fim derradeiro e apoteótico. Merleau-Ponty nos permitirá entender a relação de nós com a Terra de maneira a nela nos compreendermos desde sua erupção como nos seus caminhos. Serão, contudo, formas de vitórias a cada segundo voltada para a comunhão entre tudo e um grande amplexo de todas as criaturas no universo, cuja mutação surpreendente e inimaginável nos põe em movimento: caos-cosmos.

Considerações finais

Esse trabalho teve por fim estimular a produção e divulgação de estudos que dialoguem com a perspectiva aberta, inconclusa, persistente, pois é na fronteira que nos situamos e é a abertura que nos empresta fome

de desejo e de compaixão pela história aberta. Por isso, estimulamos indivíduos, grupos minoritários e pessoas situadas ou irmanadas nas/com as classes subalternas a se unirem ao nosso intento, de um laboratório social na periferia na sociedade que temos aos nossos pés, de capitalismo, nos seus vastos campos de déficits democráticos face à questão racial que nucleia a questão social, de integração das minorias na dialética da civilização, ora do subdesenvolvimento.

No que tange à política social, o desafio é o de defesa do Sistema Único de Saúde – SUS – e do Sistema Único de Assistência Social – SUAS – e também no sentido de estimular estudos inovadores na área dos movimentos sociais, negros, indigenistas, quilombolas e de comunidades tradicionais no país, unidos sob a ideia de serrado, floresta, agreste e sertão, em face da negação de acesso aos direitos sociais, cuja inspiração radical do ponto de vista epistemológica, se faz na trança de H. Arendt, Merleau-Ponty e Paulo Freire. Que se nomeiem direitos em sentido plenificado, indiscriminadamente ligados aos direitos da Terra e todas as criaturas dela derivadas (LISBOA & PASSOS: pp: 70-80, 2020), sem disjunção.

Caberia destacar o campo em disputa na sociedade civil, o problema das essências e do nominalismo, bem como a crise que vivenciamos do pacto democrático-formal instituído pela Constituição de 1988. Chamaremos atenção apenas para o fato de que esse momento, induzido devido à Pandemia, da qual o vírus é apenas a máscara que faltava, vem consolidar as desigualdades sociais no planeta Terra, e por óbvio na Amazônia, com reflexos particulares nas regiões de desertificação na sociedade brasileira, de modo a lançar mão de esforços coletivos que venham a reconhecer o avanço das contradições fabricadas pela hegemonia do capital e das tecnologias, as ideologias que se tornam aclimatadas nos processos sociais, econômicos, com especificidades locais, como formas sofisticadas de mundos simbólicos. Uma sociedade que exacerbou seu

tecido de imaginação do poder, hoje institui como ser-aí, uma era do Antropoceno (4).

O impacto e a reação desta ação sobre a natureza têm causado reações como desastres e tragédias ecológicas, em áreas com excesso, e outras com falta de água. Grandes áreas de desertificação e degelo, os incêndios nas florestas demonstram que os fenômenos não são naturais, mas reativos e que agravam e se tornam gritantes pelos paralelos com a crise da democracia e do republicanismo.

Por fim, cabe o papel de recriar Movimentos Sociais nas lutas diretas, a partir das culturas e da sua diversidade regional, instaurando todas as formas de resistência contra a centralização das decisões movidas pela acumulação e destruição da diversidade e diferenças. Abrir, como desafio, pesquisas em políticas públicas que reconheçam na intersectorialidade, as relações de classe, raça; etnia, partição de espaços geo-simbólicos de culturas, sob acesso dos grupos minoritários, atingidos pelo controle dos corpos (negros, indígenas, mestiços, pardos, dissidentes) reflexão que pauta a atualidade do enfrentamento do coronavírus, campo da luta política e do “direito a ter direitos”, na bela expressão de H. Arendt (2007). E, sobretudo, não se permitir uma cultura do descarte, da queima, de destrutividade, de fuzilamentos, torturas, nem de sadismo e má interpretação, tidas como verdades absolutas.

Desafiamos-nos a fundar no arco de aliança das teorias críticas que emerja das lutas e contradições, a construir hegemonias que enfrentem o ultraliberalismo em suas formas mutantes. Atenção para que o ‘estado civil’ advindo de privilégios que impedem de cotejar outra relação voltada a outra economia com outra alma como sugere Papa Francisco, com sua nova Encíclica que apela a busca de formas negociadas, de um patamar de vida que permita compartilhamento, de se poder garantir a vida, nos

4 Antropoceno: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7484-fascismo-a-politica-oficial-do-antropoceno>

responsabilizando com os ônus e procurando outra forma de convivialidade que rejeite a forma de vida do capital, pois nele, não há vida para todas e tudo.

Por fim, caberia nesse breve artigo pontuarmos a seletividade da sociedade salarial, agonística e perversa, que assimila moldes do ultraliberalismo, cujo desligamento dos corpos discriminados pela diferença, cor, raça, gênero, origem, lugar social, desfaz laços de solidariedade e responsabilidade, pela projeção da naturalização do “estado de natureza” para uns, as vítimas, enquanto outros viveriam em “estado civil”; como se essencialmente maiorias populacionais possuíssem e fossem definidos pelo negativo e pela carência, enquanto do outro polo vive a boa sociedade, os bons, no “estado civil” – imaginariamente – pelos seus próprios méritos. Teríamos os despossuídos, preguiçosos, sem trabalho e bandidos como que contrapostos à natureza superior de uma casta social que se coloca como racial, em sua superioridade face à Terra, os seres vivos e à humanidade, concepção ideológica sintetizada pelo professor Adriano Correia, da UFG, a se referir ao pensamento político de H. Arendt aplicado à ideologia moderna.

Vê-se que a biopolítica e a concepção performativa do poder e da democracia vem guiando os debates para demonstrar que o jogo está dois a zero para o adversário, mas o jogo não acabou, há o predomínio da necropolítica sobre a biopolítica pois os efeitos da letalidade se agravaram e as forças do “fazer morrer e deixar morrer” tem ganhado centralidade. “Estamos no pior dos mundos possíveis, e impedidos de nos manifestar publicamente. Essa ideia de democracia performativa vem no sentido de reinventar a política dos direitos a ter direitos, de modo a se redefinir o que concerne ao público e ao privado, em lutas que eventualmente se consubstancia em direito positivo. Uma democracia sem demos vem chamar a atenção para onde estão as possibilidades de resistência”

(DUARTE, 2020).

Cabe-nos, o tempo urge, gerar compromissos de convivialidade de todos-todas-tudo, com os vínculos da ética, cidadania, e apoio à responsabilidade estatal e pública, dos direitos sociais, do cuidado, habitação, da saúde, e cultura, assistência pública plena, como políticas públicas de direitos, o mesmo direito que partilhamos com os outros seres vivos no dissenso e no consertamento de poder viver fraternalmente, na “... boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a seriedade» (FREIRE, 1997, p. 26).

Referências

ARENDT, H. **A Condição Humana**. 10ª Edição. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2007.

ALVAREZ, S., DAGNINO, Evelina. **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino Americanos**. Belo Horizonte, UFMG, 2000

CHATEL, Vivianne. O conceito de Inexistência Social em H. Arendt. UNIMONTES, PPGDS, **I CDS, Congresso em Desenvolvimento Social**, 2008. Palestra em Francês, tradução de Professora Edeuzuita Almeida, transcrição de professora Luci Helena Silva Martins.

DUARTE, André. A PANDEMIA e o pandemônio: **ensaio sobre a crise da democracia brasileira**: André Duarte – UFPR. (In) youtube de BAVARESCO, Agemir. Programa Conjunturas, 14 de agosto de 2020. LIVE. <https://www.youtube.com/watch?v=uHTEhpTjTbg>

DUARTE, Andre; FONSECA, Angela. A PANDEMIA e o Pandemônio. **Conversa com Andre Duarte e Angela Fonseca**. Universidade Federal do Paraná. PET Direito PR. LIVE, 24 de agosto de 2020b. <https://www>.

[youtube.com/watch?v=Qo6Jco_FqRs](https://www.youtube.com/watch?v=Qo6Jco_FqRs)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. 14a. Reimpr. Da 1e. de 1996. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. 454p.

LISBOA, Armando & PASSOS, Luiz Augusto. Paulo Freire e Merleau-Ponty: Conexões dialógicas. In **Motricidades**: Rev. SPQMH, v. 4, n. 1, jan.-abr. 2020; pp p. 70-80, | ISSN 2594-6463.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Arte & Ensaios, PPGAV, EBA, UFRJ, n.32, dez. 2016.

MERLEAU-PONTY, Maurice. O filósofo e sua sombra. In **Maurice Merleau-Ponty**. Marilena CHAUI (org.). São Paulo: Nova Cultural, 1989. p. 187- 208. [Os Pensadores].

_____. O Olho e o Espírito. In **Maurice Merleau-Ponty**. Marilena CHAUI (org.). São Paulo: Nova Cultural, 1989.p. 48-. [Os Pensadores].

NIETZSCHE, Friedrich. **A Gaia Ciência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ORTEGA Y GASSET, José. **Adão no Paraíso e outros ensaios de estética**. São Paulo: Cortez e Autores associados, 2002.

PAPA FRANCISCO: *In* Revista do IHU: “[A Fraternidade Humana em prol da Paz Mundial e da convivência comum](http://www.ihu.unisinos.br/602376)”. In: <http://www.ihu.unisinos.br/602376>

RAICHELLIS, Raquel. **A Esfera Pública e Conselho de Assistência Social**. Caminhos da construção democrática. São Paulo, Cortez, 2015.

RICOEUR, Paul. **O conflito das Interpretações**. Ensaios de hermenêutica. Rio de Janeiro: Imago, 1978. (Logoteca)

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra, Almedina, 2020.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais à ecologia dos saberes. In: **Epistemologias do Sul**. (Org.). SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. Coimbra, Almedina, 2009.

TELLES, Vera da Silva. Espaço Público e Espaço Privado na Constituição do Social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. **Tempo soc.**, São Paulo , v. 2, n. 1, p. 23-48, June 1990 . <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20701990000100023&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Oct. 2020.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e Assistência Social**. 8ª edição. São Paulo, Cortez, 2015.

AFETO, DIREITO E RECONHECIMENTO DE FAMÍLIAS HOMOPARENTAIS FORMADAS POR ADOÇÃO

*Pedro Henrique Feliciano
Felisa Caçado Anaya*

O campo das relações sociais é definido por Axel Honneth (2015) como um lugar social em que se realiza uma forma de liberdade peculiar. Tal liberdade é tratada pelo autor a partir de três categorias: negativa, reflexiva e social. A liberdade chamada de negativa é aquela definida pela ausência de resistências externas que impedem a realização de objetivos. Nessa modalidade, basta o ato puro e desimpedido da tomada de decisão para que a ação resultante seja qualificada como livre. Na liberdade reflexiva, parte-se da ideia existente, desde Aristóteles, de que o indivíduo livre é aquele que chega às suas próprias decisões e pode realizar sua vontade. Essa modalidade se estabelece pela relação reflexiva do sujeito: a liberdade é considerada a partir do momento em que o indivíduo consegue se relacionar consigo mesmo, agindo conforme suas próprias intenções. A liberdade social, por sua vez, avança na direção em que as interações intersubjetivas no discurso constituem o meio pelo qual se compõe um núcleo de autocontrole racional íntimo dessas interações. Há uma instituição da realidade social que é condição e meio para o exercício da liberdade.

É nesta modalidade que se inclui o campo das relações sociais, em que se observam as experiências afetivas e os processos de reconhecimento do outro.

As relações pessoais afetivas exercidas no campo da liberdade social se realizam, para o autor, através da amizade, das relações íntimas e da família. Essas relações foram se libertando de seus determinantes econômicos e norteando-se pelas experiências emocionais em que se pode vivenciar a autorrealização do sujeito (HONNETH, 2015, pp. 236-237). O espaço privilegiado destas experiências se dá através da família, categoria social moderna, considerada por Honneth (2015) a partir de uma relação trifásica em sua estrutura intersubjetiva, na qual a relação entre dois adultos é acrescida de uma relação com um terceiro elemento, a saber, os filhos. Essa concepção é relativa à família parental, em que à relação íntima entre duas pessoas, independentemente de sua orientação sexual, liga-se pelo menos mais uma na função de filho, não importando se biológico ou não, constituindo uma triangularidade decisiva (HONNETH, 2015, pp. 282-283).

Em relação à sua teoria do reconhecimento social, Honneth (2009) aponta para três dimensões. A primeira diz respeito ao reconhecimento nas relações com o próximo (amor), a segunda, na prática institucional (direito) e a terceira, na convivência em comunidade (solidariedade). O autor se empenha na busca por uma gramática moral da relação entre os integrantes da “eticidade”¹: a família, o Estado e a sociedade civil. A partir daí, sua tese é a de que à família concerne a experiência de amor; ao

1 Axel Honneth resgata as elaborações a respeito da noção de eticidade em Hegel, em que é considerada como uma relação de reconhecimento própria da estima mútua, e em Mead, que se refere a uma mesma forma de reconhecimento como modelo de divisão cooperativa de trabalho institucionalmente concretizado. Dessa leitura, Honneth trata da eticidade a partir do pressuposto de um horizonte de valores intersubjetivamente partilhado, em que os sujeitos são capazes de se estimarem mutuamente por compartilharem de valores e objetivos comuns que contribuem para a vida do outro (HONNETH, 2009, pp. 198-199).

Estado cabe a de reconhecimento jurídico; e à sociedade civil compete a experiência de solidariedade. Dessa forma, o autor adota uma subdivisão da vida social em três esferas de interação (formas de integração social): ligações emotivas, adjudicação de direitos e orientação comum por valores (HONNETH, 2009, p. 159), às quais correspondem os três padrões de reconhecimento intersubjetivo.

A partir da integração dessas três esferas, analisaremos neste texto a consideração do afeto para o reconhecimento nas relações homoafetivas e na parentalidade/filiação por adoção, enquanto formas de constituição de família.

Amor, liberdade e família

A significação do amor, na teoria do reconhecimento de Honneth (2009), ultrapassa o sentido comum advindo da valorização romântica da relação íntima sexual. Para o autor, o amor diz respeito a “todas as relações primárias, na medida em que elas consistam em ligações emotivas fortes entre poucas pessoas, segundo o padrão de relações eróticas entre dois parceiros, de amizades e de relações pais/filho” (HONNETH, 2009, p. 159). Na efetivação do amor, os sujeitos confirmam a natureza concreta de suas carências, pois se veem unidos em razão de uma interdependência, relacionada a carências e afetos, possíveis de serem vivenciados a partir da existência corporal de outros concretos, por quem nutrem sentimentos de estima especial. Nesse aspecto, conforme formulação de Hegel resgatada por Honneth, o amor é concebido como um “ser-si-mesmo em um outro” (HONNETH, 2009, p. 160).

A valorização dos laços de amor nas relações íntimas promove uma alteração importante na compreensão da família na atualidade, marcando uma diferença da concepção ocidental moderna hegemônica,

baseada no modelo patriarcal, que compreende a família enquanto um casal, constituído por um homem e uma mulher unidos pelo matrimônio, acrescido de seus filhos biológicos. Esse formato é resultado de uma visão biologicista e cristã de família, a qual está vinculada a uma função reprodutiva e a hierarquização das relações sexuais. Nele, o homem é considerado o chefe da família e exerce controle sobre a mulher e filhos, e a família deve ser legitimada pelo matrimônio, momento a partir do qual as relações sexuais são permitidas, sempre com a finalidade reprodutiva, gerando filhos biológicos cuja paternidade seja inquestionável.

Nesse contexto, conforme Rodrigo da Cunha Pereira (2012), a família brasileira do século XIX era marcadamente patriarcal. Orbitava ao redor do patrimônio familiar, uma vez que sua finalidade era essencialmente econômica. O homem era o chefe da família e tinha a função de prover o sustento do lar e administrar o patrimônio. À mulher cabia o trabalho doméstico e a criação dos filhos.

Ao tratar da família em um sentido mais contemporâneo, é preciso considerar especialmente os ideais de pluralismo, solidarismo, democracia, igualdade, liberdade e humanismo (DIAS, 2013, p. 39). A dignidade da pessoa invoca a observação do princípio da igualdade e do respeito às diferenças (PEREIRA, 2012, p. 163). Essa igualdade deve ser entendida como equidade ou igualdade de direitos, de modo a não permitir uma hierarquização nas relações, nem promover um apagamento ou silenciamento da diversidade de sujeitos e dos modos de união. Não se trata, portanto, de uma simples homogeneização, posto que a consideração da igualdade e as suas consequências não podem desconsiderar ou apagar as diferenças existentes. O que se busca é garantir que as diferenças não legitimem qualquer tratamento “assimétrico ou desigual, no que concernir com a base comum dos direitos e deveres, ou com o núcleo intangível da dignidade de cada membro da família” (LÔBO, 2015, p. 115).

Atualmente, a liberdade na família apresenta duas vertentes: a liberdade da entidade familiar, diante do Estado e da sociedade; e a liberdade de cada membro diante da própria entidade familiar e dos outros membros (LÔBO, 2015, p. 117). No primeiro aspecto, a liberdade garante e protege a formação de famílias em diversos modelos. No segundo, quebra com a hierarquização tipicamente patriarcal havida dentro da família.

Com a emergência da liberdade, a família deixa de ser um núcleo econômico e de reprodução. Não é que tenha perdido essas funções ou atributos. O fator econômico permanece na solidariedade familiar, na economia doméstica, no auxílio mútuo para o sustento dos membros e do lar, das relações de gestão e construção de patrimônio comum, por exemplo. Da mesma forma, a reprodução na família segue sendo um fator de importância para aqueles que pretendem ter filhos de forma conjunta. No entanto, o afeto é tomado como uma nova razão de ser das relações familiares e passa a ser o elo principal de união característica de uma família.

Portas abertas pelo afeto: o reconhecimento das famílias homoafetivas

Sérgio Resende de Barros define o afeto familiar como um afeto que enlaça e comunica as pessoas, mesmo quando estejam distantes no tempo e no espaço, por uma solidariedade íntima e fundamental de suas vidas – de vivência, convivência e sobrevivência – quanto aos fins e meios de existência, subsistência e persistência de cada um e do todo que formam. (BARROS, 2002, p. 9).

Rodrigo da Cunha Pereira (2012) esclarece que o afeto é elemento essencial dos núcleos familiares. Se nas relações jurídicas obrigacionais e contratuais, o elemento determinante é a vontade, entendida como o ato do

querer consentido, nas relações do direito de família, o elo determinante é o amor, o afeto. No entanto, nem sempre que houver alguma forma de afeto, poderá se falar de família. É preciso também haver estabilidade, que indica a comunhão de vida e permanência do vínculo, excluindo relacionamentos casuais. Além disso, é necessária a ostensibilidade, ou seja, que o grupo familiar se apresente socialmente como tal. E, ainda, como mais um elemento para que se caracterize uma família, o autor aponta a necessidade de uma estrutura psíquica, que indica o exercício das funções parentais e a formação de vínculos em torno dessas funções.

De acordo com Maria Berenice Dias, o afeto é um fato social e psicológico, além de ser uma categoria filosófica, sociológica e psicológica. Interessa ao direito à medida que as relações sociais de natureza afetiva merecem a incidência de normas jurídicas (DIAS, 2017, p. 31). Para o direito, a família vai perdendo sua relevância enquanto instituição, tendo em vista a dignidade humana. Com isso, passa-se a valorizar cada membro da família e não a entidade familiar em si mesma.

Nesse contexto, o direito não interessa como uma estrutura formal, em que um sujeito abstrato é o ponto de partida, importando mais os papéis que desempenharia, como proprietário, cônjuge, testador ou contratante. Em lugar disso, busca-se considerar a pessoa humana real, de modo que, nas relações jurídicas, interesse mais o sujeito do que o objeto (PEREIRA, 2012, p. 37). Por essa perspectiva, a família é “o espaço comunitário por excelência para realização de uma existência digna e da vida em comunhão com as outras pessoas” (LÔBO, 2015, p. 109).

Desse modo, a família deve ser vista como um grupo marcado pelo afeto. Deve-se resgatar o ser humano como sujeito de desejo e sujeito de direito, com isso reconhecendo como elemento distintivo da família o vínculo afetivo, que gera responsabilidades e comprometimentos mútuos. A família-instituição dá lugar à família-instrumento, como aquela que

possibilita o desenvolvimento da personalidade de seus integrantes e contribui para o crescimento e formação da sociedade. Aqui, a noção de família eudemonista se mostra útil, na medida em que a ideia da busca pela felicidade e realização pessoal desloca a proteção jurídica da família, passando da instituição ao sujeito (DIAS, 2013, p. 58). Essa categoria inclui o afeto como eixo organizador e orientador do desenvolvimento pessoal dos membros da família. Nela, “[...] a busca da felicidade, a supremacia do amor, a vitória da solidariedade ensejam o reconhecimento do afeto como único modo eficaz de definição da família e de preservação da vida” (DIAS, 2013, p. 58).

Diante dessas considerações, propõe-se uma relação entre o que Honneth considera como amor para a teoria do reconhecimento e o afeto considerado o vínculo essencial nas relações de família. As ligações emotivas fortes entre dois parceiros e nas relações pais/filho que descrevem a dimensão do amor em Honneth se aproximam dos laços estabelecidos pela convivência e caracterizados pela construção e manutenção de vínculos de afeto e de cuidado, que são o cerne da afetividade descrita como a base da família. Nesse sentido, o afeto está no núcleo de uma das formas de reconhecimento.

Da consideração do afeto, podem-se extrair efeitos diversos no âmbito do direito de família, dentre os quais, a igualdade de todos os filhos, sem importar mais a origem do vínculo de filiação; o direito à convivência familiar, com prioridade nos interesses da criança e do adolescente; o reconhecimento das diversas modalidades de entidades familiares, todas elas com mesma dignidade; e a adoção, como escolha afetiva com igualdade de direitos (LÔBO, 2015, p. 118).

Rompendo-se com a definição de casamento como o instituto formador e legitimador da família brasileira em um modelo hierarquizado, patriarcal e heterossexual, a família passou a ser “*locus* de afeto, de

comunhão do amor” em que não se admite qualquer forma de discriminação (PEREIRA, 2012, p. 194). No processo em que o amor passa a ser o ponto nuclear das relações íntimas, a democratização (HONNETH, 2015, p. 256) dessas relações se instala, com a valorização da liberdade individual e recíproca.

Assim, desde o início, a nova concepção de sexualidade e de relação entre os sexos passa a ser associada a uma transformação também na arquitetura da liberdade individual: o indivíduo será mais livre do que antes, podendo decidir sobre a relação que levará ao longo da vida independentemente da indicação dos pais e somente de acordo com suas impressões pessoais. Além disso, a relação de livre escolha entre homem e mulher é, ela própria, tornada um arranjo social, no qual se consuma uma forma especial de liberdade. (HONNETH, 2015, p. 259).

Aqui, onde o autor se refere à “relação entre os sexos” e à “relação de livre escolha entre homem e mulher”, cabe fazer uma leitura extensiva, para incluir também os casais formados nas relações entre pessoas do mesmo sexo. A propósito, nessa interpretação, avança-se na questão da liberdade, uma vez que se desvincula de uma suposta obrigatoriedade de que a relação afetiva deveria ocorrer de acordo com a norma heterossexual. A liberdade no estabelecimento de uma relação íntima se expande para que os indivíduos possam escolher com qual pessoa desejam se relacionar, de acordo com a livre orientação do seu desejo, de modo mais amplo do que seria uma escolha livre – porém ainda limitada – por uma pessoa do sexo oposto.

Nesse processo de transformação, a família moderna, organizada em forma de papéis atribuídos, passa de uma associação patriarcal a uma relação social entre pares (HONNETH, 2015, p. 307). A demanda dos sujeitos inclui a possibilidade de manifestar amor uns pelos outros, como pessoas em sentido pleno, sujeitos de sua própria experiência. Reivindicar

o exercício da liberdade individual pressupõe o esforço contra a estrutura estabelecida que permite apenas uma liberdade restrita, portanto, uma falsa liberdade.

No contexto dessas transformações, no período do século XX, nas sociedades ocidentais, com o descolamento entre exigências institucionais, as relações sexuais íntimas, o matrimônio e a família, abriu-se espaço para que as relações entre pessoas do mesmo sexo pudessem se desenvolver com algum reconhecimento público (HONNETH, 2015, p. 240).

Família homoafetiva, homossexual ou isossexual são denominações dadas às famílias cujos membros do núcleo afetivo-sexual são do mesmo sexo. O termo homoafetividade foi proposto por Maria Berenice Dias, com a finalidade de afastar uma abordagem preconceituosa que atribui aos homossexuais um comportamento pervertido e promíscuo e destacar a presença do afeto. A necessidade dessa classificação surge com a luta pelo reconhecimento e garantia de direitos iguais aos das famílias heterossexuais/heteroafetivas.

Apesar de ainda não haver qualquer previsão legal, a união estável homoafetiva foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4277 e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132, em maio de 2011. Posteriormente, possibilitou-se o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, a partir da edição da Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013, aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que veda às autoridades competentes a recusa de habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo. O estabelecimento da possibilidade da união estável e do casamento para pessoas homossexuais, a partir desses eventos no âmbito do Poder Judiciário, garantiu a esse grupo direitos de família que anteriormente não lhes eram concedidos. O reconhecimento jurídico dessa modalidade de

família concede direitos da ordem da personalidade, dentre os quais está a possibilidade de adotarem como um casal, no caso de desejarem formar uma família com filhos.

Com relação à família homoafetiva, a identidade sexual do casal não deve impedir a sua visibilidade e sua inserção social. Ao longo de sua história, a opressão advinda da privação de direitos é enfraquecida, uma vez que essas uniões deixam de ser tratadas pelo direito no campo comercial e passam a ser reconhecidas pelo direito de família. Os interesses econômicos perdem lugar para o afeto como o fator determinante das relações entre pessoas do mesmo sexo, conferindo-lhes a dignidade comum e já reconhecida para as uniões heterossexuais. Essa transição é importante, pois o direito matrimonial, no sentido dos direitos garantidos às famílias conjugais clássicas ainda não foi substituído por “um puro direito à família” (HONNETH, 2015, p. 271). O direito, ao reconhecer as relações afetivas homossexuais, não compromete a estabilidade social, não acaba com a família ou incentiva qualquer comportamento específico. Apenas garante igualdade de direitos e dignidade a esses sujeitos, tirando-os da clandestinidade e da marginalização.

A prevalência do afeto na adoção homoparental

Além de o afeto ter influenciado nas relações de conjugalidade, os vínculos de parentalidade e filiação também ganharam nova roupagem. Berenice Dias (2017, p. 35) levanta a distinção entre os conceitos de pai e de genitor: pai como sendo aquele que cria, ama e cuida; genitor como o que gera, fornece material genético. Essas funções podem ou não se coincidir, recaindo sobre a mesma pessoa ou sendo exercida por pessoas distintas. A principal transformação é a de que o afeto valorizou a filiação socioafetiva, retirando o monopólio da filiação biológica como a única

digna de ser considerada.

Diante do avanço social em que os papéis parentais deixam de ser determinados e institucionalmente fixos, pelos processos sociais estabelecidos pelas lutas de feministas e da liberdade sexual, Honneth ressalta a forma peculiar de liberdade social que pode se realizar na família. Recupera em Hegel a ideia de que “os ‘pais’ possuem em seus filhos ‘a objectualidade objetiva de sua vinculação’” e que “os pais têm nos filhos ‘não meramente a contraimagem de si mesmos, mas o seu amor’” (HONNETH, 2015, p. 310).

Honneth relata como essa “objectualidade objetiva” foi concebida por Hegel para se referir ao reflexo do amor dos pais contemplado nos filhos. O filho, como resultado de uma união sexual, era testemunho do afeto dos pais. Atento à realidade em que pais e mães têm filhos que não são biologicamente seus, portanto não resultados diretamente dessa união sexual, Honneth revisa essa ideia para afirmar que “a liberdade social na família está conectada ao reflexo da relação de reconhecimento dos pais num terceiro membro, que é o filho” (HONNETH, 2015, p. 311), considerado este a encarnação de uma experiência existencial dos pais. É possível afirmar que os pais são-a-si-mesmos no filho, uma vez que percebem o amor conjugal que vivem encarnado em seu filho.

Os laços de afetividade são construídos a partir da convivência, não da genética. Além disso, a construção da família parental nada tem a ver com vínculos matrimoniais, imposições religiosas ou transmissão patrimonial. Com efeito, relaciona-se com a experiência existencial dos pais e a expressão do seu amor/afeto. Essa construção permite concluir que a realização de uma família parental não repousa na vinculação biológica com a prole, desde que os pais sejam capazes de vivenciar essa satisfação no vínculo afetivo.

Para que um filho se torne verdadeiramente filho, é necessário

que seja adotado, no sentido do estabelecimento de um laço social e do exercício de funções parentais, pois não basta o vínculo genético. O vínculo sanguíneo não garante a experiência da parentalidade nem a verdadeira filiação, sendo insuficiente a mera verdade biológica (PEREIRA, 2012, pp. 215-216).

João Baptista Villela (2014), ao tratar da desbiologização da paternidade, destaca como se trata de um fato cultural, não da natureza, e nesse sentido só surge de uma decisão espontânea. Para o autor, a parentalidade está mais associada ao serviço que à procriação, ou seja, ser pai ou mãe está menos no fato de gerar e mais na circunstância de amar e servir. Por essas razões, a “adoção prefigura a paternidade do futuro, por excelência enraizada no exercício da liberdade” (VILLELA, 2014, p. 416).

O afeto é ponto central na adoção, por se tratar da construção de um vínculo por escolha, sustentada pela opção de estabelecer uma relação familiar. Dessa forma, a adoção realizada por casais homoafetivos não representa nenhum prejuízo, nem porta qualquer deficiência, quando comparada a outras formas de parentalidade. E, ainda, na homoparentalidade por adoção se encontram os mesmos laços afetivos e funções parentais necessárias à configuração do laço familiar.

A mudança na estrutura familiar, por meio da qual a família passa a ser um núcleo de companheirismo e afetividade, é a raiz do princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, cujo atendimento é indispensável ao tratar do tema da adoção. O entendimento do conteúdo desse princípio pode sofrer variações culturais, sociais e axiológicas, razão pela qual a definição de mérito só pode ser feita em cada caso concreto (PEREIRA, 2012, p. 150).

Não há, portanto, uma ordem objetiva que defina previamente que a melhor solução para uma criança seja permanecer sobre a guarda da mãe, do pai, de outro membro da família, ou mesmo ser colocada em uma nova

família. O que este princípio pode determinar é a necessária consideração dos direitos e garantias fundamentais da criança e do adolescente, dentre os quais estão elencados a vida, a saúde, a alimentação, a educação, o lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, o respeito, a liberdade, a convivência familiar e comunitária, além da proteção contra as formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A homoparentalidade por adoção, portanto, é uma via para atender aos interesses de todos os envolvidos na referida relação familiar. De um lado, os pais e mães que pretendem adotar podem construir a sua família, reproduzindo-se por meio da adoção, e assim viver a triangularidade familiar e a realização da parentalidade. Pelo lado do adotado, a criança e o adolescente têm a chance de se inserir em uma nova família que, não só pelo dever jurídico, mas também pelo laço afetivo, proverá os meios de lhes possibilitar uma vida em que seus interesses e necessidades sejam atendidos.

O desejo de casais homoafetivos de adotar para formar uma família parental e a acolhida dessa pretensão pelo sistema jurídico representam o reconhecimento nas esferas do amor e do direito, conforme descritas por Honneth. Cabe, ainda, tecer considerações na terceira esfera, da solidariedade, relacionada à orientação comum por valores na sociedade civil.

Solidariedade, estima e reconhecimento das famílias homoparentais por adoção

Na dimensão da solidariedade, interessa o respeito em razão de determinadas propriedades particulares que caracterizam cada ser humano, na sua diferença em relação às outras pessoas. Essa estima social permite aos sujeitos se referirem positivamente a suas “propriedades e capacidades

concretas” (HONNETH, 2009, p. 198). Nessa terceira esfera repousam as formas de respeito social, em que os sujeitos se veem reconhecidos de acordo com os valores socialmente definidos de suas propriedades concretas, as quais, por sua vez, devem se expressar de maneira universal e intersubjetivamente vinculante (HONNETH, 2009, p. 199). Essas propriedades são mutuamente avaliadas e atribuídas de valor social de acordo com o seu potencial de contribuir para a realização de objetivos sociais constituídos culturalmente em determinado grupo.

Nessa esfera, está incluída a experiência de distinção social relacionada à identidade coletiva de um grupo, por meio da qual um indivíduo reconhece seu valor social na forma de “um sentimento de orgulho do grupo ou de honra coletiva; [pois] o indivíduo se sabe aí como membro de um grupo social que está em condição de realizações comuns, cujo valor para a sociedade é reconhecido por todos os seus demais membros” (HONNETH, 2009, p. 209).

A principal proposta do autor para essa dimensão, porém, é estabelecer que a individualização modifica também a relação do sujeito consigo próprio, de modo que consegue atribuir a estima social a si mesmo, individualmente, para além da identidade com um grupo, alcançando uma “confiança emotiva na apresentação de realizações ou na posse de capacidades que são reconhecidas como ‘valiosas’ pelos demais membros da sociedade” (HONNETH, 2009, p. 210), e não apenas pelos membros do grupo em si. E “[na] medida em que todo membro de uma sociedade se coloca em condições de estimar a si próprio dessa maneira, pode se falar então de um estado pós-tradicional de solidariedade social” (HONNETH, 2009, p. 210).

Nas relações de família aqui abordadas, essa forma de reconhecimento é perceptível nas situações em que os membros do casal atribuem valor a si mesmos ao apostarem em suas capacidades para o exercício das funções

parentais. Também quando o valor dos sujeitos adotantes é reconhecido na família extensa e em grupos próximos, que participam, institucionalmente ou oferecendo apoio, ao longo dos processos de adoção. À medida que as experiências de convivência vão extrapolando o núcleo familiar pais-filho, observa-se o quanto os adotantes são reconhecidos em suas propriedades para o exercício da parentalidade e o quanto o adotando é acolhido por seus futuros novos parentes e demais pessoas que integram a convivência daquele núcleo.

No entanto, nem sempre essa é a realidade que se apresenta. Honneth trata também das formas de reconhecimento recusado. No que diz respeito ao valor social de indivíduos ou de grupos, a ofensa ou degradação mira a honra e a dignidade dos sujeitos, de modo que algumas formas de vida são consideradas de menor valor ou deficientes, e, como consequência, esses sujeitos não atribuem valor social às suas próprias capacidades (HONNETH, 2009, pp. 215-217).

O reconhecimento recusado pode se manifestar na fixação do modelo de família heterossexual com filhos biológicos, levando à invisibilização e apagamento de famílias homoparentais formadas por adoção. Em nome de fundamentos religiosos e de argumentos biologicistas, que buscam impor como naturais e aceitáveis apenas as relações heterossexuais com finalidade de reprodução, a homossexualidade foi considerada uma perversão. Com isso, foi relegada ao plano do antinatural, do pecaminoso, do indevido, em uma lógica homogeneizante que é, por consequência, excludente. Desse modo, a diversidade é apagada, e com ela, os sujeitos com seus desejos e projetos de vida próprios.

A ideia de que a orientação sexual seria definida por uma escolha livre e consciente do sujeito, e a vinculação fantasiosa da homossexualidade com a infidelidade, a promiscuidade e a perversão, geraram uma resistência contra a aceitação social da parentalidade exercida por pessoas em

relacionamentos homoafetivos. Ocorre uma patologização dessas famílias, que sempre aponta para uma suposta ausência, seja de um “pai” ou de uma “mãe”, referindo-se à uma vinculação das funções parentais com o gênero ou com o sexo biológico. Esse tipo de argumento pressupõe o arranjo homoparental como um desvio tão inadmissível, que seria melhor retirar a criança desse novo seio familiar, sob o risco de prejudicar o seu desenvolvimento psíquico. Ainda, o grupo familiar com essa configuração é tratado como desviante de uma ordem dita natural, determinada pela finalidade arbitrária dos corpos e pela vinculação genética. Desse modo, algumas vezes pode ser aceita como uma família de menor valor, artificialmente construída como uma suplência a um casal incapaz de se reproduzir e a uma criança órfã.

Dar tratamento diferenciado às várias formas de filiação ou aos vários tipos de constituição de família afronta a dignidade humana. Nesse contexto, o campo do reconhecimento na estima social é solo fértil para as disputas decorrentes desses conflitos, ou seja, para a luta por reconhecimento. Assim, “os diversos grupos procuram elevar, com os meios da força simbólica e em referência às finalidades gerais, o valor das capacidades associadas à sua forma de vida” (HONNETH, 2009, p. 207). Para Honneth, o que determina o desfecho dessas lutas (com estabilizações meramente temporárias) é o poder da força simbólica e o clima das atenções públicas. Assim, quanto mais os movimentos sociais chamam a atenção da esfera pública para a importância negligenciada das propriedades e capacidades que representam, maior a possibilidade de elevar o seu valor social, ou melhor, a reputação de seus membros.

O reconhecimento das diversas possibilidades de configuração familiar abriu espaço para que as pessoas de orientação homossexual pudessem expressar sua existência na sociedade e o desejo de formar famílias parentais. As decisões judiciais que permitiram a formalização

dessas famílias foram o primeiro passo, uma vez que estabelecem uma chancela de valor simbólico a esses sujeitos. Outros desafios, no entanto, não são superáveis por meio de instrumentos unicamente jurídicos. As barreiras que ainda persistem no campo social estabelecem fronteiras à total inserção social dessas famílias como famílias iguais a todas as outras em sua forma única de ser e existir.

Os homossexuais lutam pelo direito de legitimidade do seu desejo, na busca de reconhecimento de suas formas de expressão de sexualidade. E além de poderem se relacionar entre si, almejam a possibilidade de formar uma família, em variadas modalidades, inclusive a parental. Por essa via, é possível garantir os direitos das famílias homoafetivas, ao reivindicarem uma sexualidade não procriativa, ao mesmo tempo em que ficam abertas as possibilidades para a formação de uma família parental por diversos meios de reprodução, se assim desejarem.

A categoria família segue em movimento. Isso significa que a luta por reconhecimento é permanente e se faz necessária a todo momento para que cesse a exclusão das famílias já existentes, porém marginalizadas, e para que as novas famílias que vierem a surgir sejam reconhecidas tão logo quanto possível. É por esse meio que prevalecerá o novo modo de ver os arranjos familiares, a partir da ótica do afeto.

Referências

BARROS, Sérgio Resende de. A ideologia do afeto. *In: Revista Brasileira de Direito de Família*, v. 4, n. 14, jul./set. Porto Alegre: Síntese/IBDFAM, 2002. pp. 5-10.

DIAS, Maria Berenice. **Filhos do afeto**. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 9ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

HONNETH, Axel. **O direito da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

LÔBO, Paulo. Direito de família e os princípios constitucionais. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (org.). **Tratado de direito das famílias**. Belo Horizonte: IBDFAM, 2015. pp. 101-129.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Princípios fundamentais norteadores do direito de família**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

VILLELA, João Baptista. Desbiologização da paternidade. **Revista da faculdade de direito da UFMG**, [S.l.], n. 21, p. 400-418, fev. 2014. Disponível em: <https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/1156> Acesso em: out.2020.

DINÂMICA DA PRODUÇÃO DE AGRODIESEL EM MINAS GERAIS

Rômulo Soares Barbosa

Considerações iniciais

O presente texto busca analisar a dinâmica de produção de agrodiesel¹ e as possibilidades de inserção da agricultura familiar² no fornecimento de matéria prima em Minas Gerais. A Petrobrás instalou três usinas de produção de agrodiesel, 01 em Minas Gerais, 01 na Bahia e 01 no Ceará. Em Minas Gerais a usina foi instalada no ano de 2009, no município de Montes Claros.

O arranjo inicial da cadeia produtiva de agrodiesel no Brasil

1 O uso do termo agrodiesel refere-se à opção analítica de enfatizar a dinâmica de produção agrícola e pecuária envolvida na produção deste agrocombustível, comumente denominado biodiesel (LASCHEFSKI e BARBOSA, 2013).

2 Para o aprofundamento da discussão sobre agricultura familiar confira LAMARCHE, H. A agricultura familiar: comparação internacional: uma realidade multi-forme. Campinas: Editora Unicamp, 1993. Neste artigo a categoria agricultura familiar é estatal-administrativa (Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996). Trata-se da definição estabelecida em norma legal que permite às famílias de agricultores se enquadrarem como potenciais beneficiários da política de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF –, por meio da aquisição da Declaração de Aptidão ao PRONAF-DAP. A DAP credencia o agricultor familiar e suas organizações cooperativas a participarem de programas públicos, como o Selo Combustível Social. Vide Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996.

estabelecia um investimento em apoio produtivo e logístico à agricultura familiar para a produção de oleaginosas, especialmente a Mamona, que seria adquirida pela Petrobrás Biocombustível, no contexto de suprimento de suas usinas. É no processo de aquisição e manutenção do Selo Combustível Social³ que se efetiva os incentivos fiscais, tributários e mercadológicos previstos, mediante a compra de oleaginosas da agricultura familiar.

Passados onze anos da instalação da usina em Montes Claros, alterações significativas ocorreram na dinâmica de oferta de suprimentos para a usina e no arranjo de incentivo à produção de oleaginosas da agricultura familiar. Inicialmente uma produção intensa e espacialmente dispersa de Mamona pelos municípios do Norte de Minas Gerais. Logo após, observou-se a constituição de polos de produção, principalmente no extremo Norte do Estado, no entorno dos municípios de Jaíba e Matias Cardoso. Já em 2018 a cultura da mamona foi praticamente extinta em Minas Gerais.

Além disso, constituiu-se uma complexa logística de integração da Mamona à dinâmica de certificação do Selo Combustível Social. A Petrobrás Biocombustíveis adquiria a mamona da agricultura familiar e incorporava os custos de aquisição da mesma aos requisitos do Selo Combustível Social. A mamona adquirida em Minas Gerais era encaminhada para uma Usina de Óleo de Mamona na Bahia que a processava e a comercializava no mercado rícino-químico. Portanto, a mamona não se firmou como matéria prima para o agrodiesel. Era peça importante para o Selo Combustível Social da Petrobrás Biocombustíveis. Desde o início, a soja era a fonte principal de matéria prima para o agrodiesel, cedendo espaço gradativamente para o sebo bovino na Usina de Montes Claros. Esse processo tem potencializado regiões produtoras de soja e de gado bovino.

A abordagem metodológica realizada foi quali-quantitativa. Isto é,

3 Cf. Decreto Federal N° 5.297, de 6 de dezembro de 2004.

uma articulação entre procedimentos qualitativos e quantitativos como condição de produção dos dados e informações necessárias à explicação do problema sociológico proposto. Para isso, a pesquisa foi composta de três etapas: 1) pesquisa bibliográfica, com foco no exame da literatura pertinente à produção de agrocombustíveis, principalmente o agrodiesel, no Brasil. 2) Pesquisa documental sobre a legislação que disciplina o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel-PNPB e a integração da agricultura familiar à produção de oleaginosas e gordura animal, com análise de relatórios da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis-ANP; 3) Pesquisa de dados estatísticos agropecuários: levantamento de dados em bases oficiais do IBGE, principalmente o Censo Agropecuário, a Pesquisa Produção Agrícola Municipal e a Pesquisa Produção Pecuária Municipal.

Os agrocombustíveis no Brasil

O estudo dos agrocombustíveis tem estado na agenda do debate científico sobre soluções verdes para: por um lado, a superação da dependência dos combustíveis fósseis, por outro, criar alternativas energéticas sustentáveis, isto é, que, pelo menos, reduzam as emissões de carbono na atmosfera (HOUTART, 2010; ABRAMOVAY, 2009; SACHS, 2007). A sociologia tem pautado este debate, especialmente, no que tange aos riscos ambientais e sociais da massificação dos agrocombustíveis, por meio do incremento das monoculturas, implicando em riscos à produção mundial de alimentos e a produção de degradação ambiental. A sociologia tem também se dedicado aos conflitos entre populações locais, grandes proprietários rurais e agroindústria em situações concretas de ampliação das áreas destinadas aos agrocombustíveis (LASCHEFSKI & BARBOSA, 2013; BARBOSA & SANTOS, 2010 e 2011). Nesse sentido, o exame

das estratégias implementadas para o suprimento de uma Usina de Biodiesel da Petrobrás em Minas Gerais, contribuirá diretamente para o aprofundamento analítico da temática.

A Sociologia do Desenvolvimento e também a Sociologia Rural têm sido, não exclusivamente, campos férteis do debate científico sociológico sobre os agrocombustíveis. É importante ampliar o conhecimento sobre esse tema no Brasil. O país tem experimentado a partir de meados dos anos 2000, com criação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB –, incremento da matriz energética dos agrocombustíveis, especialmente o diesel de óleos vegetais e gordura de animais. Dessa maneira, torna-se premente examinar situações reais de expansão das áreas destinadas ao cultivo de oleaginosas, expansão de rebanhos e sua relação com os estímulos do PNPB, inclusive com análise da espacialização destas atividades.

O Norte de Minas Gerais é uma mesorregião administrativa estadual e possui uma área de 120.701 km², correspondendo a 20,7% do território do estado, engloba 89 municípios com 1.610.413 habitantes, o que equivale a 8,2% da população total do estado. 69% da população regional reside na área urbana e 31% no espaço rural (IBGE, 2010).

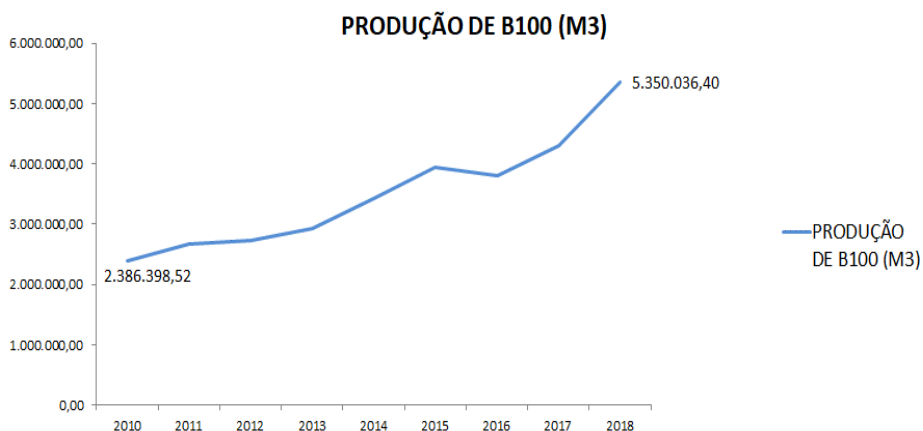
A modernização conservadora da agricultura teve sua marcha acelerada com a inserção da região na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE em 1965 e esteve assentada em cinco principais pilares: agricultura/fruticultura irrigada, monocultura de eucalipto, pecuária extensiva, monocultura de algodão, incentivos à industrialização de algumas cidades. (RODRIGUES, 2000; BARBOSA e FEITOSA, 2006).

Os desafios para a integração da agricultura familiar na cadeia de suprimentos do agrodiesel estão na agenda do debate sobre o

desenvolvimento rural sustentável. De um lado, os agrocombustíveis representam um esforço para a superação da dependência dos combustíveis fósseis; por outro, pode constituir um campo de alternativas econômicas para o desenvolvimento da agricultura familiar. Todavia, a sociologia tem pautado este debate no que tange aos riscos ambientais e sociais da massificação dos agrocombustíveis, por meio do incremento das monoculturas, implicando em riscos à produção mundial de alimentos e a produção de degradação ambiental. Mas, também, tem se dedicado às possibilidades de inserção econômica da agricultura familiar como produtoras de oleaginosas e de gordura animal. Nesse sentido, o atual cenário de crise da produção de mamona e de emergência da gordura animal pode representar um novo quadro de possibilidades para a agricultura familiar.

Em 2004 foi lançado Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB. Em 2009 foi inaugurada a usina de agrodiesel *Darcy Ribeiro*, da Petrobras Biocombustíveis – PBIO, em Montes Claros-MG. A partir de meados dos anos 2000, como consequência do PNPB e da instalação da Usina *Darcy Ribeiro* em Montes Claros-MG, inicia-se na região um novo ciclo de cultivo de mamona com o objetivo de inserção na cadeia produção de agrodiesel liderada pela PBIO.

Gráfico 01 – Produção de Agrodiesel B100, anos 2010 e 2018.



Fonte: Anuário Estatístico, ANP, 2019.

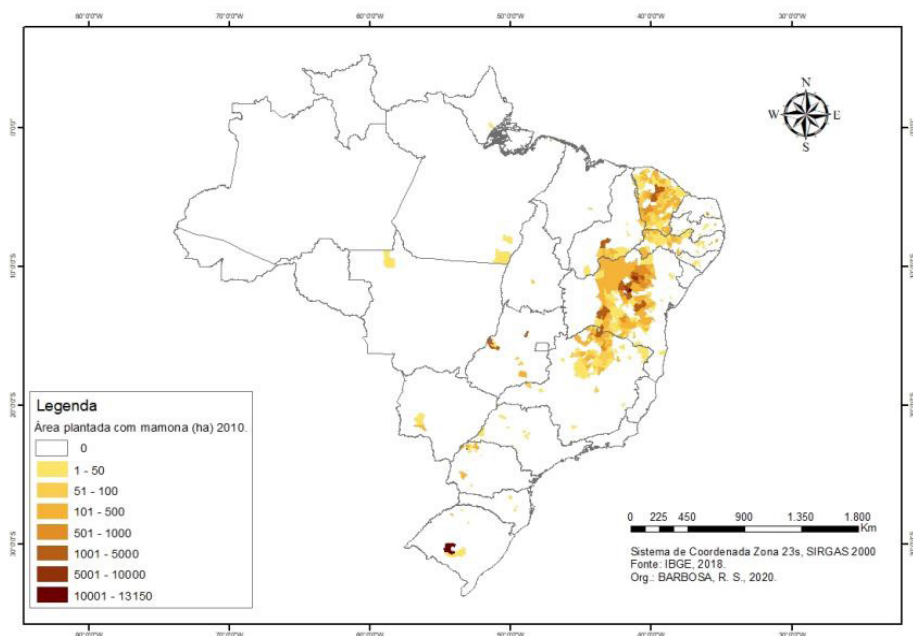
No gráfico 01 pode-se observar que no período de 2010 a 2010 a produção total de agrodiesel – B100 – no Brasil passou de 2.386.398,52 de metros cúbicos para 5.350.036,40 metros cúbicos. Isso representa um aumento de 122%. No entanto, cabe ressaltar que a capacidade instalada em 2018 era de 23.720,00 m³ por dia, o que corresponderia a 8.657.800,00 m³ por ano. Portanto, o parque industrial de agrodiesel no Brasil operou, naquele ano, com cerca de 62% da capacidade instalada.

O ciclo da mamona

No pico do processo produtivo em Minas Gerais, no ano de 2010, o cultivo da mamona ocupava 8.352 hectares, sendo que a mesorregião Norte era responsável por 96% dessa área plantada. No Mapa 1 é possível observar que em 2010, como efeito da política de estímulo à produção de mamona para suprir a Petrobrás Biocombustíveis. O Norte de Minas Gerais, a Bahia e o Ceará concentram as áreas de cultivo de mamona no Brasil, estados em que se localizam as unidades da Petrobrás Biocombustíveis:

Montes Claros/MG, Candeias/BA e Quixadá/CE.

Mapa 01 – Área plantada (hectares) com Mamona, Brasil, ano 2010.

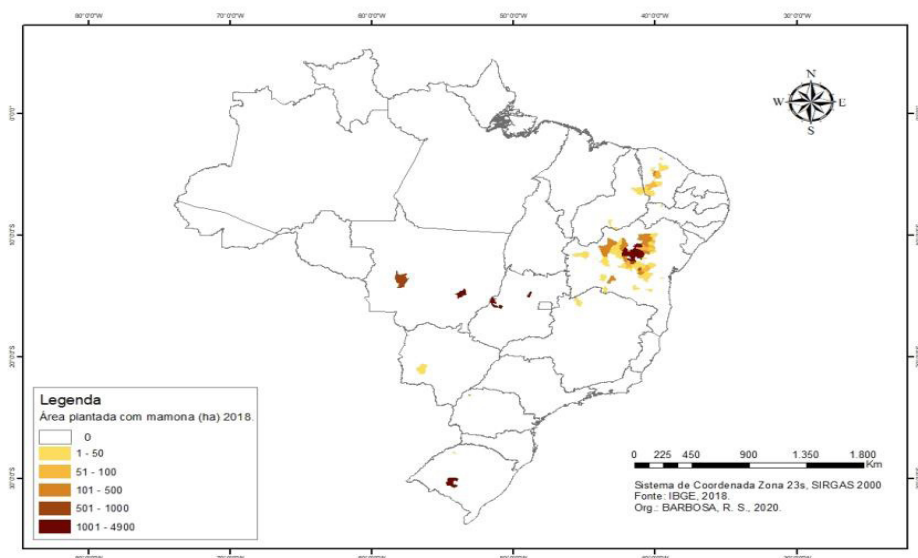


Já em 2018, praticamente, o plantio de mamona foi erradicado em Minas Gerais, conforme pode ser visualizado no Mapa 2. A área plantada em 2018 foi reduzida a 42 hectares. Essa drástica redução é resultado de alterações ocorridas na dinâmica de integração da agricultura familiar à cadeia produtiva do agrodiesel pela Petrobrás.

A Usina da Petrobrás Biocombustíveis – PBIO – em Montes Claros opera com cerca de 50% de óleo de soja e 50% de gordura animal proveniente de sebo bovino, como matéria-prima. A mamona adquirida em Minas Gerais pela PBIO era encaminhada em caminhões para a unidade de processamento de óleos – Bioóleo – em Feira de Santana, na Bahia. A produção do óleo de mamona realizado pela Bioóleo era direcionado ao

mercado rícino-químico. Até o ano de 2019 a Petrobrás Biocombustíveis era acionária da Bioóleo Industrial e Comercial S/A. Outro fator importante foi a concorrência produtiva da mamona com outras culturas devido ao baixo preço pago pela PBIO.

Mapa 02 – Área plantada (hectares) com Mamona, Brasil, ano 2018.



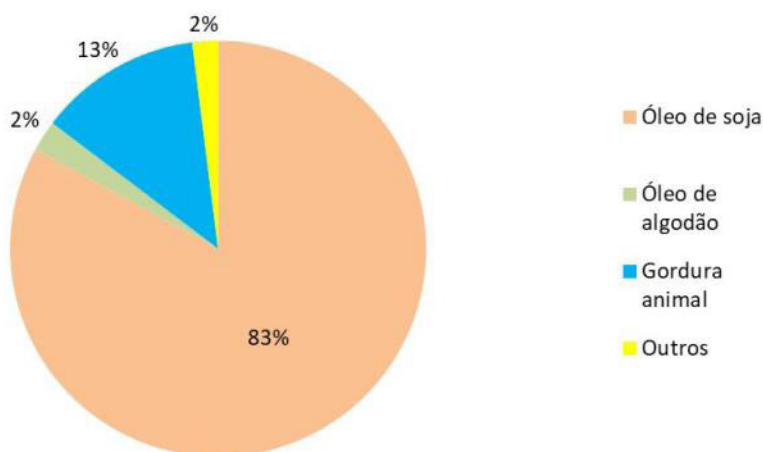
Somente a Bahia continuou com expressiva área plantada de mamona em 2018. Certamente, isso decorre do mercado rícino-químico já estruturado naquele estado antes do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel – PNPB –, que teve início em 2004.

Composição do agrodiesel – B100 – no Brasil

Dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP – revelam a composição de matérias-primas utilizadas na produção de agrodiesel – B100 – no Brasil. No gráfico 02 pode-se verificar que no ano de 2010, portanto 6 anos após o lançamento

do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel – PNPB. A soja respondia por 83% das fontes de óleo, correspondendo a 1.250.590 m³. Naquele ano, a gordura animal foi responsável por 13%, como segunda fonte de óleo mais importante (ANP, 2019).

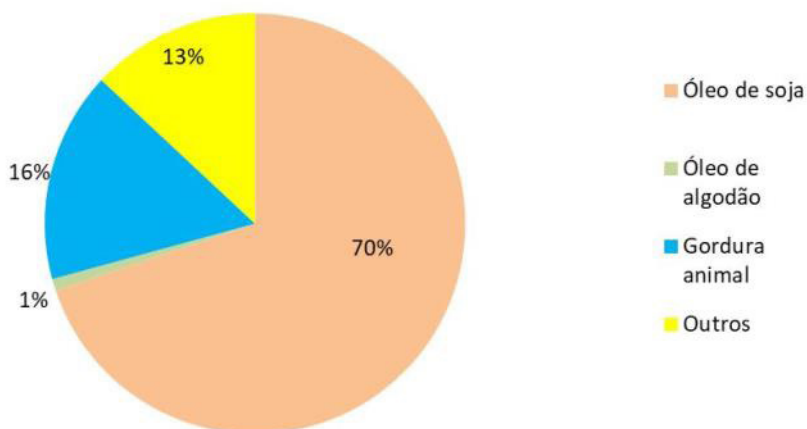
Gráfico 02 – Matéria-prima utilizada na produção de agrodiesel (B100) no Brasil, 2010.



Fonte: Anuário Estatístico da ANP, 2019.

No ano de 2018, de acordo com o gráfico 03, pode-se observar que o óleo de soja teve redução de participação na composição de matérias-primas para o agrodiesel – B100. Todavia, ainda respondia por 70%. Já a gordura animal passou para 16%. Destaca-se a emergência da categoria “Outros” com 13%. Trata-se, principalmente, da expansão da produção do óleo de palma na região Norte do Brasil.

Gráfico 03 – Matéria-prima utilizada na produção de agrodiesel (B100) no Brasil, 2018.

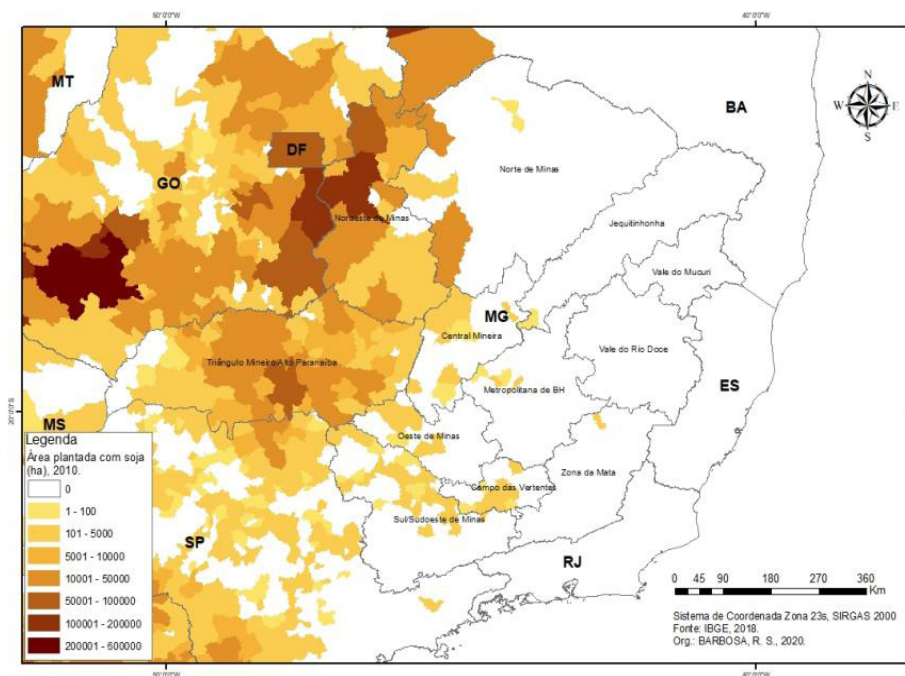


Fonte: Anuário Estatístico da ANP, 2019.

Distribuição da área plantada com soja

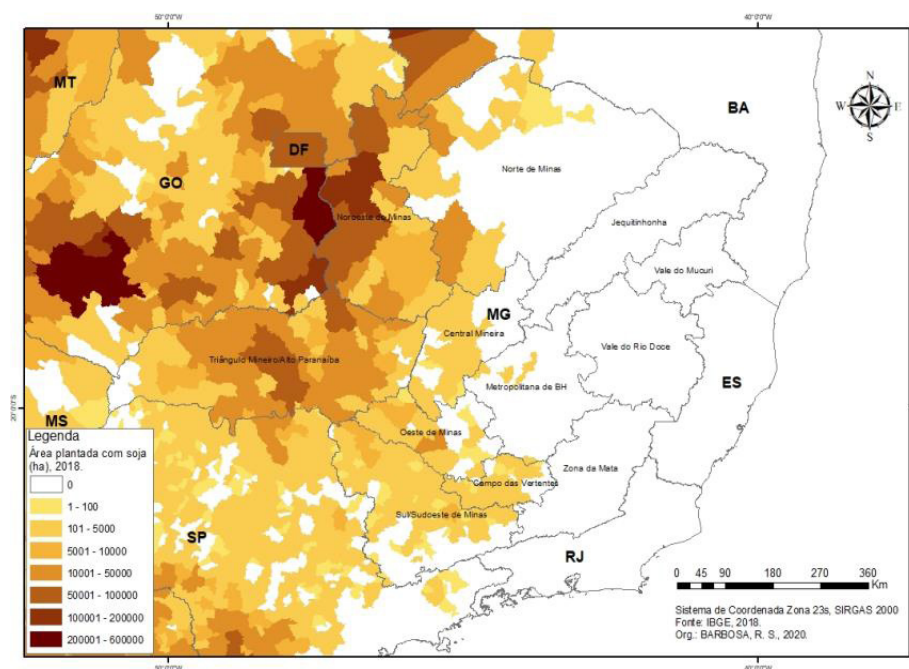
No mapa 03 é possível observar a distribuição da área plantada com soja em Minas Gerais, no ano de 2010. Ressalta-se que na mesorregião Norte de Minas havia, naquele ano, quatro municípios com área plantada de soja, com destaque para Chapada Gaúcha e Buritizeiro. A soja estava concentrada, principalmente, nas mesorregiões Noroeste, Alto Paranaíba e Triângulo. Havendo registro de plantio em menor intensidade de no Oeste, Sul/Sudoeste e Campo das Vertentes.

Mapa 03 – Área plantada com soja (hectares), Minas Gerais, 2010.



No ano de 2018, em menos de dez anos do registro anterior, pode-se verificar no Mapa 04 que a área de plantio de soja em Minas Gerais se expande no sentido oeste-leste. No Norte de Minas, nove municípios cultivavam soja naquele ano, sendo que em 2010 eram quatro, sendo que o extremo norte da mesorregião é a área de expansão.

Mapa 04 – Área plantada com soja (hectares), Minas Gerais, 2018.



O óleo de soja respondeu por 70% da matéria-prima destinada à produção de agrodiesel – B100 – em 2018, sendo que houve aumento de 87% do volume processado entre 2010 e 2018. A soja se consolida como a principal matéria-prima para o agrodiesel, embora haja 30% de outras fontes de óleo.

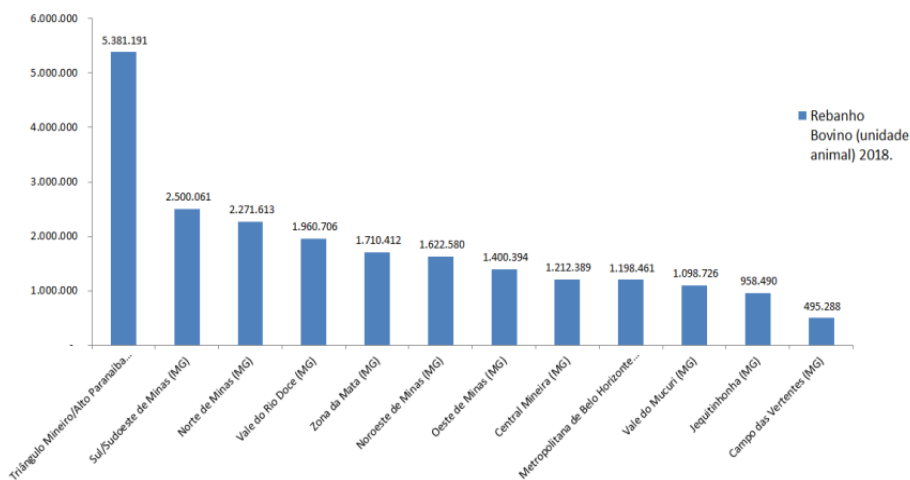
Rebanho bovino em Minas Gerais

O sebo bovino é uma das principais fontes da gordura animal utilizada como matéria-prima para o agrodiesel – B100 –, sendo que em 2018 esta fonte representou 18% do total de óleo processado. Na usina da Petrobrás Biocombustíveis em Montes Claros, o sebo bovino já alcançou

a marca de 50% da matéria-prima (BARBOSA, 2020).

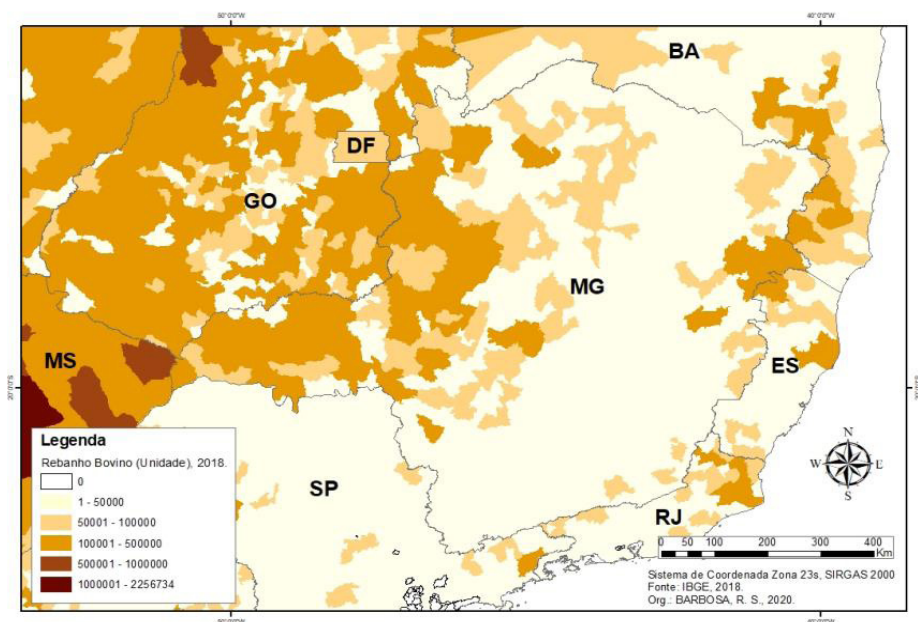
No gráfico 04 pode-se verificar o efetivo do rebanho bovino do Estado de Minas Gerais. As mesorregiões Triângulo e Alto Paranaíba, juntas, possuíam 24,7% do total do rebanho estadual em 2018. No entanto, cabe destacar que o Norte de Minas Gerais possuía 2.271.613 cabeças de gado, correspondendo a 10,4% do rebanho total. No Mapa 05 pode-se examinar a distribuição espacial, por municípios, do rebanho bovino em Minas Gerais.

Gráfico 04 – Rebanho Bovino (unidade animal), Minas Gerais, 2018.



Fonte: IBGE, 2018.

Mapa 05 – Rebanho bovino (unidade animal), Minas Gerais, 2018.



O rebanho bovino de Minas Gerais e o efetivo presente na mesorregião Norte de Minas tem possibilitado a ampliação do uso de sebo como matéria prima importante, criando oportunidade para a pecuária regional.

À guisa de conclusão

A instalação da usina de agrodiesel da Petrobrás Biocombustíveis, em 2009, na cidade de Montes Claros, Norte de Minas Gerais, induziu a agricultura regional, principalmente a agricultura familiar, a se tornar fornecedora de matéria-prima e trouxe a expectativa de contribuição para o desenvolvimento desta mesorregião.

No primeiro momento os agricultores foram estimulados a destinar suas áreas ao plantio da mamona. Vimos que entre 2010 e 2018, isto é,

entre o período que se inicia 01 ano após a implantação da usina da PBIO e oito anos depois, o curto ciclo da mamona se encerrou.

A mamona não se tornou matéria-prima para a usina de Montes Claros. Esta é abastecida, principalmente, por óleo de soja e sebo bovino. O óleo de soja é oriundo dos cultivos espalhados pelo Triângulo, Noroeste e também do Norte de Minas. O município de Chapada Gaúcha é um dos fornecedores.

A partir de 2010 vimos que a área plantada com soja é ampliada e se expande na direção oeste-leste. Nesse cenário, novos municípios do Norte de Minas Gerais estão cultivando a oleaginosa e pode ampliar sua fatia como fornecedora para a PBIO em Montes Claros.

Todavia, certamente, o que singulariza a estrutura de composição de matéria-prima da PBIO em Montes Claros é a utilização expressiva de sebo bovino. A PBIO adquire esta gordura animal, principalmente, de frigoríficos localizados no Triângulo e no Alto Paranaíba. Mas, como o Norte de Minas possui o terceiro maior rebanho bovino do Estado, certamente, poderá aproveitar esta janela de oportunidade aberta pela PBIO em Montes Claros.

Agradecimento

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo (Org.). **Biocombustíveis: a energia da controvérsia**. São Paulo: Senac, 2009.

BARBOSA, R. S. **Rearranjos da produção de biodiesel em Minas**

Gerais: efeitos socioeconômicos para a agricultura familiar e o desenvolvimento regional. Relatório de Pesquisa. Montes Claros: FAPEMIG/UNIMONTES, 2020.

BARBOSA, R. S., SANTOS, F. D. **Agrocombustíveis: Abordagem crítica. Textos Analíticos**, Gesta-UFMG, 2010. Disponível em [http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/](http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/BARBOSA_Romulo_SANTOS_Fabio_Agrocombustiveis_abordagem_critica.pdf) BARBOSA_Romulo_SANTOS_Fabio -Agrocombustiveis_abordagem_critica.pdf

BARBOSA, R. S., SANTOS, F. D. **Agrocombustíveis e Inserção da Agricultura Familiar em Arranjos Produtivos de Oleaginosas no Norte de Minas Gerais.** Argumentos (Unimontes), v.1, p.80-95, 2011. (Impresso)

HOUTART, François. **A Agroenergia: solução para o clima ou saída da crise para o capital?.** Petrópolis: Vozes, 2010.

LASCHEFSKI, K., BARBOSA, R. S. **Produção de agrodiesel no semiárido mineiro: controvérsias e questões.** Estudos de Sociologia (São Paulo), v.18, p.1-15, 2013. Disponível em seer.fclar.unesp.br/estudos/issue/download/481/72

SACHS, Ignacy. **A revolução energética do Século XXI.** Revista Estudos Avançados, 2007.

CURSINHO POPULAR *DARCY RIBEIRO*: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO POPULAR EM MONTES CLAROS

Samira Xavier Machado

Mônica Maria Teixeira Amorim

Maria de Souza Helena Ide

Introdução

O presente texto¹ dedica-se a discutir a importância dos cursinhos populares no processo de luta por democratização do acesso à educação superior dos filhos das camadas populares. Partimos da compreensão de que a democratização do ensino superior, no Brasil, constitui tarefa complexa e que o conceito de democratização comporta promoção de acesso universal, além de permanência e conclusão do ensino superior. Envolve, igualmente, reversão do quadro no qual a Universidade é espaço acessado majoritariamente pelas camadas mais abastadas da população.

Entendemos que os cursinhos populares constituem espaços importantes nesse processo de luta cuja história, concepções e práticas

¹ Este trabalho resulta da investigação que desenvolvemos no âmbito do mestrado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS – da Universidade Estadual de Montes Claros –UNIMONTES.

educativas merecem maior atenção. Reconhecemos que o alcance dos cursinhos populares é dificultado pela limitação de recursos, mas ampliado pelo compromisso político dos movimentos sociais e pelo crescimento de projetos como a Rede Emancipa, que tem se expandido pelo país, oportunizado a muitos jovens filhos das camadas populares um espaço pré-universitário que contribui para sua inserção na educação superior.

A discussão que empreendemos aqui se encontra organizada em dois momentos: no primeiro momento, destacamos a concepção educativa que direciona os cursinhos populares e abordamos o percurso histórico desses cursinhos no Brasil – que está diretamente relacionado a ações e projetos sociais. No segundo momento, exploramos práticas de Educação Popular desenvolvidas no Cursinho Popular *Darcy Ribeiro*, projeto educativo da Rede Emancipa em Montes Claros/MG. Cumpre aclarar que a discussão encontra aporte no estudo bibliográfico que realizamos e nos dados obtidos por meio de entrevistas não estruturadas feitas com coordenadores do Cursinho Popular *Darcy Ribeiro*.

Cursinhos populares: algumas notas sobre concepções educativas e percurso histórico

Partindo do entendimento de que o conceito de educação é vasto e está ligado a distintas ideologias, Souza Santos (2004, p. 32) declara que o papel fundamental da educação é estratégico para se pensar um projeto de país, sendo imprescindível a compreensão com quais finalidades o projeto educativo está alinhado. Freire e Nogueira (1993, p. 17) mencionam a existência de uma estreita relação entre educação e a transformação da sociedade. “Portanto, haveria um tipo de educação não apenas para transformar as pessoas, mas haveria educação que refletisse com as pessoas a transformação do país inteiro”. Diante de uma sociedade

tão desigual, Brandão (2012) assinala a necessidade de repensar o modelo educativo, uma vez que:

Existimos dentro de um mundo social onde senhores do poder, através do Estado, decidem e definem para os “outros” (para nós) o que querem que seja a relação entre eles e os “outros” (nós). Vivemos em uma sociedade onde um Estado de democracia restrita não é o lugar coletivo do poder consensual de criar direitos, de criar por consenso as normas da vida coletiva, mas apenas é o lugar de obedecê-las (BRANDÃO, 2012, p. 12).

Conforme abordamos em outros estudos², o modelo educativo brasileiro, sobretudo o escolar, vem sendo orientado por diretrizes neoliberais que reforçam a formação de profissionais para o mercado, a competitividade, o empreendedorismo, a iniciativa privada, e que não tem como horizonte o combate às desigualdades e a promoção da justiça social. Para Aragão *et al* (2016, p. 85), se identificamos a sociedade como um espaço desigual, o mais coerente é atuar com o “objetivo de formar pessoas protagonistas para a construção de mudanças”. E é nessa direção que se insere a Educação Popular e se constitui em um modelo de teoria e prática educativa que coloca as classes populares no centro do processo de decidir e definir a organização social.

Aragão *et al* (2016, p. 87) consideram que, sem a perspectiva política de classe, “não há Educação Popular, mas apenas reprodução de um sistema tradicional excludente e opressor”. Consideram, ainda, que o sentido e a finalidade da Educação Popular é atuar na “organização e nas reivindicações do povo”, promovendo ações político-pedagógicas pautadas na consciência crítica da vida real.

A Educação Popular se apresenta como alternativa ao ensino formal e ainda como importante ferramenta de participação

2 Machado, S. X. Amorim, M. M. A Rede Emancipa como contraposição às orientações neoliberais para a educação brasileira. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/semgepraxis/search/authors/view?firstName=Samira&middleName=Xavier&lastName=Machado&affiliation=&country=BR> Acesso em 14/09/2020.

social, pois o ato de educar se constitui em um processo dinâmico que entra em contato com os estudantes e com suas vivências. A construção do conhecimento pela interação dos saberes possibilita aos educandos que, por meio do processo educativo, reconheçam-se como agentes de transformação social. É preciso possibilitar a esses educandos agir, pensar e atuar com autenticidade e “não estarem simplesmente dirigidos por outros” (KANE, 2006 .196). Para Freire (2014, p.113), “é na informalidade que se constrói uma educação popular” e seu principal objetivo, segundo Brandão (2006, p.109), deve estar fundamentado em fortalecer as organizações locais. No entender de Kane (2006), o compromisso político da Educação Popular é sua base fundamental. Porém, é importante ter consciência que nem sempre será possível o diálogo entre o viés político e o Estado, uma vez que a Educação Popular deve estar comprometida com a transformação social e o Estado pode limitar essa liberdade. “O mundo é injusto e se a educação não se compromete a modificá-lo a favor dos mais explorados e excluídos, o mundo permanece como está: não pode haver neutralidade” (KANE, 2006. p. 195).

Enquanto práxis social, a Educação Popular é entendida como aquela que não se encontra institucionalizada, que acontece “dentro e com os grupos populares”, que se contrapõe ao “projeto educacional dominante”, e “é adotada em diferentes contextos, principalmente pelos movimentos sociais do campo e da cidade” (PINI, 2012)³.

Nessa direção, conforme Castro (2012, p. 26), a Educação Popular se apresenta como antítese ao modelo educativo “institucional”, o qual o autor define como um modelo conivente com a lógica capitalista, porquanto não se ocupa em contestar as injustiças sociais, pelo contrário, atua para perpetuar a exploração do trabalho. Paulo Freire representa referência central no debate sobre experiências de Educação Popular, uma vez que ele viveu e defendeu práticas educativas assentadas no compromisso com

3 Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000092012000100032&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 25/04/2019.

a organização e conscientização do povo.

A educação que Freire defendeu se pautava na transformação da sociedade desigual em que vivemos, se dirigia para a construção de uma outra sociedade mais justa e democrática. Gadotti (s.d, p. 24)⁴ elucida que:

Foi na década de 50 que se iniciou esta profunda história de ideias, práticas e acontecimentos no campo da educação na América Latina: a educação popular. Como concepção da educação, a educação popular é uma das mais belas contribuições da América Latina ao pensamento pedagógico universal. Isso se deve, em grande parte, à atuação internacional de um dos seus mais importantes representantes: **Paulo Freire**. (Grifo nosso).

E acrescenta:

Ele deixou, por onde passou, as sementes de uma concepção popular emancipadora da educação. Essas sementes floresceram em numerosos grupos e organizações, nas últimas décadas, unindo conscientização e organização popular. Ao contrário de concepções educacionais nascidas nos gabinetes dos burocratas ou de pedagogistas bem intencionados, a educação popular nasceu, na América Latina, no calor das lutas populares, dentro e fora do Estado. (*Idem*).

Para Freire (2014), educar consiste numa prática social caracterizada pela interação dos sujeitos inseridos na construção societária e, portanto, o ato de educar é um ato político cuja finalidade deve proporcionar uma ruptura com o sistema capitalista. Nessa perspectiva, o ato educativo dirige-se para a superação da “ingenuidade que condiciona a exploração do oprimido pelo opressor” (ARAGÃO, *et al*, 2016, p. 86).

A Educação Popular se faz contrária à lógica neoliberal pelo caráter de esperança que carrega em sua ideologia, pelos educadores populares

4 Disponível em: <http://formacaocontinuada.net.br/wp-content/uploads/2015/06/paulo-freire-por-moacir-gadotti.pdf> Acesso em: 27/04/2019.

que acreditam na possibilidade de uma nova sociedade, que lutam e constroem junto a seus educandos a transformação das estruturas sociais, não cedendo à visão fatalista da história. A Educação Popular se encaixa na concepção de utopia proposta por Sargisson (2012, p. 8, tradução nossa), na qual se destaca que utopias “[...] sempre expressam descontentamento com o agora e sempre sinalizam para direções alternativas.”. Desafiando “as raízes dos sistemas socioeconômicos e políticos contemporâneos. Sua intenção é mudar o mundo”. Assim, o educador popular tem um papel essencialmente político porque deve encarar “os problemas e tomar partido frente à realidade social, e não ficar indiferente às injustiças e aos direitos violados, pois o docente, na educação popular ou na tradicional, faz política”. (ARAGÃO, *et al*, 2016, p. 86).

O professor exerce uma função central na educação, sendo fundamental que, enquanto educador popular, tenha uma sólida formação política aliada a profundo conhecimento da realidade e compromisso social. Não obstante, Pereira e Pereira (2010) advertem que “muitos educadores populares também passaram a se questionar sobre a viabilidade de transformação da sociedade. Muitos, inclusive, são capturados pela lógica do mercado, entregando-se a uma visão fatalista da história”.

Por sua vez, Weffort (2020, p. 35) ressalta que “toda prática educativa implica algum perigo de transfiguração de suas intenções originais”, todavia “qual a alternativa além do intelectualismo e da omissão?” Nesse sentido, Freire chama a atenção para a necessidade de realizar uma constante reflexão sobre a prática e emprendermos esforços canalizados para uma construção prática que “nos aproxime de nossas utopias possíveis de transformação social e de emancipação humana” (HADDAD, 2019, p.164).

Distanciando-se dos discursos simplistas de que a Educação Popular é a educação de todos, a educação das classes populares deve constituir-

se com o povo e a partir de seus conhecimentos e em favor de suas necessidades. Freire (2014, p. 99) defende que “você só trabalha realmente em favor das classes populares se você trabalha *com* elas, discutindo com respeito seus sonhos, seus desejos, suas frustrações, seus medos e suas alegrias.” Nesse cenário, a Educação Popular focaliza projetos de acordo com o contexto social e as demandas populares.

A educação popular valoriza o conhecimento do povo, os saberes prévios e as referências dos estudantes. É uma proposta que aproxima educador e educando, em um processo de construção do conhecimento em que se compartilham vivências e histórias da vida cotidiana. Tem a missão de transformar, serve como inspiração para grandes mudanças, que partem da organização coletiva e do sentimento de solidariedade. Possui cunho político, denuncia o sistema socioeconômico e a exploração. Aborda os problemas ambientais, do campo, da cidade, da vida e do trabalho. Preocupa-se com a desconstrução de preconceitos e o combate a intolerância (PEREIRA, 2018, p. 29).

Incorporado a essas ideias, entendemos que o projeto educativo popular faz parte da construção de um projeto maior, um projeto popular para o Brasil, pautado na emancipação e transformação das condições de desigualdades econômicas e sociais às quais as camadas populares são submetidas. Brandão (2009, s/n) classifica duas tendências principais para a Educação Popular, uma mais preocupada em conscientizar as classes e outra focalizada nas experiências na alfabetização de jovens e adultos. Nessa direção, Gaddotti (s/n, p. 21) aclara que a educação popular passou por distintos momentos na sua organização “desde a busca da conscientização, nos anos 1950 e 1960, e a defesa de uma escola pública popular e comunitária, nos anos 70 e 80, até a escola cidadã, nos últimos

anos, num mosaico de interpretações, convergências e divergências”.

PINI (2012)⁵, por sua vez, lembra que “Freire inicia a práxis da Educação Popular na década de 1960, quando os dados do analfabetismo destacavam acima dos indicadores para o país que se encontrava em pleno processo de desenvolvimento”. Em direção similar, Paludo (2012, p. 283) esclarece que a educação popular vai se consolidando enquanto “teoria e prática educativas alternativas às pedagogias e às práticas tradicionais e liberais, que estavam a serviço da manutenção das estruturas de poder político, de exploração da força de trabalho e de domínio cultural” Gadotti (s.n, p. 21)⁶ acrescenta que a Educação Popular tem se estabelecido enquanto

paradigma teórico que trata de codificar e decodificar os temas geradores das lutas populares, busca colaborar com os movimentos sociais e os partidos políticos que expressam essas lutas. Trata de diminuir o impacto da crise social na pobreza, e de dar voz à indignação e ao desespero moral do pobre, do oprimido, do indígena, do camponês, da mulher, do negro, do analfabeto e do trabalhador industrial.

No interior dessas experiências de educação popular é que emergem os cursinhos populares que, conforme Castro (2005) têm suas raízes nos grêmios do movimento estudantil nos anos de 1950 e, encontram-se ainda relacionados, nos anos de 1960, aos movimentos sociais da nomeada “esquerda católica”, cuja atuação se direciona para combater as profundas desigualdades sociais que então caracterizam a realidade brasileira. Naquele cenário, a educação escolar era privilégio de poucos e, em se tratando de educação superior, o acesso era reservado a um grupo mais seletivo ainda.

5 Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000092012000100032&Ing=en&nrm=iso Acesso em: 25/04/2019.

6 Disponível em: <http://formacaocontinuada.net.br/wp-content/uploads/2015/06/paulo-freire-por-moacir-gadotti.pdf> Acesso em: 27/04/2019.

O modelo de seleção por vestibular, instituído em meados dos anos de 1940, operava como funil no processo de disputa por vagas. Castro (2005, p. 16) situa que os cursinhos pré-vestibulares aparecem no contexto nacional em meados dos anos de 1940, quando as universidades adotam o vestibular como modelo de seleção diante da crescente demanda por uma vaga no Ensino Superior. Esse fenômeno foi impulsionado pela Constituição de 1946, que reconhecia a Educação como direito de todos, ampliando o número de matrículas no Ensino Básico e Médio.

Whitaker (2010, p. 290) considera os cursinhos pré-vestibulares como uma “anomalia”, por estarem à margem do sistema de ensino oficial e, ao mesmo tempo, carregarem em si um caráter institucionalizado por fazerem parte da trajetória escolar de grande parte dos estudantes. Ainda conforme a autora, esse espaço é o mecanismo do qual as classes privilegiadas usufruem para aprovação e ingresso nas Universidades. Whitaker (2010, p. 290) conclui que os pré-vestibulares utilizam e criam “práticas e metodologias de ensino, as mais antipedagógicas possíveis, ligadas à memorização pura e simples, como a aula-show e a repetição de fórmulas químicas”.

De acordo com Mendes e Rufato (2015, s/n), é esperada que a aproximação entre cursinhos e Educação Popular provoque estranhamento e pareça uma contradição, já que os cursinhos são geralmente julgados “como espaços que frequentemente se propõem a “capacitar”, “treinar”, “adestrar” estudantes para uma prova” (MENDES e RUFATO, 2015, s/n). De fato, conforme avalia Aragão *et al* (2016, p. 87), os cursinhos pré-vestibulares comerciais se colocam como opção paga de preparação para o vestibular e reforçam o peso da questão econômica como requisito para obtenção de “boa preparação nos exames de seleção das universidades públicas brasileiras”. Já os cursinhos populares não apresentam fins lucrativos. Eles representam, na acepção de Pereira (2018, p. 35),

“consequências, no campo educacional, das lutas políticas pelo acesso universal ao Ensino Superior público e gratuito” e são fruto de um longo processo histórico de lutas sociais.

Whitaker (2010, p. 290) explica que os cursinhos populares surgem como mecanismo do qual os pobres se apropriam para neutralizar as barreiras de seu ingresso na Universidade, criadas pelo sistema capitalista. Esse é o motivo e o caráter democratizante dos cursinhos populares – eles se propõem a contribuir para a formação necessária que possibilite o acesso ao ensino superior dos estudantes que não possuem condições financeiras de frequentarem os cursinhos pré-vestibulares.

Castro (2005, p. 10) destaca que os primeiros movimentos de construção dos cursinhos populares datam de 1950 e estão ligados aos *campi* e aos grêmios do movimento estudantil, especialmente por meio do “Grêmio da Escola Politécnica da USP” que fundou o Curso Politécnico. Já na década de 1960, Castro (2005, p. 48) lembra que os cursinhos populares estavam associados aos movimentos da então denominada “esquerda católica”. O cenário nacional de forte repressão aos movimentos sociais é compreendido por Paulo Freire e Nogueira (1993, p. 16) como um momento em que os movimentos sociais atuavam na clandestinidade. A Juventude Universitária Católica, Juventude Estudantil Católica e a Juventude Operária Católica, que atuavam no período representando um “movimento de alfabetização popular, tinham como referência o método educacional do professor Paulo Freire”.

Na década de 1980, Castro (2005, p. 50) afirma que os cursinhos populares foram incorporados ao movimento negro, destacando as experiências ocorridas na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. Por fim, na década de 1990, registra-se uma explosão de experiências com cursinhos populares que se estendem até o atual contexto. Os cursinhos populares possuem atributos específicos e seus objetivos cumprem assegurar uma

formação político-pedagógica aos estudantes e professores. Recorrendo a Menezes (2012, p. 117), pode-se afirmar que:

Os cursinhos populares são espaços nos quais a juventude encontra apoio e entusiasmo para complementar sua formação secundária, bem como para lutar e sonhar coletivamente. Historicamente, reúnem pré-universitários comprometidos com a transformação social e o pensamento crítico. Dispondo de poucos recursos e voltados aos alunos das escolas públicas, os cursinhos populares tem proporcionado a milhares de jovens a possibilidade de acesso ao ensino superior público.

Os cursinhos populares, diferentemente dos cursinhos pré-vestibulares, não estão voltados para auferir lucro, eles se preocupam com a democratização do saber. Nos cursinhos pré-vestibulares o saber é mercadoria que se vende para obter lucro – de inspiração capitalista, se ocupa da mercantilização do conhecimento para aquelas pessoas que podem pagar por ele. Enquanto os cursinhos pré-vestibulares se caracterizam como empresas comerciais, os cursinhos populares são movimentos sociais que buscam oferecer aos estudantes de baixo poder aquisitivo a oportunidade de se preparar para obter êxito nos processos de seleção que permitem o acesso ao Ensino Superior.

“Os movimentos sociais são espaços de educação, pois há um caráter educativo nas lutas coletivas” (PEREIRA, 2018, p. 34). Os movimentos sociais são particularmente importantes, no campo da educação, para a defesa do direito à educação escolar para todos, por defenderem direitos humanos e democracia e promoverem a educação como direito, não como mercadoria, além de lutarem por uma educação a serviço da formação humana. Como bem aponta Arroyo (2003, p.30), a teoria pedagógica só tem a crescer “se se alimentar das virtualidades educativas presentes nos

movimentos sociais pelo fato deles reporem os perenes questionamentos da condição humana” (ARROYO, 2003, p. 47).

Para além da questão do lucro, outro ponto em que os cursinhos populares e pré-vestibulares se divergem é na relação entre professores e estudantes. Enquanto no primeiro a relação é pautada na transmissão de informações, o segundo defende uma relação dialógica. Ademais, nos cursinhos populares, existe a preocupação eminente de uma formação para além do exame vestibular em si, uma formação que contemple a vida universitária e cidadã. Eles constituem espaços de construção de consciência de classe. Partem dos ensinamentos freirianos que procuram construir uma relação horizontal e de trocas de conhecimentos entre os envolvidos na trajetória educacional. Composto por professores voluntários que possuem interesses e histórias distintas, uma verdadeira diversidade de pessoas e pensamentos, a busca por justiça social e a luta contra as desigualdades impostas pela face neoliberal do capitalismo constituem, nos cursinhos populares, um ponto de encontro e de partida.

No conjunto de experiências de cursinhos populares, que se fazem presentes hoje em diferentes regiões do Brasil, está a Rede Emancipa⁷. A Rede Emancipa pode ser entendida como uma expressão de luta pela promoção da democratização do acesso à educação de qualidade. Apesar dos seus limites de ação, constitui um movimento que merece maior atenção de educadores e de pesquisadores pela experiência acumulada de trabalho com Educação Popular. No interior da Rede, o Cursinho Popular *Darcy Ribeiro* – *locus* do nosso estudo, oferece-nos uma rica experiência para reflexão sobre Educação Popular. Na sequência, nos dedicamos a abordar um pouco dessa experiência.

Práticas de educação popular desenvolvidas no cursinho popular *Darcy Ribeiro*

O Cursinho Popular *Darcy Ribeiro*, em Montes Claros/MG, foi inaugurado no ano de 2013 e funciona, desde então, como espaço educativo para pessoas das camadas populares que almejam ingressar no ensino superior. Sua contribuição se direciona à oferta de oportunidades de preparação dessas pessoas de modo a contribuir para a reversão do quadro no qual a Universidade é espaço acessado majoritariamente pelas camadas mais abastadas da população. Essa preparação, como já anunciado, não se pauta em práticas pedagógicas transmissivas e conteudistas, pois visa a uma formação crítica e cidadã. As práticas de educação popular realizadas no âmbito do cursinho envolvem eventos de natureza diversa, sempre mediados pelo diálogo, como aulas dialogadas, debates, discussões, rodas de conversa, saraus, entre outros.

Dentre os diversos eventos realizados no Cursinho Popular *Darcy Ribeiro*, no decorrer de sua trajetória, assinalou, a título de exemplo, a Aula Pública ocorrida em junho de 2015, tendo como organizadores o Cursinho Popular *Darcy Ribeiro* e o Coletivo de Juventude Juntos. A aula pública é utilizada como uma alternativa de diálogo entre escola, movimentos sociais e comunidade. A atividade foi realizada na Praça Vicente Mota, no bairro Major Prates, em Montes Claros, tendo como tema a Proposta de Emenda à Constituição nº 171/93 sobre a Redução da Maioridade Penal (PEC 171/93) e contou com a presença de psicólogos, advogados, professores, educadores, militantes e autoridades da cidade, todos voluntários que têm um posicionamento comum, contrário à redução (Entrevista 01).

A PEC 171/93 foi escolhida como tema a partir do entendimento da relevância do debate no contexto do anúncio da votação pelo Congresso. Caso aprovada, tal medida afetaria diretamente a juventude, por prever a

prisão de menores infratores a partir dos 16 anos. Foram explanados na aula os argumentos contrários a essa posição, por entender que a efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente seria o mais coerente no contexto nacional. Nacionalmente todos os cursinhos da Rede Emancipa levantaram uma única bandeira por “mais escolas e menos prisões” (Entrevista 01).

Braga (2017, p. 233) discorre sobre os “rolezinhos” e registra a descrição de uma entrevista com um jovem que participou desse movimento, “se a gente fica na praça à noite, eles vão achar que a gente está usando drogas”. Observamos, nessa entrevista, o quanto as praças públicas são criminalizadas no imaginário social. Nesse sentido, destacamos a ação simbólica do Cursinho Popular *Darcy Ribeiro* em ocupar as praças com aulas e debate político.

Em 2016, chamamos atenção para o movimento nacional de ocupação das escolas públicas, organizado por estudantes secundaristas de todo o país. (Entrevista 01). Segundo levantamento da Exame⁸, foram mais de 1100 escolas ocupadas em 22 estados brasileiros e ainda no Distrito Federal.

Em Montes Claros, a única escola básica ocupada foi a E. E. Monsenhor Gustavo,⁹ onde aconteciam as aulas do CP *Darcy Ribeiro*. As ocupações tiveram como finalidade protestar contra a reforma do Ensino Médio e contra a PEC 241, que estava para ser votada na Câmara. No contexto da PEC 241, a medida previa congelar investimentos em áreas sociais, como a educação pública. A Rede Emancipa, incansável defensora “da democratização da educação pública, da qualidade do seu ensino e dos direitos dos estudantes secundaristas, rechaça a PEC 241”, isso porque entende que há outros meios mais efetivos e progressistas para a retomada econômica do país, sendo tal PEC um retrocesso no que concerne a

8 Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/o-mapa-das-ocupacoes-de-escolas-e-faculdades-contra-temer/>> Acesso em 01/04/2020.

9 Disponível em <<http://g1.globo.com/mg/grande-minas/noticia/2016/11/ocupacao-em-escola-estadual-em-montes-claros-completa-15-dias.html>> Acesso em 01/04/2020.

benefícios para a educação pública brasileira, afetando especialmente a população mais carente, que não tem condição de pagar por ensino privado, que há tempos “sofre na pele a precarização do ensino público, vendo seu direito de ter um ensino de qualidade e o acesso à universidade pública escorrer pelo ralo”.¹⁰

No contexto da cidade de Montes Claros, além da escola ocupada, outras instituições como o Instituto Federal do Norte de Minas – IFNMG – e a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – foram igualmente ocupadas pelos estudantes secundaristas. A participação do CP *Darcy Ribeiro* nesse contexto envolveu auxílio aos estudantes secundaristas das escolas e instituições ocupadas (Entrevista 01).

Outro espaço de diálogo realizado em abril de 2019 foi o Círculo do Emancipa, com a temática “Não deixe o rio virar lama: exposições e debates sobre os impactos da atividade mineradora no Brasil”. Essa atividade contou com a participação de representantes dos movimentos sociais, como a Pastoral da Terra e o Movimento Sem Terra, além de professores, biólogos, e o relato de experiência da arquiteta Taísa Vargas, que trabalha na reconstrução das casas dos atingidos pelo rompimento da barragem em Mariana (Entrevista 02).

Cada encontro é momento de mútua aprendizagem, em que professores e estudantes trocam experiências por meio de discussões e debates (Entrevista 02). A relevância da realização desses espaços de debates se dá devido ao caráter participativo, como um modo de engajar a comunidade e escola na construção de uma sociedade do e para o povo. Como assevera Brandão (2006), ensinar-e-aprender torna-se inevitável, sendo fundamental que nesse cenário de educação popular se criem espaços de circulação do saber.

Por fim e não menos importante, merecem destaque as atividades

10 Disponível em: <<https://redeemancipa.org.br/2016/10/nao-a-pec-241-nota-da-rede-emancipa/>> Acesso em 01/04/2020.

culturais desenvolvidas no contexto do CP *Darcy Ribeiro*. Dentre elas, tem-se o Sarau do Emancipa, que é uma atividade que acompanha o cursinho desde o primeiro ano de funcionamento. Nesse evento, procura-se contar com o apoio de artistas locais, além de incentivar que os estudantes apresentem poemas, músicas, desenhos de autoria própria (Entrevista 02).

A experiência de construir um cursinho de Educação Popular nos moldes do Emancipa se constitui de maneira enriquecedora, dada às características que unem os debates políticos e as vivências pessoais na construção não só de um espaço educativo, mas também de uma sociedade consciente. A história do CP *Darcy Ribeiro*, evidenciada nos dados do *site* da Rede Emancipa e nas falas dos entrevistados, aponta a sua importância enquanto espaço de formação para estudantes e espaço ligado às lutas da juventude, às lutas do povo. A história revela que o CP *Darcy Ribeiro* constitui espaço que busca colaborar com pessoas, grupos e movimentos sociais em defesa de questões afetas à promoção da cidadania digna, da democracia, da justiça social.

Nesse sentido, reiteramos as observações de Cardoso (2012) acerca da amplitude e importância política do Emancipa, de sua capacidade de articular sujeitos e movimentos diversos, da sua ambígua tarefa de promover formação crítica dos jovens aliada à preparação para ingressar na universidade, e de cumprir essa difícil tarefa com poucos recursos. Há que se acrescentar que o CP *Darcy Ribeiro*, a exemplo do que sugere Cardoso (2012), tem buscado ampliar sua atuação no âmbito da formação de professores. Nessa perspectiva, firmou recentemente uma parceria com a UNIMONTES, por meio da qual objetiva, entre outras questões, promover ações de ensino e de extensão vinculadas à formação de professores comprometidos com as causas sociais e com a educação popular.

Considerações finais

A importância dos cursinhos populares no processo de democratização do acesso à educação superior dos filhos das camadas populares reside não apenas na sua ação direcionada para formação e inserção desses sujeitos na Educação Superior, mas como podemos notar, é uma educação para a conscientização e engajamento das pessoas na luta pela democratização do ensino e democratização da sociedade. Destaque merece ser conferido para as práticas dialógicas no cursinho popular *Darcy Ribeiro*, que pautam a formação dos sujeitos e que não se assentam em uma perspectiva autoritária, mas democrática de formação, fundamental no processo de construção de uma sociedade mais democrática – isso porque suscitam o ensinar e aprender democracia por meio do diálogo, do confronto de opiniões, o que se destina a contribuir para fazer crescer a democracia entre sujeitos.

Por sua concepção de educação emancipatória, sua história e práticas educativas, não podemos deixar de reconhecer a importância dos cursinhos populares na luta por democratização do acesso à educação superior dos filhos das camadas populares. E não podemos deixar de assinalar o papel de resistência que têm os movimentos sociais, como o Emancipa, na luta por direitos humanos e democracia. Obviamente que o alcance dos cursinhos é dificultado pela limitação de recursos, mas ampliado pelo compromisso político dos movimentos sociais e pelo crescimento de projetos como a Rede Emancipa, que tem se expandido pelo país como já dito. A Rede Emancipa e o cursinho popular *Darcy Ribeiro* representam importantes alternativas em termos de atuação voltada para uma educação emancipatória e comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e humana. Como bem lembra Arroyo (2003), a pedagogia dos movimentos sociais tem muito a ensinar ao apontar possibilidades

de resistência à desumanização e de promoção de uma educação mais inclusiva.

Referências

ARAGÃO, R. C; *et al.* **Cursinho Popular Emancipa: movimento de educação popular.** Cursinho Popular Emancipa: movimento de educação popular. Revista de Educação Popular, v. 14, n. 2, p. 83-92, 7 mar. 2016. Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/29589>> Acesso em: 04/05/2020. DOI: <<https://doi.org/10.14393/REP-v14n22015-art07>>

ARROYO, M. G. **Pedagogias em movimento – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais?** In: Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp. 28-49, Jan/Jun 2003. Disponível em: < https://drive.google.com/file/d/1R8q4y_F6jvBozEjBqhLU-6XcuhSzMibk/view > Acesso em 08/05/2019

BRAGA, R. **A rebeldia do precariado:** trabalho e neoliberalismo no Sul global. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. (Coleção Mundo do Trabalho)

BRANDÃO, C. R.; ASSUMPCÃO, R. **Cultura Rebelde:** escritos sobre a Educação Popular ontem e agora. São Paulo, SP: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

BRANDÃO, C. R. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: Um olhar entre tempos e a partir da América Latina. In: **Pesquisa Participante: O saber da partilha.** Org.: BRANDÃO, C. R; STRECK, D. R. 2º ed. Aparecida, São Paulo: Ideias e Letras, 2006. p. 21-54.

_____. **O que é Educação Popular.** 1ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012. 122 p. (Coleção Primeiros Passos).

CARDOSO, M. Desafios da prática pedagógica nos cursinhos populares. In: **Às portas da universidade:** alternativas de acesso ao ensino superior.

Org.: ARELARO, L. G; FRANCA, G. C; MENDES, M. T. – São Paulo: Xamã, 2012. p. 121-128.

CASTRO, C. A. **Cursinhos alternativos e populares: Movimentos Territoriais de luta pelo acesso ao ensino público superior no Brasil.** 2005. 114f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2005.

_____. **Educação Popular, Movimentos Sociais e Cursinhos Populares: Uma análise pelo espaço.** Cadernos CIMEAC – v. 2, n. 2, 2012. Ribeirão Preto/SP. ISSN: 2178-9770.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Política e Educação.** 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014. 144 p.

FREIRE, P. NOGUEIRA, A. **Que fazer – teoria e prática em Educação Popular.** Petrópolis: Vozes, 1993.

GADOTTI, M. **Estado e Educação Popular: Desafios de uma Política Nacional.** 1992. Disponível em: < http://www.participa.br/articles/public/0006/3700/Estado_e_Educa%C3%A7%C3%A3o_Popular_-_Gadotti.pdf > Acesso em 24/06/2019.

HADDAD, S. **Paulo Freire, o educador proibido de educar – educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar –** Fernando Cássio (Org.). Boitempo Editorial, 2019.

KANE, L. A Educação Popular Discutida “Há Muito Tempo”. In: **Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas.** Org.: PONTUAL, P; IRELAND, T. Coleção Educação para Todos; v. 4 – Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006. p. 195-203.

MENEZES, R. G. O movimento pelo resgate social do Cursinho da Poli e

a criação da Rede Emancipa. In: **Às portas da universidade: alternativas de acesso ao ensino superior.** Org.: ARELARO, L. G; FRANCA, G. C; MENDES, M. T. – São Paulo: Xamã, 2012. p. 109-120.

MENDES, M. T. RUFATO, M. A. **Por que não passam? Cursos curriculares e tempo curricular: Uma problematização a partir de experiências da Rede Emancipa.** VIII Seminário Internacional As Redes Educativas e as Tecnologias: Movimentos Sociais e Educação. Jun/2015.

PALUDO, C. **Educação Popular.** In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). *Dicionário da Educação do Campo.* Rio de Janeiro e São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 282-287.

PEREIRA, D. de F. F; PEREIRA, E. T. **Revistando a história da Educação Popular no Brasil:** em busca de um outro mundo possível. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.40, p. 72-89, 2010. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639807/7370> > Acesso em 31/03/2019.

PEREIRA, T. N. **A contribuição da Geografia dos Cursos Populares para a democratização do Ensino Superior.** 2018. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PINI, F. R. de O. **Educação popular e os seus diferentes espaços: educação social de rua prisional, campo.** Congresso Internacional de Pedagogia Social. Julho, 2012. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092012000100032&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 25/04/2019.

SARGISSON, L. **Fool's gold:** utopianism in the twenty-first century. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2012.

SOUZA SANTOS, B. **A universidade no século XXI:** para uma reforma

democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2004.

WEFFORT. F. C. Educação e política: reflexões sociológicas sobre uma pedagogia da liberdade. IN: FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 46. ed. São Paulo, Paz e Terra, 2020.

WHITAKER, D. C. A. **Da “invenção” do vestibular aos cursinhos populares**: Um desafio para a Orientação Profissional. Revista Brasileira de Orientação Profissional. 2010, v. 11, n, 2, p. 289-297. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v11n2/v11n2a13.pdf>> Acesso em 09/01/2020

CARTOGRAFIA DECOLONIAL CATRUMANA

Sérgio Leandro Sousa Neves
Marcos Esdras Leite
João Batista de Almeida Costa

Introdução

O panorama da ciência cartográfica defrontou-se com as perspectivas e demandas sociais latentes no mundo pós-colonial, que insurgiram no “fazer cartográfico” novas vertentes (re)direcionando e ampliando seu objeto/ação, sua influência política, de disputas e empoderamento. O conhecimento cartográfico, nesse contexto, torna-se um produto social, mas também uma ferramenta de lutas, transformação social, e representação da visão de mundo dos grupos que são destituídos de fala no processo da construção do saber/poder hegemônico. Elenca-se como exemplos das recentes vertentes cartográficas dentre outras, a Cartografia Social e a Nova Cartografia Social – NCS –, como prática de estudos de povos e comunidades tradicionais. Considerando outras formas de ler e interpretar o mundo, ponderamos ainda as possibilidades de abordagem da cartografia na perspectiva decolonial, e as cartografias próprias de povos e comunidades tradicionais, as quais, no Norte de Minas, nomeamos como “Cartografia Catrumana”.

Este texto trata da Cartografia Decolonial Catrumana que deve ser compreendida como as formas próprias de autorrepresentação espacial ajustadas as facetas históricas, ambientais e socioculturais, nas comunidades tradicionais e/ou comunidades rurais do Norte de Minas. A prática desenvolvida abre espaço para estudos de diferentes maneiras de cartografização de outros povos, comunidades e/ou grupos sociais (rurais ou urbanos), em função de um mosaico sociocultural e suas territorialidades.

Nessa perspectiva, o termo “decolonial” atribui à cartografia o sentido de libertação das amarras da cartografia clássica e uma perspectiva teórica à Cartografia Social, como uma linha que adere às especificidades socioambientais/culturais, de resistência e, sobretudo, historiográficas do Norte de Minas, no que tange aos embates territoriais e à opressão dos povos e comunidades tradicionais subalternizadas no contexto epistemológico. Rompe com a cartografia tradicional tecnicista quando passa a considerar elementos antes ignorados ou não assimilados, que por sua vez, são considerados pela Cartografia Social e a NCS. A Cartografia Catrumana se expressa por seu caráter social e de instrumento visibilizador de delimitação territorial das distintas comunidades tradicionais da região do Norte de Minas, considerando suas leituras de mundo, suas cosmografias, enfim como se (re)apresentam territorialmente.

Com relação ao termo catrumano, a sua conotação original surge no século XIX e comumente era utilizada pelos viajantes naturalistas oitocentistas, que percorreram as regiões interioranas de Minas Gerais, Goiás e partes da atual região Nordeste (COSTA, 2009). Aqui, adota-se o sentido do termo catrumano, inspirado como emblema de movimento de resistência e (re)afirmação destes povos, historicamente na região.

Nesse contexto, dar visibilidade, como tem sido o objetivo nas entrelinhas de muitas pesquisas e projetos de intervenção à temática dos povos/comunidades tradicionais e seus conflitos emergentes na região,

tornou-se um largo e importante passo para as questões socioambientais e culturais do Norte de Minas. A relevância de “lançar luz” sobre esses sujeitos e sobre como se desenvolvem as complexas questões de domínio hegemônico, possibilitando várias faces de análises, é indiscutível. Esforço este que tem sido uma constante nos trabalhos acadêmicos, expondo um emblemático papel da universidade nesse panorama: o de retratar as distintas comunidades tradicionais, analisando seus entendimentos de mundos, seus modos de ação, dinâmicas territoriais e/ou sua historiografia, a partir de um olhar ainda “de fora para dentro”. Todavia, faz-se necessário avançar mais uma vez, partindo de um “olhar dos de dentro”, para além da visibilidade, desta vez, colocando sua voz em nosso poderoso lugar de fala.

O Norte de Minas Gerais apresenta um mosaico de povos e comunidades tradicionais e, paralelamente, de ações hegemônicas opressoras. Essas facetas, acrescidas da realidade socioeconômica regional, se imbricam, tecendo um cenário de conflitos de diversas ordens, ressaltando os conflitos socioambientais que, na atualidade, dão a tônica das relações sociais e históricas na região. Os grandes empreendimentos no Norte de Minas Gerais foram desfigurando paulatinamente a paisagem, promovendo metamorfoses e rugosidades espaciais, insuflando movimentos de luta por reconhecimento, representação política, pela terra e recuperação do território e das territorialidades dos expropriados durante o processo da modernização conservadora da agricultura brasileira.

As comunidades e populações tradicionais da região Norte de Minas Gerais, podem ser categorizadas a partir de seu domínio morfoclimático e seus manejos, como os vazanteiros, distribuídos às margens de rios com vegetação variada e territorialidades largamente influenciadas pelo ciclo das águas; os caatingueiros, localizados no sopé da Serra do Espinhaço cuja vegetação ecótona se alterna entre os biomas caatinga, cerrado e mata

seca; os geraizeiros, no cerrado dos planaltos, serras, encostas e vales; os veredeiros que desenvolvem parte da agricultura nas veredas úmidas e utilizam os planaltos do cerrado para criação de gado; os apanhadores de flores que realizam o extrativismo de flores sempre-vivas na Serra do Espinhaço; os quilombolas e indígenas, povos que se estabelecem em distintas fitofisionomias da região.

Projetos desenvolvimentistas, outrora aplicados na região não consideraram os povos e comunidades tradicionais, seus saberes, suas estruturas socioespaciais e *modus vivendi* intrínsecas ao meio ambiente local, deixando o ônus dos impactos sociais e ambientais, a ser pago por essas comunidades que foram se tornando minoritárias com o tempo, com pouca representatividade política ou voz, mas empenhadas em movimentos de resistências diversos.

É nesse cenário que emerge a questão que norteia este trabalho, ou seja, de que maneira a Cartografia Catrumana contribuiu com o movimento de resistência das comunidades tradicionais do Norte de Minas? Portanto, este trabalho objetivou compreender o processo de produção dos mapas sociais das comunidades tradicionais do Norte de Minas Gerais e, a partir disso, o desenvolvimento da Cartografia Catrumana.

O delineamento da pesquisa que fundamentou este trabalho foi subsidiado por uma revisão bibliográfica sobre os mapas sociais precursores das comunidades tradicionais do Norte de Minas, além da experiência dos autores em estudos antropológicos, ambientais e mapeamentos sociais em comunidades da região em análise.

Breve histórico de ocupação do Norte de Minas Gerais

A ocupação da região Norte de Minas tem origem nas bandeiras paulistas e entradas baianas que objetivavam a captura de índios e de

escravos fugitivos que viviam em quilombos, contudo, o povoamento ocorreu por meio da formação de propriedades rurais e fazendas para criação de bovinos.

Ao longo do século XVII, milhares de índios foram mortos e escravizados, muitos buscaram proteção nas aldeias geridas por missionários que, assim como os criadores de gado, fixaram suas bases nessa região. A ocupação pelos paulistas já se consolidava em 1728. Estes já detinham amplo controle das terras e dos índios aldeados, e que provavelmente neste período os combates e confrontos entre os nativos já haviam se estabilizado e cessado (SANTOS; 2004). Da mesma maneira, memorialistas como Paula (1979), argumentam que no final do século XVII, já se estabelecia o comércio de bovinos no Norte de Minas, sendo essa atividade a propulsora da economia dessa região. Ambientalmente as condições eram satisfatórias para a criação do gado, o que se tornou uma prática comum.

No final do século XVII é descoberto o ouro na região onde hoje estão situadas as cidades de Mariana e Ouro Preto. Contudo, a exploração se tornou ineficiente como aponta Antonil (1997) que nos anos de 1697, 1699 e 1701, teve de ser abandonada por determinados períodos, mesmo o metal sendo abundante, pois a fome se tornou generalizada, impedindo que a busca e a exploração do ouro continuassem. Esse fator contribuía para a não consolidação da sociedade mineradora durante esses ciclos bi- anuais de fome.

Para atender essa demanda alimentícia e de criação de animais para carga, parte da região que era conhecida como os gerais, sertão e parte dos Currais do São Francisco – Norte de Minas –, se incumbiu de suprir essas demandas com suas atividades que tradicionalmente já eram realizadas nas chapadas e margens do São Francisco, possibilitando, portanto, a exploração aurífera na região mineradora de maneira ininterrupta. Nessa

perspectiva, as “minas gerais” têm sua gênese, a partir da articulação entre a sociedade mineradora e a sociedade pastoril sãofranciscana, numa relação de dependência alimentícia da primeira com a segunda região. Contudo, a atuação da administração colonial permitiu que a região mineradora fosse se sobrepondo e colocando a região pastoril às margens do desenvolvimento da sociedade mineira em construção.

Entre os novos lugares, de criação de animais de carga e alimentos, com a região mineradora, surgiram várias povoações devido aos incentivos da administração colonial com o objetivo de atender à logística da produção. Esses fatores acabaram por consolidar as relações econômicas entre a região – Mineradora e Vale do Paraíba –, ao passo que, a região Norte de Minas perdia aos poucos seu destaque e protagonismo comercial. Somados a isso, ocorreu à chamada sedição de 1736 ou Conjuração sãofranciscana, um conflito entre a sociedade pastoril sãofranciscana e a administração portuguesa, resultando na rendição do Norte de Minas e no alijamento das relações comerciais com as minas. Para Costa (2003), esse fato pode ser entendido como o que se convencionou a ser chamado por pesquisadores, historiadores, entre outros de “isolamento do sertão” que de fato representa o mecanismo pelo qual a sociedade pastoril foi excluída das possibilidades e benefícios que a riqueza da mineração aurífera poderia trazer para a região Norte de Minas via comércio.

Norte de Minas: a diversidade dos povos e a dinâmica do desenvolvimento socioeconômico

A região Norte Mineira teve que forjar sua própria lógica de autossustentabilidade diferente daquela de outras regiões onde predominava a racionalidade mercantil da metrópole, a qual determinava o produto e seu controle direto. A agropecuária se constituía na principal atividade da

região e era desenvolvida, sobretudo, nos grandes latifúndios. Contudo, a região teve uma riqueza enorme criada pelas famílias de agricultores pobres, quando se leva em conta que pobre é aquele que não possui terras. No entanto, é a riqueza cultural dos povos e comunidades locais, “expressa num diversificado regime alimentar”, que vai fazer com que “a fome no Sertão, ao contrário do Nordeste açucareiro ou do cacau, não era endêmica, mas epidêmica, restrita aos momentos de seca” (PORTO-GONÇALVES, 2000, p. 22).

O Norte de Minas apresenta uma diversidade de povos e comunidades tradicionais¹ que podem ser categorizadas, conforme Costa (2005), a partir da relação desses povos com o ambiente (domínio morfoclimático) e suas identidades, conforme o Quadro 01. Os domínios morfoclimáticos não atuam como um determinismo geográfico, no entanto permitem possibilidades de uso que são particulares e por vezes muito específicas de cada grupo identitário. Em estudos mais recentes, Dayrell (2019) inclui nessa diversidade de povos e comunidades tradicionais nortemineiras os povos veredeiros e os apanhadores de flores enquanto categoria identitária.

Portanto, no Norte de Minas, coexistem comunidades tradicionais distintas integradas a ambientes específicos que são apropriados de maneira muito peculiar pelos diferentes grupos identitários. Dayrell (2019) categoriza esse conjunto de povos e comunidades tradicionais nortemineiras de “Sete Povos” sendo eles: Vazanteiros, Veredeiros,

1 De acordo com Little (2002, p. 2), “Esse grande leque de grupos humanos costuma ser agrupados sob diversas categorias “populações”, “comunidades”, “povos”, “sociedades”, “culturas”. Cada uma das quais tende a ser acompanhadas por um dos seguintes adjetivos: “tradicionais”, “autóctones”, “rurais”, “locais”, “residentes” [nas áreas protegidas]. Qualquer dessas combinações é problemática devido à abrangência e diversidade de grupos que engloba. De uma perspectiva etnográfica, por exemplo, as diferenças entre sociedades indígenas, os quilombolas, os caboclos, os caiçaras e outros grupos ditos tradicionais – além da heterogeneidade interna de cada uma dessas categorias – são tão grandes que não parece viável tratá-los dentro de uma mesma classificação”. Nesse sentido optamos por usar os termos nos quais os sujeitos da pesquisa se autorreferiam como: comunidades tradicionais, enquanto grupo de pessoas residentes num local específico e portadores de uma identidade comum e como povos tradicionais ao se distinguirem de outros grupos identitários.

Geraizeiros, Caatingueiros, Indígenas (Xakriabá e Tuxá), Quilombolas e Apanhadores de Flores. O termo emergiu de representantes desses grupos identitários quando da sua mobilização no movimento social conhecido como Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais.

Quadro 1 - Categorização dos Povos e Comunidades Tradicionais Nortemineiras

Categoria	Domínio morfoclimático (ambiente)	Principais características
Geraizeiros	Planaltos, serras, encostas e vales das regiões cobertas por cerrado.	[...] com o plantio de lavouras diversificadas em espécies e variedades essa população tradicional constrói seus sistemas de produção. Para que esses povos garantam suas produções, os cerrados com seus tabuleiros, espigões e chapadas fazem parte da estratégia produtiva fornecendo, por meio do extrativismo, forragem para o gado, caça, madeira, frutos, folhas, mel e medicamentos.
Caatingueiros	Encontram-se situados no sopé da Serra do Espinhaço que corta longitudinalmente o Norte de Minas. A vegetação predominante é a caatinga. Em algumas áreas apresenta uma formação ecótona entre caatinga, cerrado e Mata Seca.	[...] Seu signo identitário vincula-os à caatinga e lhes foi auferido pelas populações tradicionais diferenciada com quem mantém relações [...] os caatingueiros são descendentes de migrantes portugueses desde o início do povoamento regional e italianos que a partir de fins do século XIX deram constituição de uma cultura distinta das existentes até então no território norte mineiro.

<p>Quilombolas da Jahyba</p>	<p>Localizam-se em margens de lagoas, ribeirões e rios que formam a bacia do Verde Grande. Suas relações além de percorrerem todo o vale deste rio eram estabelecidas com povoações ao longo da bacia do rio São Francisco, notadamente Brejo do Amparo, Morrinhos e Malhada, e nos altiplanos com Contendas, São José do Gorutuba, Porteirinha e Tremendal. Por ser uma área muito extensa pode-se identificar a presença de vários biomas, sejam eles, a caatinga, o cerrado e a mata seca.</p>	<p>População tradicional de maior incidência no Norte de Minas. Composta por grupos de agricultores negros, descendentes de escravos que se organizavam em quilombos durante o período colonial.</p>
<p>O povo Xakriabá</p>	<p>Habitam um território demarcado no sertão Sãofranciscano, numa região de transição entre o cerrado e a caatinga.</p>	<p>[...] chegaram à região no início do século XVIII e, em acordo feito com Januário Cardoso de Almeida, localizaram-se numa área onde foram posteriormente aldeados, Aldeia de São João Batista das Missões. [...] o modo de uso Xakriabá sobre seu território se estabeleceu nos moldes da economia regional, sertaneja e cabocla, e suas atividades produtivas constituem-se basicamente da plantação de roças, criação de animais e coleta extrativa destinada ao autoconsumo.</p>

Os Vazanteiros	Ocupam as ilhas e barrancas do rio São Francisco ou margens de outros grandes rios que existem no norte de Minas. Suas relações sociais estão associadas a diferentes territorialidades, que são diretamente influenciadas pelos ciclos das águas.	Seu signo identitário, como os das outras populações tradicionais, é dado pelos geraizeiros e caatingueiros com quem se relacionam. A formação cultural dos vazanteiros, além de legados da cultura indígena e da cultura negra, recebe influências da vida social ribeirinha de todo rio São Francisco, particularmente no período de intensa mobilidade propiciada pela navegação rumo ao nordeste brasileiro.
Veredeiros	Bioma cerrado especificamente no ecossistema denominado vereda, que tem como característica principal os solos hidromórficos, a presença de buritis (<i>Mauritia flexuosa</i>) em meio a agrupamentos de espécies arbustivas e herbáceas seguidos dos chamados campos limpos do cerrado.	A sua etimologia está associada a palavra “caminho” haja vista que, nas áreas com predominância das herbáceas, menos úmidas, que circundam as veredas, foi tradicionalmente o caminho utilizado por tropeiros, viajantes e pela população local como rota de deslocamento, dessa forma esse caminho ou vereda passou a designar todo o ecossistema. Uma das características marcantes desses povos é utilização das áreas de chapadas e principalmente das áreas úmidas das veredas para o desenvolvimento dos seus sistemas de produção.
Apanhadores de Flores	Estão localizados ao longo da cadeia da Serra do Espinhaço principalmente em áreas de ecossistemas denominados campos rupestres.	O domínio morfoclimático da Serra do Espinhaço proporciona o desenvolvimento natural das denominadas flores sempre-vivas, que é a principal fonte de sustento extrativista das comunidades.

Fonte: Adaptado de Costa (2005) e Dayrell (2019).

Em geral essas populações tiveram suas histórias marcadas por mudanças políticas, econômicas e socioambientais impostas pelo Império (1822-1889) e pela República, a partir de 1889. Uma das primeiras interferências sobre o modo de vida destes povos e comunidades tradicionais foi a Lei de Terras de 1850. Nesse período, o território nacional brasileiro

passou por ordenamento fundiário, sob coordenação do Império, que objetivou a proteção da elite econômica agrária, mantendo e ampliando seu monopólio da terra frente à apropriação por meio da posse (MEDEIROS, 2002). Decorre dessa lei a instituição da propriedade privada no Brasil que coexistiu com o posseamento de terras por famílias de agricultores pobres.

A partir desse período as terras só poderiam ser ocupadas por intermédio de compra e venda autorizada pelo imperador, portanto ela automaticamente foi transformada em mercadoria e incorporada à lógica capitalista, privilegiando as elites locais que tinham maior influência na sociedade, deixando os posseiros numa condição de subordinação em relação aos grandes latifundiários. No entanto, as transformações mais profundas nas relações socioambientais e no modo de vida dos povos e comunidades tradicionais, foram as provenientes dos processos modernizantes que viriam a ocorrer no Norte de Minas, logo nas primeiras décadas do século passado, com a chegada da malha férrea e as primeiras expropriações na região. Nas comunidades estudadas essa temporalidade é denominada por *tempo da divisão* ou *tempo do agrimensor* na qual muitas famílias não puderam acompanhar a divisão com pagamento em numerário ou entrega de uma vaca parida para o agrimensor.

Costa (2005) destaca que as condições de vida na região, eram insalubres em função das doenças tropicais, como a malária, mas que de certa forma também serviam aos nativos e quilombolas como proteção contra a chegada dos brancos e contra a “domesticação do sertão”. Contudo, a partir da década de 1930 inicia-se o processo de expropriação desses povos de seus territórios a partir de novas formas de apropriação do espaço, motivados pela construção da ferrovia que faria, futuramente, a ligação da região sul com o nordeste brasileiro. Para atender à demanda dessa construção, a mata da Jahyba, a exemplo, serviu de fonte de matéria prima para retirada de madeira para os dormentes da ferrovia.

A partir da década de 1960 é inaugurada no Norte de Minas, uma política agrícola desenvolvimentista que foi orientada em quatro eixos: agropecuário; irrigação; monocultura eucalipto e pinus; e industrial. Antes de apontar os impactos dessa política calcada no crescimento econômico nessa região, é importante destacar que, as primeiras experiências industriais nortemineiras haviam ocorrido ainda no final do século XIX, associada à produção do algodão. Nesse período os Estados Unidos estavam envolvidos numa guerra civil, a guerra da Secessão, que como consequência afetou profundamente a sua produção de algodão e a indústria têxtil inglesa. Diante desse cenário, o Brasil, passou a suprir essa lacuna no mercado internacional e algumas microrregiões do norte de Minas Gerais viu essa atividade agrícola prosperar, assim como toda a área do vale sãofranciscano.

A atuação do Estado, permeada pela lógica do crescimento econômico, contribuiu para que os recursos ambientais que estavam nas mãos dos povos e comunidades tradicionais, ficassem vulneráveis às grilagens e expropriações de terras, muitas vezes marcadas pela forma violenta de como eram incorporadas pelo novo proprietário. Isso reorganizou a estrutura fundiária, com altas concentrações de terras e formações de latifúndios, ou seja, o que de fato ocorreu foi uma modernização conservadora (RIBEIRO, GALIZONI 2007, p. 121), ou seja, uma reforma agrária concentracionista de terras.

Esse cenário que se apresentava despertou o “Tempo dos Movimentos Sociais² e das forças antagônicas”, que ensejou o surgimento de movimentos sociais no Norte de Minas. Em meados década de 1990 e início dos anos 2000, mostrou-se como um período marcado pela gênese de movimentos socioambientais e identitários nessa região. Em contrapartida forças contrárias a esses movimentos se tornaram mais atuantes. Essas

2 Ver Touraine (2006). TOURAINE, Alain. Um novo Paradigma para compreender o mundo hoje. 3ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

forças antagônicas em geral são oriundas de grupos hegemônicos, formados por empresas de agronegócio, fazendeiros, latifundiários, grileiros entre outros, que buscam a manutenção da lógica fundiária expropriante. As ações desses grupos são em grande medida marcadas pela violência, e os atores, na maior parte das vezes, promovem suas ações à surdina e com frequência percebe-se o ressurgimento da figura do “jagunço” nas áreas de conflito. São ações e reações que, na atualidade, dão a tônica das relações socioambientais e territoriais conflitantes na região do Norte de Minas. Ocorre, ainda, um reordenamento ambiental com o governo estadual criando dezenas de unidades de conservação restritivas cerceando o manejo pelas comunidades e, no limite, expropriando-as de seus territórios.

Dentre os movimentos sociais destacamos a Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais: o movimento social se formou por meio de uma articulação entre povos e comunidades tradicionais nortemineiras e Alto Jequitinhonha. O movimento possui, na sua composição, representantes dos povos indígenas Xakriabá e Tuxá, comunidades quilombolas, geraizeiras, vazanteiras, veredeiras, caatingueiras e apanhadores de flores.

Esses movimentos sociais partilham de objetivos comuns e se organizam para o enfrentamento dos processos de cerceamento do manejo territorial, expropriação e violência, promovidos por diferentes agentes hegemônicos, latifundiários e unidades de conservação de proteção integral. Lutam pela garantia dos seus direitos constitucionais amparados pelo decreto 6.040/2007, que institui a política nacional de desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais. Esse decreto enfatiza o reconhecimento, fortalecimento e garantia dos direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito à valorização à identidade, formas de organização e suas instituições.

Em diversas pesquisas realizadas, no Norte de Minas, como as

produzidas por, Oliveira (2005), Anaya (2014), Araújo (2009), Figueiredo (2011), Camenietzki (2011), Neves (2013) entre outras, existem uma sólida discussão sobre os impactos socioambientais decorrentes do uso e ocupação do solo, na qual, se destacam como promotores as unidades de conservação e a agropecuária (agronegócio). Esses impactos são mais profundos no decorrer da década de 1980, período que se consolida o modelo agrícola convencional na região, cuja principal atividade econômica estava vinculada a agropecuária.

A região Norte de Minas Gerais, até então, possuía fazendas de grande porte, mas estas não ocupavam áreas de milhares de hectares. Tinham um sistema de produção que não ameaçava a agricultura tradicional, e o acesso à terra se baseava em direitos consuetudinários, assemelhando-se à lógica das comunidades tradicionais. Contudo, com a modernização conservadora, veio a introdução da “grande fazenda”, moldes industriais do *agribusiness*, e a disseminação dos conflitos pela terra (RIBEIRO, 2010).

É neste cenário histórico/político/cultural que a região do Norte de Minas, sobretudo nas últimas quatro décadas, se consolida como campo de lutas e resistências subalternas. Torna-se perceptível então, a relevância em visualizar e visibilizar as diferenças dentro deste mosaico de paisagens naturais, de identidades, territórios e territorialidades distintas, permeadas por interesses multifacetados endógenos e exógenos, a partir do olhar dos de dentro e de dentro para fora.

É nesta perspectiva que a decolonialidade oferece um caminho próprio a ser trilhado dentro e fora da academia, assim como a Cartografia Catrumana se apresenta como um instrumento metodológico legitimador da cosmografia desses povos. Em especial, àqueles envolvidos em movimentos de resistência, de autoafirmação identitária e territorial.

Quando a ‘Cartografia Decolonial’ é acrescida do termo ‘Catrumana’,

intenciona designar as formas próprias de autorrepresentação espacial que se ajustam às facetas históricas, ambientais e socioculturais regionais, de maneira específica nas comunidades pesquisadas. Abrindo, dessa forma, um portal para estudos de diferentes maneiras de “cartografização” de outros povos e comunidades ou grupos sociais (incluindo os urbanos) do Norte de Minas em função de um mosaico sociocultural e suas territorialidades.

Na contramão da cartografia oficial do Estado, emergem modelos de cartografias, conhecidas como “sociais e/ou insurgentes”, que pretendem representar os territórios, a partir da incorporação de conhecimentos dos diferentes interesses, dos conflitos e das historicidades dos processos sociais. A delimitação do espaço nesse contexto, não parece pretender ser simplesmente um meio de representação cartográfica, mas a tentativa de compreensão dos conhecimentos associados ao seu uso e a intencionalidade política que preside a sua apropriação.

Este trabalho se baliza nesta última perspectiva de ação cartográfica, cuja construção se dá pelas próprias comunidades, que, neste processo, traduzem suas linguagens cartográficas próprias numa base cartográfica, para usar os procedimentos ditos “oficiais”, para se fazerem entender, nas mesas de negociações. Portanto, é uma construção que emerge dos seus anseios, necessidades, expectativas materiais, simbólicas e identitárias, do espaço a ser delineado no mapa.

Com o amadurecimento dessas iniciativas empregando o mapeamento participativo, mais precisamente a partir da década de 1990, no país, surge de maneira sistematizada e abrangente, aquela que se desenvolve na Amazônia através do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA –, coordenado pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida. O PNCSA se apresenta como resultado de uma grande articulação das experiências de mapeamento social produzidas, a partir do Programa Grande Carajás, entre 1991 e 1993. Das experiências que

culminaram no livro *Guerra dos Mapas*, abrem caminho para o Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil.

A Nova Cartografia Social distancia-se do “representar” ou do “falar em nome de”, partindo de um processo de construção coletiva, no qual, aproxima, com mesmo grau de importância, o pesquisador e os sujeitos sociais de pesquisa. Difere da chamada cartografia ocidental, por não se tratar de um mapeamento impositivo, e da cartografia social que apesar da similaridade dos procedimentos metodológicos, apresenta um discurso que provém dos sujeitos de pesquisa. Esse novo procedimento engendra um processo de construção conjunta, no qual, as decisões da comunidade são determinantes para a elaboração dos mapas, com um papel imprescindível na coleta dos dados georreferenciados e da sua centralidade política (ALMEIDA, 1994).

Cartografia Catrumana

Iniciativas e ou estratégias de autcartografia ou uma cartografia própria, peculiar aos povos e comunidades tradicionais da região do Norte de Minas (Cartografia Catrumana), impulsionaram o movimento de resistência, expressando suas territorialidades específicas que sustentam a identidade coletiva. Desta forma, lançam luz e visibilidade política e acadêmica ao próprio grupo social, agora com possibilidades de serem “localizados no mapa”, e de serem compreendidos em suas dinâmicas a partir de suas perspectivas territoriais. Logo, considerados em seus contextos e cosmovisão pela Nova Cartografia Social.

Portanto, a partir de enfrentamentos diversos entre os povos e comunidades tradicionais e os interesses hegemônicos, estas peculiaridades, demandaram, desde cedo, iniciativas de uma cartografia social própria (até então não sistematizada) para se firmarem em suas tradições. Considera-

se então que muitas destas iniciativas não oficializadas de “cartografia própria”, ou seja, “Cartografia Catrumana” ocorre na região de maneira singular, em consonância com seu contexto histórico de apropriação territorial e embates socioambientais, sobretudo, a partir dos anos 1960.

Tais ações aparecem em pesquisas sobre os diversos sujeitos sociais nortemineiros, apresentando suas estratégias de apropriação do espaço, normatização interna do uso coletivo dos recursos naturais locais, estabelecendo limites das áreas de uso comum e de uso familiar, espaços sagrados, místicos, de socialização e de manifestações culturais. Assim, os movimentos sociais do Norte de Minas, articulados em uma grande rede, utilizaram também dessas práticas cartográficas próprias favorecendo movimentos de resistência e instrumentalização de seus interesses na região.

Na pesquisa de Anaya (2014), a autora se propõe a analisar os processos que levaram ao surgimento do movimento social e político de reivindicação territorial específico no Norte de Minas, o “Vazanteiros em Movimento”. Identifica-se nessa pesquisa a percepção do território de comunidades vazanteiras e quilombolas e suas estratégias de organização do espaço vivido. Utilizando-se ainda de mapas mentais objetivou “mobilizar, a partir dos elementos gráficos indicados pelo grupo, memórias, interpretações, explicações e reflexões” sobre suas reivindicações territoriais. (ANAYA, 2014, p. 38).

Na dissertação de Neves (2013), que objetivou analisar as práticas agrícolas e territorialidades dos vazanteiros da Ilha do Jenipapo (Município de Itacarambi/MG), foi possível evidenciar a territorialidade vazanteira, daquela comunidade, além de sua estreita relação com o território simbólico/material: a terra e o rio como elementos centrais para suas dinâmicas.

Em pesquisa precursora, acerca da territorialidade vazanteira no

Norte de Minas, Luz de Oliveira (2005) aponta para as formas específicas desses grupos na região e suas regras de apropriação do espaço. A autora nomeia de “sistema de direitos combinados” as estratégias de organização do ambiente no território vazanteiro, marcado pela mobilidade ditada, em maior parte, pelo ciclo dos rios quando das cheias e períodos de estiagem, alterando a dinâmica de seus modos de vida entre ilhas, vazantes e terra firme.

Com o avanço das fronteiras dos grandes empreendimentos da região, incluindo conflitos socioambientais a partir da demarcação de áreas de proteção integral, essas comunidades resistem e se reorganizam em seus territórios reduzidos. A este respeito a pesquisa de Figueiredo (2011) ao analisar a percepção ambiental de comunidades e agentes atuantes nos limites na Unidade de Conservação de Proteção Integral (Refúgio de Vida Silvestre – Revis) em Pandeiros/MG aponta percepções divergentes entre os grupos, e estas como potencialidades conflituosas entre os povos e comunidades tradicionais locais, e os demais agentes.

Dayrell, estudando os povos geraizeiros (precursores do “Movimento dos Encurralados” que veio a resultar no Movimento Geraizeiro), apresenta a estrutura organizacional do espaço vivido por esses grupos, de acordo com o ambiente natural de forma singular. O autor identifica as complexas estratégias de uso, delimitação e apropriação do território geraizeiro que compreende áreas de planaltos, encostas e vales predominantemente de cerrado nortemineiro (DAYRELL, 1998).

Expoente para os estudos dos quilombolas nortemineiros, João Batista Almeida Costa (1999), designou ampla territorialidade no espaço do vale do rio Verde Grande como “Território Negro da Jahyba”, em que dezenas de comunidades negras se articulavam por relações de parentesco e casamento, formando uma trama relacional e de territorialidade que recobriria a depressão sãofranciscana. Seus estudos

contribuíram, significativamente, para o reconhecimento do território e suas territorialidades pela Fundação Palmares, distribuídas na região.

Em um estudo mais abrangente e recente, Dayrell analisa, de maneira peculiar, a estrutura social, política, territorial e identitária de povos e comunidades tradicionais distribuídas no Norte de Minas alcançando a região de Diamantina, no vale do Jequitinhonha, lançando luz sobre o uso e apropriação do território do movimento do chamado “Sete Povos” (DAYRELL, 2019).

Neves, Leite e Neves (2020), diagnosticaram por meio do SIG, o avanço da agropecuária e os seus reflexos sobre as estruturas socioespaciais de povos e comunidades tradicionais no médio São Francisco mineiro, que resultou em impactos ambientais diversos, expropriações territoriais e comprometimento do modo de vida de algumas comunidades tradicionais rurais.

No Norte de Minas, iniciativas de diagnóstico participativo, com a elaboração de mapas participativos numa sintonia com a perspectiva da cartografia social, despontam-se, como pode ser identificado em ações documentadas, como no ano de 2000, em que o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA/NM – atuou como consultor do “*Programa de Recuperação e Manejo de Recursos Hídricos: A Participação da Sociedade Civil em Programas de Gestão Ambiental*” para o “*Projeto Piloto de Gestão Participativa dos Recursos Hídricos e Educação Ambiental na Sub-Bacia do Riachão*”, conforme relatório técnico elaborado em 2001.

Neste trabalho, o CAA apontou que o projeto “viabiliza a realização do diagnóstico participativo (incluindo elaboração de mapas sociais e croquis pelas comunidades), para aprofundar os conhecimentos sobre a realidade, orientando a elaboração de um plano de ação” na sub-bacia do Riachão (CAA/NM, 2001). Estas, entre outras ações na linha de

“cartografar socialmente” territórios tradicionais na região, denotam certo pioneirismo regional em lançar luz sobre os territórios e territorialidades subalternizados por um universalismo econômico e epistêmico.

Esse conjunto de estudos elencados, dentre outros, cujos autores se dedicaram a apresentar as imbricações do território, territorialidades e formas particulares de conceber e de “geografar” de povos e comunidades tradicionais do Norte de Minas, evidenciam a relação amalgamada ente suas cartografias próprias, indissociáveis, portanto, dos processos de construção no espaço-tempo. A esta “cosmovisão cartográfica”, entrelaçadas por concepções de território e de (re)afirmação identitária, denominamos de “Cartografia Catrumana”. Que é aquela que se expressa por suas características de concepção do território embrenhadas com as tensões e enfrentamentos territoriais sofridas historicamente e seus elementos cartográficos próprios que servem como instrumento visibilizador de delimitação territorial, considerando suas leituras de mundo e como se (re) apresentam. Difere-se da cartografia ocidental tecnicista quando considera múltiplos elementos e dimensões que “desenham” seus territórios.

Nesta perspectiva, considerar uma Cartografia Catrumana, equivale atribuir à cartografia um sentido de libertação das amarras da cartografia clássica, como um traço cartográfico que adere às especificidades socioambientais/culturais, de resistência e, sobretudo, historiográficas do Norte de Minas. Aspectos estes, que influem diretamente na representação/configuração do território, no que tange aos embates territoriais e à opressão dos povos e comunidades tradicionais subalternizadas frente aos atores hegemônicos num contexto de universalismo epistêmico.

Conclusão

As práticas cartográficas próprias, empregadas no Norte de Minas, por povos e comunidades tradicionais, conferem, na perspectiva

da Cartografia Social e da perspectiva do pensamento decolonial, uma especificidade aos embates territoriais e de opressão desses povos, aderindo abordagens intrínsecas no que diz respeito aos aspectos historiográficos, territoriais, identitários e fisiográficos. Abre, portanto, um portal para novos estudos que venham a contemplar a decolonialidade da Geografia, da Cartografia Social ou Nova Cartografia Social, utilizando como instrumento, ferramenta ou técnica para compreensão dos delineamentos territoriais, identidades e poder/saber específicos. Bem como acerca da “cartografização” de outros povos e comunidades ou grupos sociais (incluindo os urbanos), e seus processos de territorialização no escopo da construção política de identidade de cada grupo, expressos em um mosaico sociocultural e suas territorialidades regionais.

A região Norte de Minas Gerais, composta por um mosaico de povos e comunidades tradicionais; de unidades de conservação ambiental e, por um conjunto histórico de empreendimentos implementados na região (bem como de ocupação territorial desigual) que não consideraram seus habitantes tradicionais, dão a tônica aos conflitos territoriais e socioambientais regionais. Os grandes empreendimentos desfiguraram, ao longo do tempo, a paisagem, promovendo metamorfoses e rugosidades espaciais. Paralelamente, fazem emergir um cenário de lutas por reconhecimento, representação política e por reapropriação territorial.

Nesta esteira da análise da construção dos mapas sociais, foi possível identificar os principais conflitos territoriais emergentes em cada realidade histórica pesquisada e o mecanismo político, gerado pela representação social mapeada, para as reivindicações e resistência destas comunidades articuladas aos movimentos sociais. Fez-se relevante a compreensão ainda, da dinâmica dos movimentos sociais nos processos de resistência e politização das comunidades pesquisadas, no que tange ao reconhecimento dos seus direitos.

A Cartografia Catrumana é, portanto, o conjunto das formas próprias de cartografar o espaço por povos e comunidades tradicionais nortemineiras, em um processo de automapeamento, que são indissociadas de seu contexto históricos/fisiográficos, e que, para sua compreensão e mapeamento, utiliza-se de técnicas apropriadas que se mostram essenciais na pesquisa, como: a caminhada transversal, o levantamento das temporalidades, as vertentes de análise do território, bem como a percepção do espaço pelos sujeitos, num contexto decolonial.

Referências

ALMEIDA, A. W. B. de. **Carajás: Guerra dos Mapas**. Belém: Editora Falangola, 1994.

_____, **Terras Tradicionalmente Ocupadas: Processos de Territorialização e Movimentos Sociais**. R. B. Estudos Urbanos e Regionais v. 6, n. 1 / maio 2004.

ANTONIL, A. J. **Cultura e Opulência no Brasil**. Belo Horizonte – Rio de Janeiro; Editora Itatiaia, 1997.

ANAYA, F. C.. **“Vazanteiros em movimento”**: o processo de ambientalização de suas lutas territoriais no contexto das políticas de modernização ecológica. Ciências & Saúde Coletiva, 19(10):4041-4050, 2014.

ARAÚJO, Elisa Cotta. **Nas margens do São Francisco: sociodinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação étnica do quilombo da lapinha e dos vazanteiros do Pau de Légua**. Dissertação (Mestrado), Montes Claros: PPGDS/ Unimontes: 2009.

CAA/NM, Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. **Território tradicional grazeiro de Vale das Cancelas**: relatório das oficinas de

auto-demarcação. Montes Claros: Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas/CAA, outubro de 2015.

CAMENIETZKI, C. P. de Araújo. **Unidades de Conservação e soberania alimentar**: uma análise da comunidade vazanteira da Ilha de Pau de Léguas, no entorno do Parque Estadual da Mata Seca, Norte de Minas Gerais. Montes Claros. (Dissertação de mestrado) UNIMONTES, 2011.

COSTA, J. B. de A. **Cerrados Norte Mineiros**: populações tradicionais e suas identidades territoriais. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. (Org.). *Tantos Cerrados – Múltiplas abordagens sobre a biodiversidade e singularidade cultural*. Goiânia: Ed. Vieira, 2005.

COSTA, J. B. de A. **Cultura sertaneja**: a conjugação de lógicas diferenciadas: In: SANTOS, G. R. (org). *Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas – considerações a partir das ciências sociais*. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997.

COSTA, J. B. de A. **Minas Gerais na contemporaneidade**: identidade fragmentada, a diversidade e as fronteiras regionais. Caderno da Escola do Legislativo, Belo Horizonte - MG, vol. 11, n 16, 2009.

COSTA, J. B. de A. **Mineiros e baianeiros: englobamento, exclusão e resistência**. Brasília: Universidade de Brasília, 2003 (Tese de Doutorado).

COSTA, L. P. **Migrantes Errantes**: As travessias no Quilombo. Montes Claros (trabalho de conclusão de curso), UNIMONTES, 2006.

DAYRELL, C. A. **De nativos a caboclos**: reconfiguração do poder de representação de comunidades que lutam pelo lugar. Montes Claros. (Tese de doutorado) UNIMONTES, 2019.

DAYRELL, C. A. **Geraizeiros e Biodiversidade no Norte de Minas**: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais. Dissertação (Mestrado), Universidade Internacional de Andalucia Sede Ibero Americana - La Rábida, 1998.

FIGUEIREDO, L. V. R. **Percepção ambiental em uma unidade de conservação de proteção integral**. Montes Claros. (Dissertação de mestrado) UNIMONTES (PPGDS), 2011.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais do Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia. Brasília: Departamento de Antropologia/UNB, v.332, 2002.

NEVES, S. L. S.. **Dos saberes tradicionais à agroecologia: um estudo de caso das práticas agrícolas da comunidade vazanteira da Ilha do Jenipapo, Itacarambi-MG**. Rev. Bras. De Agroecologia. 8(2): 44-61 (2013).

NEVES, S. L. S.; LEITE, M. E.; NEVES, Lisa, V. F. **A ascensão da agropecuária e seus reflexos sobre as estruturas socioespaciais de povos e comunidades tradicionais no médio São Francisco Mineiro**. Geosul, Florianópolis, v. 35, n. 74, p. 333-350, jan./abr. 2020.

OLIVEIRA, C. L. **Vazanteiros do Rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado. UFMG, 2005.

PAULA, H. de. **Montes Claros: suas histórias, sua gente e seus costumes**. Montes Claros, s. ed, 1979.

PORTO-GONÇALVES, 2000, PORTO-GONÇALVES, C. W. **As Minas e os Gerais – Breve ensaio sobre o desenvolvimento e sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas**. In. LUZ C.; DAYRELL C. (org). Cerrado e Desenvolvimento. Tradição e atualidade. Imprensa Universitária Unimontes, 2000.

RIBEIRO, E. M. (Org.). **A História dos Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

RIBEIRO, E. M. E GALIZONI, F. M. **Quatro histórias de terras perdidas – modernização agrária e privatização de campos comuns em Minas Gerais**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.9, n.2,

2007.

SANTOS, 2004. M. R. dos. **Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco e do Verde Grande (1688-1732)**. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, UFMG, 2004.

WALSH, C. **Interculturalidad, estado y sociedad**. Luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Universidad Simón Bolívar-Sede Ecuador, abya-Yala, 2009.

**A LUTA CONTRA A MINERADORA SUL AMERICANA
DE METAIS S.A (SAM) NO TERRITÓRIO
GERAIZEIRO DE VALE DAS CANCELAS: UMA
LEITURA A PARTIR DOS ATINGIDOS E DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS NA REGIÃO**

*Carine Ramos Guedes
Ana Paula Glinfskoi Thé*

Introdução

O processo de expansão capitalista das últimas três décadas, com exploração intensiva de recursos naturais, tanto em escala nacional como em escala global, avança suas fronteiras econômicas principalmente sobre os territórios ocupados por povos tradicionais, minorias étnicas e pela agricultura familiar, acarretando diversos tipos de conflitos socioambientais (ZHOURI, 2014). Na América Latina, o modelo neodesenvolvimentista vem promovendo transformações drásticas em suas sociedades, resultando em grandes índices de desigualdade econômica entre as populações de áreas urbanas e rurais na maioria de seus países.

A consolidação do neoextrativismo no início do século ocorre quando acontece uma convergência entre interesses públicos e privados. De um lado, governos latino-americanos caracterizados como progressistas,

apoiam-se sob o discurso de que o extrativismo é indispensável para promoção do desenvolvimento e para o combate à pobreza. De outro lado, em função do progressivo aumento nos preços de minérios e consequente aumento da lucratividade, companhias minerárias passam a buscar novas áreas com potencial a serem exploradas pelo setor (GUDYNAS, 2009).

Esse processo é acompanhado também pela ampliação em número dos grandes empreendimentos hidroelétricos, de extração de gás mineral, entre outros, configurando no que Harvey (2013) descreve como fortalecimento da estratégia de dominação territorial por espoliação. O resultado dessa estratégia na América Latina é o aumento da degradação ambiental, aumento dos riscos ambientais, da expropriação territorial, entre outros.

Os desastres tecnológicos e crimes ambientais como o de Mariana, de responsabilidade das mineradoras brasileiras Samarco, Vale e da anglo-australiana BHP Billiton, como também o de Brumadinho de responsabilidade da Vale, que ceifaram mais de duas centenas de vidas e a deixaram a destruição de toda a bacia do Rio Doce e de grande parte do Rio Paraopeba em Minas Gerais, nos anos de 2015 e 2019 respectivamente, são exemplos recentes dos resultados dolorosos e nefastos que a política de incentivo a extração e exportação de *commodities*, a política neoextrativista, pode provocar.

Nessa perspectiva, em função da existência de grandes jazidas de minério de ferro, a região do Norte de Minas compõe a nova fronteira mineral do Brasil, de grande interesse ao capital internacional. A expansão do capital nesse espaço coloca sobre ameaça os modelos tradicionais de sociedade aí existentes, como é o caso das populações tradicionais geraizeiras da região do Vale das Cancelas. Nessa região, o aparato estatal empresarial tem utilizado o discurso do desenvolvimento para apropriar-se material e simbolicamente do meio ambiente, ao definirem a região como

um lugar de pobreza (FONSECA, 2014).

No ano de 1959, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste –SUDENE –, cujo principal fundamento era fomentar e promover o desenvolvimento da região Nordeste do país. Apresentado condições socioeconômicas, indicadores de subdesenvolvimento e condições climáticas semelhantes aos da região Nordeste do país, o Norte de Minas passa a compor o polígono das secas e é inserido na área de abrangência da SUDENE (COSTA, 2017).

A chegada do monocultivo de eucalipto na região, através de projetos de reflorestamento com financiamento realizado pela SUDENE, caracteriza o início de um grande ciclo de expropriação de territórios tradicionais, que se deu por meio de processos de grilagem das terras que há séculos se encontravam ocupadas por famílias camponesas. Esse processo foi definido como “encurralamento” dessas populações, culminando na desestruturação de seus modos de vida. Uma vez que, ao serem privados do acesso às áreas de chapada, que passaram a ser ocupadas por cultivos de eucalipto, restaram apenas pequenas áreas de grotas para a reprodução do modo de vida geraizeiro (DAYRELL, 1991).

Segundo Costa (2017), “o camponês geraizeiro vive um modo de vida ditado pela cultura, pela história, pela organização produtiva em simbiose com o meio e seus ritmos sazonais”. Utilizam áreas com diferentes geomorfologias (grotas, barrancos e chapadas) das terras do cerrado de forma específica, atribuindo diferentes usos e práticas culturais a cada parcela. Nestas, as casas são construídas nas áreas de grotas, onde também de encontram estruturas de beneficiamento dos alimentos produzidos, estruturas de abrigo para os animais, paióis; no entorno das grotas, existem as hortas e os pomares. As áreas de barranco são utilizadas para o plantio de culturas anuais ou bianuais, como mandioca, feijão, cana-de-açúcar, dentre outras. As chapadas são utilizadas como áreas de coleta de frutos

nativos, insumos direcionados ao uso medicinal, lenha e para a realização da solta do gado e são consideradas, de acordo com o costume tradicional geraizeiro, como terras de uso comunal ou uso comum, isto é, a apropriação e uso do espaço de forma coletiva e não individual (DAYRELL, 1991; GALIZONI e RIBEIRO, 2011), para a realização dessas atividades.

De acordo com o Relatório de Auto-Demarcação Territorial destas comunidades, produzido em 2015 com a assessoria técnica do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAANM –, o “Território Tradicional Geraizeiro do Vale das Cancelas” possui uma área aproximada de 228.000 ha, localizada nos municípios de Grão Mogol, Josenópolis e Padre Carvalho. Cortado pela BR 251, tem seu início no alto da Serra da Bocaina e se estende até a ponte sobre o rio Vacarias. O território é composto por três núcleos territoriais, sendo eles: Lamarão, Tingui e Josenópolis.

A população geraizeira que vive nessa área sofre o histórico de uma série de ciclos de conflitos ambientais e territoriais, que se inicia com conflitos relacionados ao isolamento em função do garimpo de ouro e de diamantes no ano de 1850, seguido por conflitos relacionados à grilagem judicial de terras durante “o tempo das medições”, na década de 1930. Em seguida decorrem os conflitos relativos à concessão das terras comunais da chapada para empresas monopolistas, por volta da década de 1970. Já próximo dos anos 2000, ocorrem os conflitos relacionados à construção da Usina Hidrelétrica de Irapé – UHE Irapé – e na última década, os conflitos relacionados à mineração de ferro (RIBEIRO, 2018).

Segundo o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB –, no dossiê “*O Lucro Não Vale a Vida: Análise do MAB sobre o Crime da Vale em Brumadinho/MG*”, existe também uma forte disputa no conceito do que é ser “atingido”: “[...] as empresas tentam, a todo momento, aplicar uma definição restritiva do conceito de atingido, pois é considerado um

custo a mais que diminui os lucros. Assim, não se garante e qualifica adequadamente famílias, grupos sociais ou indivíduos que deveriam ser considerados elegíveis para reparação. O “atingido” deve ser o protagonista no reparo de suas vidas, pois somente quem conhece a realidade local, os modos de vida impactados, o que precisa e como deve ser reparado é a própria população”.

Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo fazer um resgate histórico do processo de luta e resistência das comunidades geraizeiras do “Território Tradicional Geraizeiro do Vale das Cancelas” frente às ameaças de instalação do projeto “Bloco 8” da empresa mineradora SAM, a partir do trabalho de organização social do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB. Este trabalho justifica-se na necessidade de documentação dos processos políticos de resistência construídos pelas comunidades geraizeiras de Vale das Cancelas até o presente momento, além de fomentar a necessária visibilidade às violações de direitos humanos causados à estas comunidades historicamente atingidas por grandes empreendimentos.

Na metodologia, buscou-se realizar um resgate histórico dos acontecimentos que marcaram a resistência das comunidades geraizeiras do “Território Tradicional de Vale das Cancelas” contra o projeto minerário da SAM, através de análise documental e qualitativa, a partir dos documentos oficiais dos órgãos envolvidos no caso, das publicações e notas produzidas pelas organizações e atores sociais, além dos relatos das lideranças locais e das experiências de campo dos militantes do MAB.

A chegada da empresa Sul Americana de Metais S.A em Vale das Cancelas e o “Projeto Vale do Rio Pardo”

Segundo os relatos das lideranças geraizeiras, a presença da mineradora SAM no território geraizeiro de Vale das Cancelas iniciou-

se em 2006, quando ainda buscavam alvará para pesquisa minerária no Departamento Nacional de Pesquisa Minerária – DNPM. Mas, foi somente em 2007 que o alvará foi liberado e, então, a presença de técnicos, engenheiros, pesquisadores e funcionários da empresa começou a ser mais frequente. Os boatos sobre a chegada da mineração já eram antigos, mas não pareciam ser reais para a população local e sempre dividiu muitas opiniões entre os habitantes do distrito de Vale das Cancelas e das comunidades do entorno.

Alguns relatos também demonstram que entre as pessoas das comunidades geraizeiras ainda não havia, nesta época, um discurso contra a mineração, uma vez que a região é provida de poucos postos de trabalho de baixa remuneração. Portanto, no início, o discurso de desenvolvimento da empresa a partir de seu interesse em se instalar na região, teve receptividade pelas famílias interessadas, devido o argumento da geração de empregos, tanto para o distrito quanto para a região.

“No início a gente achava que era o progresso chegando ‘no’ Vale das Cancelas. Muita gente pensava que ia ter emprego e acabava defendendo o projeto da empresa, mas a gente mesmo nem sabia como ia ser, ninguém conhecia o projeto”,

Depoimento de A.N., liderança geraizeira de Vale das Cancelas, 2015.

Em 2010, o então governador do estado de Minas Gerais, Aécio Neves, dá o aval para que a empresa prossiga com o projeto, antes mesmo desta obter a Licença Prévia¹ - LP – no processo de Licenciamento Ambiental, assinando um protocolo de intenções com representantes

¹ O processo de licenciamento ambiental de grandes empreendimentos é realizado em três etapas: licença prévia – LP –, licença de instalação – LI – e licença de operação – LO. A licença prévia refere-se à aprovação da proposta do empreendimento pelos conselhos de meio ambiente estaduais, após a realização dos Estudos de Impacto Ambientais – EIA – e do Relatório de Impacto Ambiental – RIMA – e de audiências públicas. Nenhuma outra ação pode ser realizada pelo empreendimento, além de estudos para o EIA e RIMA, antes da obtenção da LP, principalmente no local e entre as comunidades que serão atingidas pelo empreendimento (SANCHEZ, 2015).

da SAM, na presença de deputados estaduais e federais da região que apoiam o projeto. Além disso, foi realizada também uma reunião pública no ginásio da escola em Vale das Cancelas, para que a SAM fizesse uma primeira apresentação do projeto Vale do Rio Pardo para a comunidade, com o apoio das autoridades locais.

“Eles fizeram uma reunião aqui no Vale para avisar que iam trazer a mineradora pra cá. Foi assim que a notícia espalhou ‘pras’ comunidades. A gente já ouvia falar que ia vir uma empresa de fora pra explorar o minério, mas nunca fomos consultados se queremos ou não a mineração no nosso território”,

Depoimento de A.N., liderança geraizeira de Vale das Cancelas, 2015.

O intitulado “Projeto Vale do Rio Pardo”, primeiro nome do empreendimento integrado o qual está sob responsabilidade da mineradora SAM, previa a extração e transporte de 25 milhões de toneladas de minério de baixo teor por ano. O empreendimento, composto por uma área de mina, uma usina de beneficiamento do minério, uma adutora de água e um mineroduto para transporte do minério extraído, utilizaria uma área total de aproximadamente 482 quilômetros, atravessando 21 municípios nos estados de Minas Gerais e da Bahia, finalizando o processo no Porto Sul, situado no município de Ilhéus-BA, de onde seguiria para seu destino final na China. O complexo da mina abrangeria os municípios de Grão Mogol e Padre Carvalho, a usina de beneficiamento estaria integralmente inserida no município de Grão Mogol e a adutora atravessaria terras dos municípios de Grão Mogol e Josenópolis, todos dentro do território tradicionalmente ocupado pelas comunidades geraizeiras de Vale das Cancelas.

Para Barbosa (2014), os principais conflitos da região em relação às atividades de mineração são devido aos riscos relativos que possam prejudicar o acesso à água, à devastação de mananciais e à contaminação de águas represadas para consumo humano e animal. Sendo assim, a

instalação de um mineroduto e a origem da água necessária para o seu funcionamento, está no centro das discussões e é a causa principal do conflito estabelecido entre as comunidades geraizeiras e a mineradora em questão.

De acordo com levantamentos participativos realizados em campo pelo MAB e pela Comissão Pastoral da Terra – CPT – em 2015 (ainda não publicados), estima-se que a barragem será construída por cima de nascentes que desaguam em córregos importantes da região, afluentes do rio Vacaria, que desemboca no rio Jequitinhonha. Alguns locais poderão ser alagados, fazendo com que as comunidades fiquem isoladas ou até deixem de existir. Demais efeitos seriam a destruição do cerrado nativo, que já está muito comprometida pelo plantio de eucalipto; mudança nos modos de vida e vínculos sociais da população; subordinação da economia local; aumento nos casos de violência contra a mulher, devido à grande migração de homens para o território; aumento significativo da poeira e barulho decorrentes do funcionamento da mina 24 h por dia, entre outros.

“Caso o projeto da SAM seja aprovado, os impactos serão sentidos ao longo de toda bacia do Rio Jequitinhonha e do Rio Pardo, caso consigam aprovar a operação da mina e do mineroduto. Vamos entregar a água, a nossa maior riqueza, nas mãos de quem só visa o lucro, a acumulação de capital e deixa só destruição?”

Depoimento de A. G, agente pastoral da CPT, 2015

O processo de licenciamento ambiental do projeto Vale do Rio Pardo/ Bloco 8

Em 2010, inicia-se a produção dos relatórios de Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA – para dar prosseguimento ao processo de Licenciamento Ambiental e, então, serem submetidos para análise e liberação de licença pelo Instituto Brasileiro do

Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Na época, a Agência Nacional das Águas – ANA – já havia autorizado a outorga de uso da água para captação 54 milhões de m³ de água por ano retirados da UHE Irapé para viabilizar o empreendimento, quase a mesma quantidade de água que consome o município de Montes Claros, com uma população de mais de 360.000 habitantes (IBGE, 2010). A proposta de retirar esta quantidade exorbitante de água em uma região semiárida, onde muitas comunidades possuem dificuldades de obter água até para o uso doméstico, gerou muitas críticas e protestos dos movimentos sociais na região.

Segundo Ribeiro (2018), as outorgas expedidas para projetos de minerodutos das empresas são aprovadas sem nenhum empecilho ou questionamento dos órgãos reguladores e fiscalizadores, funcionando como “um verdadeiro cheque em branco para as mineradoras”, independente se a região sofre ou não com escassez hídrica. Dessa forma, segundo o mesmo autor, a proposta de implantação de minerodutos vem para agilizar e baratear a implantação de novos complexos minerários, constituídos de lavras a céu aberto, sistema de dutos para escoamento e terminal portuário para filtragem, estocagem e exportação.

Em 2013, aconteceu a Audiência Pública para obtenção da Licença Prévia – LP – para o Projeto Vale do Rio Pardo, realizada pelo IBAMA, no ginásio poliesportivo Quita Benquerer, situado na sede do município de Grão Mogol, a mais de 100 km do distrito de Vale das Cancelas. O evento contou com a participação de mais de 600 pessoas, principalmente moradores do município de Grão Mogol. Para participarem, as comunidades geraizeiras contrataram um ônibus para transporte dos comunitários, e muitos não puderam ir por não terem condições de arcar com o transporte ou morarem muito longe da estrada que liga o Vale das Cancelas à sede do município. Entre os representantes das comunidades geraizeiras presentes na audiência, havia pessoas de todas as idades, incluindo Dona “A”, a

matriarca geraizeira da comunidade Lamarão, local onde situa-se a cava da mina no projeto da SAM.

Nos relatórios produzidos pela empresa contratada da SAM, a Brandt Meio Ambiente, apresentados durante a audiência, nem mesmo constava a presença de comunidades tradicionais na área em que se pretendia executar as ações para exploração do minério. O documento foi muito criticado também por pesquisadores da UNIMONTES e da UFMG, presentes no evento, que logo depois protocolaram um documento no MPMG questionando e divergindo de diversos pontos apresentados no relatório e também da postura dos técnicos do IBAMA que conduziram a audiência.

Essa situação é frequente nos conflitos ambientais entre grandes empreendimentos e comunidades atingidas no Brasil. Segundo Rigotto (2017), na perspectiva dos atingidos, suas preocupações com frequência não são levadas em conta durante as audiências para licenciamento ambiental: “o acesso às informações sobre o empreendimento constitui-se como dificuldade, seja no que diz respeito às características do projeto, aos riscos que gera e à garantia dos direitos dos afetados. Tais informações, fundamentais para que os sujeitos dos territórios possam compreender, avaliar e se posicionar, muitas vezes são difíceis de serem acessadas, ou são incompletas, em linguagem inadequada, enviesadas ou distorcidas pela decisão política prévia de implementar o projeto”.

As denúncias a respeito dos documentos apresentados pela SAM e sobre a postura dos técnicos do IBAMA chegam ao MPMG, que decide abrir um processo de investigação. O processo do MPMG contribui para que os técnicos do IBAMA realizem uma nova análise sobre o projeto da SAM, mais detalhada e criteriosa. Em 2016, um novo parecer técnico é divulgado pelo IBAMA, desta vez indeferido o projeto por “inviabilidade ambiental”, baseada na quantidade excessiva de rejeitos a serem produzidos

pela atividade de mineração, e concluem que: “os impactos negativos e riscos ambientais aos quais podem estar expostas as comunidades vizinhas e o meio ambiente não permitem que se ateste a viabilidade ambiental do projeto” (IBAMA, 2016).

A partir de 2016, com indeferimento do projeto pelo IBAMA, a empresa investe na construção de uma nova imagem e de uma nova estratégia de encaminhamento para o projeto, a fim de garantir o licenciamento ambiental. Em 2018, a SAM reapresenta o projeto com o nome “Bloco 8” e sem a estrutura do mineroduto, apenas com o projeto da cava de mineração. Neste novo RIMA apresentado, o mineroduto é citado como projeto separado e independente, a ser proposto pela Lotus Brasil Comércio e Logística LTDA, em outro processo de licenciamento. Assim a empresa passa a utilizar a estratégia de desmembramento do processo de licenciamento ambiental, entre a planta da mineração e o mineroduto. O mineroduto, agora apresentado pela Lotus Brasil teria seu licenciamento sob a responsabilidade do IBAMA; já a mina, de responsabilidade da SAM, pelos órgãos estaduais, como o Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM – e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento – SEMAD.

Segundo Ribeiro (2018), a estratégia de desmembramento de projetos minerários tem sido uma prática recorrente entre grandes mineradoras, inclusive com aval positivo dos órgãos licenciadores, como nos complexos Minas-Rio, da mineradora Anglo American, e da mineradora Manabi/Mlog, por exemplo. Além disso, a descaracterização do nome inicialmente dado ao projeto faz parte de uma estratégia da empresa de escamotear a informação de que se trata da mesma proposta e da mesma empresa e associados, sem nenhuma mudança estrutural: ainda se trata do “Projeto da SAM Vale do Rio Pardo” rejeitado pelo IBAMA devido sua inviabilidade ambiental.

Concomitantemente a esses fatos decorrentes das estratégias político-econômicas e de marketing que a empresa tem utilizado, muitas estratégias e articulações foram realizadas pelos agentes contrários a esta ideia de desenvolvimento e a expansão da atividade da mineração no Norte de Minas sobre os territórios de povos e comunidades tradicionais. Desde 2010, com o início da organização da luta contra a mineradora, até o presente momento, enquanto o EIA/RIMA do “Bloco 8” está sob análise da SEMAD e do COPAM, foram organizadas diversas atividades e seminários para entender o projeto e os direitos das comunidades geraizeiras; construção de notas técnicas e de denúncias, com o apoio dos grupos de pesquisa das universidades; participação em audiências públicas, atos e mobilizações como o fechamento da rodovia BR-251, além da produção de matérias em jornais e blogs noticiando e denunciando as violações, entre outras.

Violações de direitos humanos e o início do processo de organização social contra o projeto minerário da SAM

Se por um lado, a disputa pelo Licenciamento Ambiental do empreendimento intensificava as violações de direitos humanos pela SAM e seus apoiadores, por outro, a resistência das comunidades geraizeiras e suas ações de luta por seus direitos também se intensificam. Segundo Costa (2017) a partir de 2010, perante mais uma investida do capital para a expropriação de seus espaços e destruição de seus modos de vida, os geraizeiros do “Território Tradicional de Vale das Cancelas”, se unem e passam a se organizar politicamente em movimentos sociais como o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB – e Movimento Geraizeiro, e passam a contar com a colaboração de instituições como a Comissão Pastoral da Terra – CPT –, Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas –CAA-NM –, dentre outras.

No cotidiano da disputa pelo licenciamento, o que inicialmente eram expectativas, foram se concretizando em experiências de violações de direitos humanos: invasões de propriedades sem o consentimento dos geraizeiros, pela empresa e suas consultorias terceirizadas, para realização de perfurações do solo e coleta de amostras para sondagem, agrimensuras de terrenos, entre outras atividades de prospecção; derrubada de árvores nativas para construção de trilhas e estradas; e a ameaça sobre os moradores pelo falso risco de perda de suas terras pela ausência ou perda de documentos; ou o assédio sobre as famílias para a venda de suas terras, com a falsa prerrogativa que o empreendimento já estaria licenciado e apto a se instalar. A empresa agiu com mentiras, aliciando ou ameaçando a comunidade, atitudes criminosas no processo de licenciamento ambiental.

“Eles [funcionários da SAM] vieram aqui falar que eu tenho que sair do meu terreno, mas eu não dei nem vendi terra pra ninguém... é aqui que eu nasci, aqui que eu vou morrer”,

Dona A, 78 anos, geraizeira da comunidade, 2015

Após esses acontecimentos, algumas lideranças geraizeiras fizeram contato com agentes do Ministério Público de Minas Gerais – MPMG. Em 2012, as comunidades decidem então entrar com pedido de uma Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais – ALMG –, através do deputado estadual Rogério Correia, para relatarem as violações de direitos humanos e cobrarem as devidas providências. Essa audiência ocorreu no distrito do Vale das Cancelas, em parceria com a Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Social – CIMOS – do MPMG, que passou a ter ciência do caso. Na ocasião, além das violações relatadas, o MAB também denunciou o assédio e a pressão da SAM sobre os geraizeiros para que assinassem documentos de autorização de pesquisa em suas propriedades.

Segundo o relatório produzido pela Comissão Especial “Atingidos por Barragens” do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH –, concluído em 2010, “os estudos de caso permitiram concluir que o padrão vigente de implantação de barragens e grandes empreendimentos, têm propiciado, de maneira recorrente, graves violações de direitos humanos às populações atingidas, cujas consequências acabam por acentuar as já graves desigualdades sociais, traduzindo-se em situações de miséria e desestruturação social, familiar e individual”. Neste mesmo documento, o CDDPH identifica nos casos analisados 16 direitos humanos sistematicamente violados, alguns deles já identificados no território geraizeiro de Vale das Cancelas, como: o direito à informação e à participação, direito dos povos indígenas e tradicionais, direito ao modo de vida tradicional, assim como o acesso e a preservação de bens culturais, materiais e imateriais, direito de grupos vulneráveis à proteção especial, entre outros.

Em 2013, novamente a pedido do então deputado estadual Rogério Correia, é realizada mais uma Audiência Pública através da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais – ALMG –, para discutir os impactos socioambientais das atividades minerárias no Estado. Representantes das comunidades geraizeiras participaram das discussões, deixando claro em suas falas que as comunidades já começavam a duvidar do poder do Estado ou dos aparatos de justiça para solucionar os seus problemas cotidianos com a mineradora e se preparavam para dar mais um passo na luta em defesa do seu território. Dessa articulação, e com o aprofundamento das violações de direitos humanos, em 2016 a CIMOS, a pedido das comunidades geraizeiras, do MAB e outras organizações parceiras, realiza mais uma audiência pública para tratar das violações de direitos humanos às comunidades geraizeiras do Território Tradicional Geraizeiro de Vale das Cancelas.

Segundo os relatos de militantes do MAB, a dimensão do projeto da SAM, especialmente pelo tamanho das barragens de rejeitos é uma das principais razões para a contraposição ao projeto pela população local. A experiência de Mariana e de Brumadinho, pelo rompimento da “barragem do fundão” da Samarco em 2015 e da “barragem 1 da mina córrego do feijão” da Vale em 2019, respectivamente, e todo o trauma econômico, social, psicológico e ambiental vivenciado pelas populações atingidas na bacia do Rio Doce e do Rio Paraoeoba, estimula que as comunidades geraizeiras de Vale das Cancelas projetem para o seu futuro o risco de serem tratados da mesma forma.

A apreensão ao risco tem fundamento quando observado que, em sua maioria, os atingidos pelos “mares de lama” de Minas Gerais em 2015 e 2019, ficaram sem acesso à água potável, sem trabalho e renda, sem atendimento básico à saúde, sem o lazer, tanto nos cerca de 700 km do Rio Doce, desde a área do rompimento até a foz na Vila de Regência, no Espírito Santo, tanto nos 305 km do Rio Paraoeoba, ou seja, as necessidades e direitos humanos básicos das populações atingidas foram brutalmente violados. É importante ressaltar que ainda hoje as famílias atingidas seguem tendo seus direitos violados.

No caso do Vale das Cancelas, além de no processo para o licenciamento prévio a SAM ter não ter realizado até o momento a consulta livre, prévia, informada e de boa fé conforme definida na Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil e promulgada pelo decreto nº 5051/2004, a empresa permanece assediando as comunidades, omitindo informações sobre os impactos negativos do empreendimento e produzindo desinformação para confundir e impedir que as mesmas tenham uma real dimensão dos impactos que o projeto trará.

“O informativo Nossa Gente, que a empresa distribuiu no Vale das Cancelas, fala da construção do reservatório do Rio Vacaria como a

realização de um sonho antigo das comunidades, levando-as a crer que essa água será para as comunidades e que a própria empresa cuidará de implantar a infraestrutura necessária, quando no RIMA a empresa é bem clara ao afirmar que parte da água do reservatório será destinada ao governo estadual e que é responsabilidade deste fazer as obras necessárias para abastecer as comunidades”,

Depoimento de F. S, Militante do MAB, 2018

Inúmeras audiências e reuniões foram realizadas nesses últimos anos para denunciar as violações e cobrar ações por parte do Estado para a resolução dos conflitos entre as comunidades geraizeiras e a SAM. Com o indeferimento do licenciamento ambiental do projeto em 2015, as comunidades geraizeiras puderam avançar em sua organização social e também na elaboração de estratégias para a defesa de seu território, uma vez que os conflitos com a mineradora não são os únicos vivenciados por estas populações.

Identidade e territorialidade: a luta pela demarcação do território tradicional geraizeiro de Vale das Cancelas

No dia 22 de Janeiro de 2014, o governo do estado lançou o decreto NE Nº 30, que declara utilidade pública para a desapropriação de pleno domínio ou constituição de servidão, terrenos situados nos municípios, para a passagem do mineroduto do Projeto Vale do Rio Pardo da SAM. No mesmo ano, o Ministério Público Federal realizou um parecer técnico (nº90/2014/6ªCCR/Asper) reconhecendo a identidade e o modo de vida tradicional das comunidades geraizeiras que habitam nesta área há pelo menos 7 gerações, há mais de um século e meio. Nesse sentido, as comunidades geraizeiras construíram, através do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA-NM –, a pedido do MAB e

organizações parceiras, um Relatório de Auto-Demarcação de seu território, denominado Território Tradicional Geraizeiro de Vale das Cancelas, que abrange os municípios de Grão Mogol, Padre Carvalho e Josenópolis, com o objetivo de resguardar seu modo de vida, como a criação do gado à solta nas chapadas e o agroextrativismo nas áreas de cerrado.

Com aproximadamente 228 mil hectares, o território tradicional geraizeiro abarca 73 comunidades que, em meio à expropriação e a destruição empreendida pela monocultura de eucalipto e pela mineração de pedras ornamentais, lutam para sobreviver conforme sua cultura tradicional. Em 17 de julho de 2018, estas comunidades foram formalmente reconhecidas como comunidades tradicionais através dos certificados emitidos pela Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais – CEPCT-MG –, constituindo em mais um importante instrumento de luta em defesa da cultura geraizeira e da demarcação do território tradicional.

O processo de certificação, além de contribuir ao movimento autônomo de reivindicação sobre seus direitos identitários e territoriais, permite o aprofundamento da compreensão das comunidades sobre os direitos dos povos tradicionais e assim, sobre as constantes violações a que elas tem sido submetidas tanto pelas grandes empresas já existentes quanto as que querem se instalar na região, como também ao comportamento conciliatório e permissivo a estas violações conduzido pelos órgãos públicos municipais, estaduais e federais. Além disso, a certificação fortaleceu a possibilidade de acesso a uma ampla gama de direitos assegurados pela lei nº 21.147/2014, que veio reafirmar e fortalecer aqueles já previstos na Convenção 169 da OIT, promulgada pelo decreto 5.051/2004, e no decreto 6.040/2007.

Tal legislação, no entanto, apesar de sua importância como determinação dos direitos específicos aos povos e comunidades tradicionais

do estado de Minas Gerais, e de ser resultado direto da mobilização destes, não tem sido na prática posta em execução, nem mesmo com sua regulamentação pelo decreto 47.289 de 20 de novembro de 2017. O direito à consulta livre, prévia, informada e de boa fé, prevista na Convenção 169 da OIT e no inciso XIV do art. 4º da lei 21.147, tem sido sistematicamente violado tanto por empresas quanto por órgãos licenciadores, que seguem propondo, aprovando e executando projetos, obras e empreendimentos na região à revelia do interesse das comunidades.

Da mesma forma, o direito a serem compensados ou indenizados pelos prejuízos causados ao território, em conformidade com o preconizado no inciso IX do art. 4º da lei supradita, os quais são múltiplos no caso dos geraizeiros e carecem de maior empenho dos órgãos fiscalizadores, principalmente em se tratando das degradações ambientais realizadas pelas empresas de eucalipto e transmissão de energia nos territórios tradicionais.

No entanto, desde o início de 2019, estamos assistindo o desmonte da estrutura de Estado no Brasil, principalmente no campo ambiental e de direitos humanos e povos e comunidades tradicionais. No campo ambiental, o desmonte ocorre na fiscalização como na proteção dos recursos naturais, especificamente pelo sucateamento de recursos e pela militarização da direção dos órgãos ambientais federais, como o IBAMA e ICMBIO, e pelo esvaziamento do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA –, através do decreto nº 9.806, de 28 de maio de 2019.

No campo dos direitos humanos e de povos e comunidades tradicionais, as sucessivas trocas de gestão na FUNAI e na Fundação Palmares, desde 2016, e com a indicação dos atuais gestores declaradamente contrários as políticas de demarcação de terras indígenas e quilombolas e das políticas de cotas e de direitos identitários, ampliam a exposição de todos os povos e comunidades tradicionais no Brasil aos riscos de violência tanto a lenta como a direta.

A violência lenta, como descrita por Nixon (2011), uma violência que ocorre gradualmente, de forma implícita, destruindo de forma acumulativa a biodiversidade e a vida humana nas suas dimensões psicossociais, econômicas e culturais; é esta violência descrita em todo o histórico de conflito entre os geraizeiros e os empreendimentos e o grande capital que há décadas invadem e destroem seus territórios tradicionais. Mas há também a maior exposição a violência explícita e direta. O relatório anual de Conflitos no Campo”, organizado pela CPT, revela o Brasil teve 1833 conflitos em 2019, o número mais elevado nos últimos 5 anos e 23% mais elevado do que em 2018 (CPT, 2019).

Ainda não é possível avaliar como a pandemia da Covid-19 agravará essa situação. O território de Vale das Cancelas se tornou vulnerável a contaminação da Covid-19 a partir de de 16 de abril de 2020, quando o juiz Reginaldo Palhares Junior, coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – Cejusc – da comarca de Grão Mogol, renovou uma liminar em favor da empresa Mantiqueira, responsável pelas obras da rede de transmissão – LT – Janaúba-Araçuaí na Fazenda São Francisco, vizinha do Território Tradicional Geraizeiro Vale das Cancelas. Quarenta trabalhadores terceirizados, oriundos de diversas regiões do Brasil, chegaram ao Vale das Cancelas no dia 28 de maio, sem realizar a quarentena mínima de sete dias. As comunidades tentaram impedir a entrada dos funcionários no território por meio de barreiras, mas estas foram destruídas e retiradas pela empresa (BASSI, 2020). Este é apenas um dos casos relatados sobre desafios e ao agravamento da defesa dos territórios tradicionais no Norte de Minas, durante a pandemia.

Considerações finais

As comunidades geraizeiras do “Território Tradicional de Vale das

Cancelas” vêm enfrentando conflitos contra grandes empreendimentos há várias décadas, devido a esta região estar se configurando como de grande interesse do capital do setor energético. Pelo menos há 30 anos, desde a construção da UHE Irapé e a política de incentivo ao plantio das monoculturas de eucalipto, estas comunidades estão se organizando e resistindo coletivamente a este modelo de desenvolvimento que não vos representam, pautado na expulsão e grilagem das terras, nas disputas pelo território tradicionalmente ocupado, nas violações de direitos humanos, impactando profundamente os seus modos de vida. Faz-se necessário dar visibilidade a esta luta, por justiça ambiental e por outro modelo de desenvolvimento que esteja em associação ao modo de vida tradicional geraizeiro.

Referências

BARBOSA, R.S. **Mineração no norte de Minas Gerais: tensões e conflitos pelo acesso e uso da água.** Revista Desenvolvimento Social n. 11/01, 2014.

BASSI, B.S. Empresa do grupo Brookfield coloca geraizeiros em risco de contágio por Covid-19. Site “**De Olho nos Ruralistas**”. Publicado em 09/06/2020. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2020/06/09/empresa-do-grupo-brookfield-coloca-geraizeiros-em-risco-de-contagio-por-covid-19/>

CAA, **Relatório das Oficinas de Autodemarkação do Território Tradicional de Vale das Cancelas**, 2015.

CDDPH, Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. **Relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens”**, 2010.

COSTA, Sandra Helena. **Recantilados, entre o direito e o rentismo:**

grilagem judicial e a formação da propriedade privada da terra no Norte de Minas Gerais. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Geografia Humana. São Paulo, 2017.

DAYRELL, Carlos Alberto. Os Cerrados. In: DAYRELL, Carlos Alberto, et AL. **Grande Sertão: veredas e seus ecossistemas.** Grupo de Estudos Ambientais. Montes Claros. 1991.

FONSECA, Graziano Leal. **Mineração no Norte de Minas: gerais e geraizeiros ameaçados em função do Projeto Vale do Rio Pardo na microrregião de Grão Mogol - MG.** Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS da UNIMONTES, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social. Montes Claros, 2014.

GALIZONI, Flávia Maria; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Bem comum e normas costumeiras: a ética das águas em comunidades rurais de Minas Gerais. **Ambiente & Sociedade**, v. 14, n. 1, p. 77-94, 2011.

GUDYNAS, Eduardo. **Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo: contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual.** In: CAAP; CLAES. *Extractivismo, Política y Sociedad.* Quito (Equador), 2009.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações* 4. ed. **São Paulo: Edições Loyola**, 2013.

IBAMA, **Análise da viabilidade ambiental do empreendimento “Projeto Vale do Rio Pardo”** (processo IBAMA nº02001.000959/2010-41). Diretoria de Licenciamento Ambiental do IBAMA. Brasília, 2016.

MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens. **Dossiê “O Lucro Não Vale a Vida: Análise do MAB sobre o Crime da Vale em Brumadinho/ MG**, 2019.

NIXON, Rob. **Slow Violence and the Environmentalism of the Poor.** Harvard University Press, 2011.

RIBEIRO, Gabriel Costa. **Lutar com os pés no chão para continuar caminhando: uma ecologia política da megaminação de ferro no distrito do vale das cancelas (Grão Mogol/mg).** Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Território (UFMG/UNIMONTES). Montes Claros, 2018.

RIGOTTO, Raquel Maria. **Conhecimentos em disputa no conflito ambiental em torno da mineração de urânio e fosfato no Ceará, Brasil.** *Vibrant, Virtual Braz. Anthr*, 2017.

SÁNCHEZ, Luís Enrique. **Avaliação de impacto ambiental.** Oficina de Textos, 2015.

ZHOURI, Andréa (Org). **Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais.** Brasília/DF: ABA, 2012.

ZHOURI, Andréa. **Mineração e desregulação ambiental: limites do consensualismo e da mediação em situações de conflito ambiental.** (Org). In: Formas de matar, de morrer e de resistir – Limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Ed. UFMG. Belo Horizonte, 2014.

